



cgée

Relatório de Gestão 2006

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
Ciência, Tecnologia e Inovação



cgEE

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
Ciência, Tecnologia e Inovação

Relatório de Gestão 2006



Brasília, dezembro 2006

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos

Ciência, Tecnologia e Inovação

Presidenta

LÚCIA CARVALHO PINTO DE MELO

Diretor Executivo

MARCIO DE MIRANDA SANTOS

Diretores

ANTÔNIO CARLOS FILGUEIRA GALVÃO

FERNANDO COSME RIZZO ASSUNÇÃO

Gestor Administrativo

ALDINO GRAEF

Edição e Redação

ANA CECÍLIA AMERICANO

NATÁLIA KNEIPP

TATIANA DE CARVALHO PIRES

Design e Projeto Gráfico

ANDERSON MORAES

SCN Quadra 2, Bloco A, Ed. Corporate Financial Center, sala 1102
70712-900 Brasília, DF. Tel: (55.61) 3424-9600, Fax: (55.61) 3424-9661
<http://www.cgee.org.br/>
e-mail: info@cgee.org.br

Todos os direitos reservados pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos.

Os textos contidos nesta publicação poderão ser reproduzidos, armazenados ou transmitidos, desde que citada a fonte.

Impresso em Brasília, 2007

Sumário

Mensagem do Conselho e da presidência	5
CGEE: estudos em ciência, tecnologia e inovação	9
A marca de um ano: 47 projetos e novos horizontes.	13
Articulação: agendas de apoio à inovação no Brasil.	17
Etanol e Fundos Setoriais	21
Algumas das atividades concluídas em 2006	29
Algumas das atividades iniciadas em 2006	53
Informação e difusão de conhecimento.	65
Governança.	73
Contas em dia.	77
Capital humano	81
Glossário	87
Siglas	91



Mensagem do Conselho e da presidência

Foi com grande satisfação que o Conselho de Administração do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos acompanhou a concretização dos vários esforços conduzidos pelo CGEE ao longo de 2006.

Sua maior inserção no Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), com a ampliação de parcerias com várias instituições a exemplo do Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (NAE/PR) e organismos diversos ligados ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), como a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), comprovaram a maturidade da instituição.

Também a renovação do contrato de gestão do MCT com o CGEE por mais quatro anos, estendendo sua vigência até 2010, indicam o reconhecimento do lugar ocupado pelo Centro por parte do Ministério.

Essa mesma trajetória permitiu que o Centro trabalhasse para além dos requisitos previstos pelo contrato de gestão com o MCT, atendendo muitas outras demandas de outros ministérios, instituições e de setores da iniciativa privada, principalmente no apoio ao planejamento estratégico.

Ainda que essa diversificação de serviços não seja novidade no CGEE, o fato ganhou, em 2006, uma dimensão especial, com 13 trabalhos, abrangendo estudos de prospecção, análises estratégicas e estudos temáticos produzidos para instituições diversas, compreendendo outras instâncias do governo federal, do setor acadêmico e do setor empresarial.

É nesse contexto que gostaríamos de frisar a importância do modelo institucional do CGEE, concebido desde o seu início como uma organização social, por esse formato permitir alcançar a agilidade e a flexibilidade necessárias para a execução de estudos e projetos que visem subsidiar as ações do governo nos campos da ciência, tecnologia e inovação.

O desafio que se coloca agora é a preparação de um plano de ação para o Centro até 2010. Acreditamos na importância de pautar nossas atividades nos próximos quatro anos por um equilíbrio entre o atendimento das demandas imediatas do MCT e a possibilidade de trabalhar temas que possam antecipar tendências e explorar oportunidades novas no campo da ciência, tecnologia e inovação. Tais iniciativas poderão pautar uma agenda de desenvolvimento voltada para o futuro. Ou seja, queremos tornar o CGEE uma instituição que ofereça ao Sistema Nacional de CT&I uma visão de longo prazo para programas e iniciativas que indiquem ao País os caminhos para a conquista de novos e amplos horizontes.



Eduardo Moacyr Krieger
Presidente do Conselho de Administração



Lúcia Carvalho Pinto de Melo
Presidenta do Centro de Gestão
e Estudos Estratégicos



CGEE

Estudos em ciência, tecnologia e inovação

A história do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) tem a marca da novidade. Seu ponto de partida foi a Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação de 2001. O evento elegeu, de forma explícita, a inovação – entendida como a incorporação contínua de novidades em materiais, produtos, processos, serviços e negócios – como um tema intimamente ligado à ciência e tecnologia. Naquele mesmo fórum, ficou clara, para representantes de amplos setores da sociedade, a importância da criação de uma instituição para conduzir trabalhos que ampliassem a convergência entre os atores responsáveis por estudos estratégicos nas áreas de ciência e tecnologia, o governo e os setores produtivos.

Foi à luz desse debate que nasceu o CGEE. Dos presentes ao evento, cerca de 270 pessoas de praticamente todos os estados brasileiros, vinculadas a mais de uma centena de instituições nacionais, assinaram a ata de sua fundação durante a Conferência.

Desde o seu princípio, a proposta do CGEE é ser um ambiente de elaboração de idéias, de construção de consensos e de identificação de oportunidades na área de ciência, tecnologia e inovação (CT&I). Sua rotina passa pela produção de estudos, oficinas de trabalho, seminários e a articulação de diversos agentes para a realização de atividades que possam servir de apoio à formulação de políticas públicas na área. Não é à toa, portanto, que um dos valores que norteia os esforços da instituição seja a valorização da diversidade das visões, as quais são recolhidas na academia, nos órgãos públicos e junto aos representantes do setor privado e da sociedade civil.

Em seus primeiros cinco anos, o CGEE interagiu com mais de 10 mil especialistas e com cerca de 1,5 mil instituições para produzir em torno de 400 estudos, análises e trabalhos que abrangeram desde temas como nanotecnologia e mudanças globais, passando pelo planejamento estratégico nas unidades de pesquisa do Ministério da Ciência e Tecnologia ao Portal Inovação. Tal ritmo de trabalho deve-se, em parte, à sua natureza institucional.

O Centro é caracterizado como uma organização social, ou seja, dispõe de uma estrutura sem fins lucrativos e responde às demandas do setor público – no caso específico, tem como órgão supervisor o Ministério de Ciência e Tecnologia – por meio de um contrato de gestão. Em última instância, os relatórios de gestão do centro são examinados pelo Tribunal de Contas da União. Esse formato autônomo facilita e torna ágil a condução de estudos de futuro, avaliações estratégicas e projetos para a difusão do conhecimento.

Na prática, dezenas de trabalhos são conduzidos anualmente pela instituição – a maioria com prazos definidos e boa parte envolvendo centenas de especialistas das mais diversas áreas. As contratações desses profissionais são regidas pela CLT ou por contratos de prestação de serviços, tornando ágil e simples a administração desse conjunto de projetos. Assim, a inserção do CGEE nos grandes debates nacionais dá-se de uma forma cada vez mais intensa e dinâmica, com o objetivo de contribuir para as agendas dos governos em todos os níveis, como também das corporações empresariais.



Três eixos pautam os trabalhos do Centro. O primeiro deles diz respeito a estudos de prospecção. Eles pressupõem o contínuo debate e a reflexão sistemática para a construção de visões do futuro para a área de CT&I. Alguns dos temas já tratados nessa dimensão foram recursos hídricos, biocombustíveis (etanol e biodiesel), mudanças climáticas globais, formação de recursos humanos para inovação e Amazônia. Esses trabalhos lançam mão de um processo participativo com o envolvimento de diversos atores. A meta é identificar possibilidades futuras e definir estratégias que possam auxiliar nas decisões sobre o desenvolvimento da CT&I. Ao longo dos últimos anos, o CGEE avançou na definição de conceitos e metodologias importantes para a condução desses estudos que envolvem, inclusive, as questões sociais e culturais relativas aos temas tratados.

Também são conduzidas pelo Centro as chamadas avaliações estratégicas dos impactos econômicos e sociais das políticas, programas, instituições, órgãos de governo e projetos ligados à área de CT&I. Na prática, essas análises debruçam-se sobre as formas de organização e gestão, volume e estratégia de

financiamento e participação dos atores envolvidos em projetos de CT&I. Têm o objetivo de identificar e compreender o esforço, os resultados e os impactos de ações nesses campos e sugerir diretrizes para seu aperfeiçoamento. Entre as avaliações conduzidas estão a dos Fundos Setoriais – instrumentos de fomento a projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação financiados pela União – e a do Programa Antártico Brasileiro (Proantar), coordenado pelo CNPq .

Por fim, o terceiro eixo de ação do Centro diz respeito à informação e à difusão do conhecimento. Um dos marcos da área foi a construção do Portal Inovação, um instrumento de facilitação da integração de empresas, especialistas e instituições de CT&I. O Centro é, também, responsável pela produção de material de divulgação como boletins, documentos e a revista Parcerias Estratégicas, além da análise de indicadores de suas áreas de maior competência.

Internamente, a instituição criou um sistema de acompanhamento de todos os projetos e trabalhos em andamento, o que facilita a disseminação e tratamento das informações e a prestação de contas das atividades em curso, assim como de preservar sua memória institucional.

Outra característica que amplia a capacidade de contribuição ao Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia são seus acordos de cooperação com importantes parceiros, entre os quais a Academia Brasileira de Ciências (ABC) e o Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (NAE/PR). Parcerias importantes foram realizadas com Instituto Euvaldo Lodi (IEL), Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), Empresa Gerenciadora de Projetos Navais (Emgepron), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Fórum de Biotecnologia do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) e Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal). No campo internacional, o CGEE é membro do *European Science and Technology Observatory* e da *World Future Society*.

Com os olhos no futuro, o CGEE hoje busca renovar-se a cada trabalho, procurando adequar-se às novas oportunidades de investigação que possam agregar inteligência ao processo de tomada de decisão de CT&I. Essa é a essência de uma trajetória que tem como grande ativo seus funcionários, colaboradores e parceiros provenientes dos mais diversos ambientes comprometidos com o sonho de transformar o conhecimento em uma apropriação da sociedade brasileira.



A marca de um ano

47 projetos e novos horizontes

Um ano de muito esforço. Assim se pode resumir o exercício de 2006 no Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE). A instituição mais uma vez arregaçou as mangas para promover a participação do conhecimento no debate das grandes questões nacionais de ciência, tecnologia & inovação (CT&I).

Com a responsabilidade de criar um espaço de discussão permanente entre governo, setor privado e academia, o CGEE não se dedicou apenas às 47 atividades previstas para serem realizadas nesse ano. Além dos projetos previstos pelo contrato de gestão que mantém com o Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), o Centro assumiu, ainda, outros contratos administrativos firmados com várias instâncias da União.

Outro marco importante de 2006 foi a renovação do contrato de gestão, que se estenderá até 2010, ou seja, por mais quatro anos. De certa forma, esse ato atesta o cumprimento das metas do CGEE nos anos anteriores e indica o reconhecimento da importância de se dar continuidade às suas atividades por parte do MCT.

O trabalho do CGEE, desde o seu início, consiste em mobilizar competências nos meios acadêmicos, empresarial e governamental na contratação de estudos, principalmente, na organização de oficinas de trabalho, seminários e outros eventos. Somente nesse exercício, a instituição esteve à frente de cerca de 100 reuniões que contaram com a participação de especialistas dos mais diversos setores.

Marcaram o período de 2006 estudos para o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, como a avaliação das Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária, também conhecidas por OEPA's. Essas instituições, subordinadas aos governos estaduais, são responsáveis pela pesquisa agropecuária no Brasil – elemento-chave para a garantia de projetos de Estado, como a expansão territorial da agropecuária, o avanço das fronteiras da bioenergia, a defesa fitossanitária e do meio ambiente no País.

Também foi encomendado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) um estudo sobre a dimensão territorial do Plano Plurianual (PPA) do governo federal. Os resultados desse

trabalho deverão contribuir para a incorporação de visões de médio e longo prazos na elaboração dos próximos PPAs – tendo o território como um dos seus principais referenciais – e para a promoção do desenvolvimento sustentável de suas diversas regiões com a redução das desigualdades sociais e regionais.

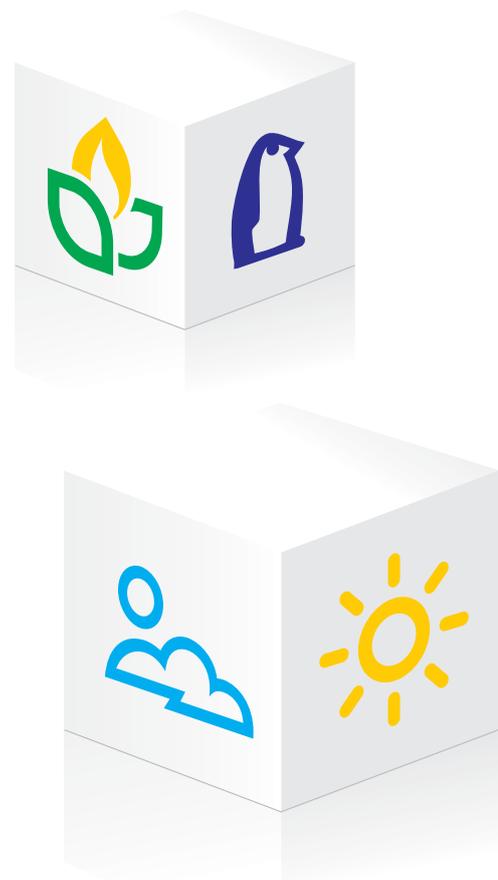
A inovação – entendida como a capacidade de mobilizar conhecimento e competências para a inserção no mercado de novos produtos, processos, serviços e negócios – pautou boa parte das atividades do Centro ao longo de 2006. Uma mobilização importante deu-se na condução de trabalhos sobre os instrumentos de subvenção econômica para o custeio das atividades de pesquisa e desenvolvimento nas empresas.

A inovação também esteve no centro dos estudos de prospecção do CGEE para a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI). Parte deles destinou-se a criar subsídios técnicos para as Iniciativas Nacionais de Inovação (INIs), que buscam fortalecer o avanço industrial e tecnológico do País. Os trabalhos focaram-se nas áreas portadoras de futuro prioritárias da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE): biotecnologia, nanotecnologia, energias renováveis, e tecnologia de informação e comunicação (TICs).

Não menos importantes foram os trabalhos para a mesma ABDI no sentido de apoiar o desenvolvimento de Programas Estratégicos Setoriais (PES) para dez setores produtivos prioritários no País, entre eles, os setores aeronáutico, de plásticos, coureiro, calçadista e de artefatos, de cosméticos e de equipamentos médico, hospitalar e odontológico.

Outro esforço considerável do CGEE em 2006 diz respeito à biotecnologia. Respondendo a uma solicitação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), realizou estudos técnicos para apoiar a formulação de uma política nacional para a área. No âmbito nacional, vale ressaltar a maior inserção do CGEE no atendimento de demandas do próprio MCT e suas agências e instituições.

Houve uma aproximação do Centro com o CNPq, principalmente durante a construção do Portal Inovação. Com a Finep, a interação deu-se em função dos debates para a construção de indicadores para a avaliação dos Fundos Setoriais, bem como no apoio à construção de editais de subvenção econômica para o P&D empresarial.



Com uma pauta tão promissora, o Centro viu-se obrigado a modernizar seus sistemas de controle nas áreas de administração e acompanhamento de projetos, e contratar de novos profissionais. As novas demandas refletiram-se no volume de dispêndios, que cresceu 21,8% sobre o exercício de 2005, totalizando R\$ 33,5 milhões.

O empenho de aprimoramento da gestão também se concretizou nas negociações com o MCT, por meio da Comissão de Acompanhamento e Avaliação instituída pelo Ministério, na adoção de novos indicadores de desempenho da instituição. A intenção é sofisticar a aferição dos seus trabalhos e compromissos, à luz do próprio contrato de gestão.





Articulação

Agendas de apoio à inovação no Brasil

A agenda do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) foi particularmente rica em 2006, considerando a multiplicidade de articulações institucionais em que se envolveu. Além dos acréscimos de aditivos ao Contrato de Gestão que a casa tem com o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) – os quais contemplam ações junto a todos os atores do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – o CGEE participou ativamente de debates e reuniões nas esferas estaduais, a exemplo do Fórum de Secretários de CT&I em estreita colaboração com a Associação Brasileira de Pesquisas Tecnológicas (Abipti), ou com representantes do setor produtivo, como a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e federações de indústrias estaduais.

Nessa agenda, destacaram-se os debates e o trabalho do CGEE para elaborar estudos e propostas para apoiar o processo de regulamentação dos instrumentos legais da Lei de Inovação e, em particular, à subvenção econômica da União que financia diretamente as empresas que investem em pesquisa e desenvolvimento no País. A discussão abrangeu muitas dezenas de reuniões ao longo do ano com diversos agentes – desde representantes dos Ministérios da Ciência e Tecnologia (MCT), do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), da Fazenda (MF), do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), às agências de financiamento e fomento como Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Contou, também, com os representantes do setor empresarial, como a CNI e federações de indústrias estaduais, com a Associação Nacional de Pesquisa, Desenvolvimento e Engenharia das Empresas Inovadoras (Anpei) e Abipti, além das universidades, por meio do Fórum de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação das Instituições Brasileiras (Foprop).

Um fórum importante na difusão desse debate foram as reuniões do Conselho de Administração do CGEE, em que têm assento representantes de diversas entidades do Sistema Nacional de CT&I, a exemplo da Academia Brasileira de Ciências (ABC), a própria Abipti, o MEC, o CNPq, o Foprop, a SBPC e a Anpei. Além da pauta interna do Centro, esses encontros ao longo de 2006 serviram como mais um apoio à articulação do CGEE com os demais agentes do sistema, no repasse de informações sobre o andamento e resultados dos trabalhos, e sobre os posicionamentos amadurecidos ao longo das discussões.

Outro agente importante na pauta de articulações do CGEE em 2006 foi o Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (NAE/PR), com o qual mantém estreitas ligações, desde a sua concepção. O Núcleo, em seus primeiros anos, foi mantido fisicamente dentro do Centro, passando à estrutura formal da Presidência da República apenas em 2006. Juntamente com ele, o CGEE realizou importantes trabalhos, como o Brasil Três Tempos, propondo metas e rotas estratégicas para o País para os anos de 2007, 2015 e 2022. Essa proximidade permitiu ao CGEE uma articulação indireta com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (CNPES).

Outro marco de 2006 foi o CGEE ter disputado e conquistado a licitação da Petrobras para a elaboração de rotas tecnológicas para cerca de uma centena de tópicos tecnológicos. Foi a primeira licitação de sua história e, já de início, representou um trabalho de grande vulto e articulação. Previu uma extensa consulta eletrônica sobre cenários de futuro a mais de mil especialistas no Brasil e no exterior, usando uma ferramenta (Web Delphi) desenvolvida pela instituição sobre centenas de tópicos de interesse da empresa.



Os resultados da consulta estruturada encomendada pela Petrobras foram entregues por meio de apresentação interativa e multimídia

Vale ressaltar no capítulo das articulações do CGEE a sua simbiose com a ABC, a qual resultou em projetos importantes para o apoio à inovação no País. Devido ao fato de Eduardo Krieger, presidente do Conselho de Administração do CGEE, ser a mesma pessoa que presidiu a ABC até abril de 2007, as duas instituições naturalmente convergiram seus esforços para projetos de interesse comum. O principal exemplo nesse sentido foi o estabelecimento do Bureau Brasileiro para Ampliação da Cooperação Internacional

com a União Européia (B.Bice) nas instalações físicas do CGEE. O projeto, uma iniciativa da ABC e apoiada pelo CGEE, pretende sediar uma estrutura para a divulgação de informações que facilitem a cooperação internacional entre a Comunidade Européia e instituições sem fins lucrativos, centros de pesquisa, ONGs, pequenas e médias empresas, e pesquisadores brasileiros e sul-americanos em projetos com foco em nove diferentes áreas do conhecimento. O B.Bice assessora, ainda, os potenciais candidatos ao financiamento de suas pesquisas a escreverem suas propostas de projetos e a identificarem e a contatarem parceiros na Comunidade Européia nas áreas de interesse comum.

Descortina-se em 2007 a discussão sobre os instrumentos da Lei de Inovação



Outro parceiro do CGEE em várias frentes, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), também participa do Conselho de Administração do CGEE. Foi por meio dela, responsável pela secretaria executiva do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT), que o CGEE pôde participar da discussão da conceituação e escolha de indicadores de ciência e tecnologia, assim como indicadores de financiamento de ciência e tecnologia, oferecendo subsídios e apoio técnico às suas reuniões.

Findo 2006, descortina-se em 2007 a necessidade da continuidade das ações já iniciadas. Entre elas, o aprofundamento das discussões sobre a regulamentação dos instrumentos da Lei da Inovação, desta vez com foco nos instrumentos ainda não regulamentados, como as compras governamentais e encomendas estratégicas, a serem usadas como política de incentivo à CT&I.



Etanol e Fundos Setoriais

Dois projetos de longa duração

Há alguns trabalhos que, devido à sua importância intrínseca ou ao momento específico do cenário nacional, ganham desdobramentos sucessivos, tornando-se quase que linhas de ação do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE). Dois bons exemplos nesse sentido são os relativos à produção de Etanol no País, e a avaliação dos Fundos Setoriais. Em ambos os casos, os estudos deram-se em várias fases que enriquecem ou complementam umas às outras, ampliando as fronteiras de suas propostas iniciais. Confira, a seguir, esses dois casos de trabalhos, que contaram com inúmeros participantes em etapas distintas.



Etanol

Estudo prospectivo temático (fases dois e três, em 2006 e 2007)

Desde 2005, o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) tem conduzido estudos que apontam para políticas públicas que possam incentivar a expansão da produção sustentável do etanol no País, de forma a substituir até 10% da gasolina consumida em todo o mundo no horizonte de 2025. Depois de concluir, em 2005, a primeira fase desse estudo, que considerou a elaboração dos cenários para uma destilaria padrão com base nas melhores práticas atuais, o CGEE aprofundou seus trabalhos em 2006, envolvendo cerca de 30 pesquisadores mobilizados em torno do Núcleo Interdisciplinar de Planejamento Energético da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Nessa segunda fase, o trabalho do grupo liderado pelo professor Rogério Cerqueira Leite concentrou-se no levantamento e na consolidação de dados relacionados à melhoria das tecnologias já estabelecidas no cultivo da cana e na fase industrial da produção de álcool a partir da lógica de uma usina-modelo, ou seja: uma unidade industrial que incorporaria futuras inovações tecnológicas ao longo dos próximos 20 anos. Os cenários da segunda fase contemplam, também, a organização da produção em *clusters* de destilarias servidas por sistemas de escoamento incluindo alcooldutos.

O primeiro resultado importante dos trabalhos de 2006 é a constatação de que o Brasil pode substituir até 10% da gasolina que estará em uso no mundo em 2025, caso se organize para isso. Para tanto, deverá produzir 205 bilhões de litros por ano. Hoje, a produção de etanol ocupa menos de 3 milhões de hectares de terras. O estudo indica que seriam necessários de 20 a 30 milhões de hectares, em função da velocidade de penetração das novas tecnologias, enquanto já identificou outros 53,4 milhões de hectares,

com alto e bom potencial de produção. Essa avaliação do potencial levou em conta, principalmente, qualidade do solo, disponibilidade hídrica e declividade, sem necessidade de irrigação.

Como o pressuposto do estudo é analisar as possibilidades de expansão da produção, levando em conta a sustentabilidade, 11 milhões de hectares foram excluídos por restrições ambientais ou por estarem ocupados com outras culturas, particularmente voltadas para a produção de alimentos. Calculou-se, portanto, que os 42 milhões de hectares restantes, se mantidos os índices de produtividades atuais, são mais do que o necessário para o Brasil produzir os 205 bilhões de litros de etanol em 2025. Essas terras se repartem, no estudo, em 17 áreas de produção. Todas elas estão fora do Centro-Sul, onde se verifica atualmente uma forte expansão espontânea.

Nessa segunda fase do estudo sobre a produção sustentável de etanol no Brasil, tendo como pressuposto a usina-modelo, alguns cenários foram traçados. Nessa usina, a colheita utilizará máquinas agrícolas que compactem pouco o solo. Essas novas máquinas – que serão desenvolvidas pela indústria de equipamentos brasileira, como se supõe – também terão maior estabilidade, permitindo a incorporação ao cultivo de cana de áreas de maior declividade, hoje excluídas da produção. Metade da palha que atualmente é queimada ou abandonada no campo será recolhida e utilizada na produção de etanol por hidrólise enzimática ou na geração de energia.



Plantação de cana-de-açúcar

A incorporação dessas inovações proporcionará redução expressiva da necessidade de uso de novas terras. Essas usinas-modelo deverão se organizar em *clusters*, de forma a maximizar o aproveitamento de alcooldutos para o escoamento da produção.

A implantação de um centro de excelência em pesquisa e desenvolvimento de etanol é recomendada pelo estudo. A sugestão é consolidar e ampliar as competências

brasileiras em hidrólise de material celulósico e rotas termoquímicas, para utilização do bagaço e da palha na produção de etanol; sucroquímica e alcoolquímica; desenvolvimento de bens de capital; melhoramento da cana.

Diversas notas técnicas e exposições de motivo foram elaboradas em 2006 pelo CGEE como subsídio à tomada de decisão em políticas públicas, assim como em apoio à Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) para a definição do edital de subvenção econômica, voltado para a área de bens de capital em biocombustíveis. Outro resultado desse esforço é um convênio celebrado com a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) para o apoio à elaboração de um guia de políticas públicas em etanol dirigido aos países da América Latina e Caribe.

Em sua terceira fase, estudo detalha a aptidão agrícola das terras brasileiras



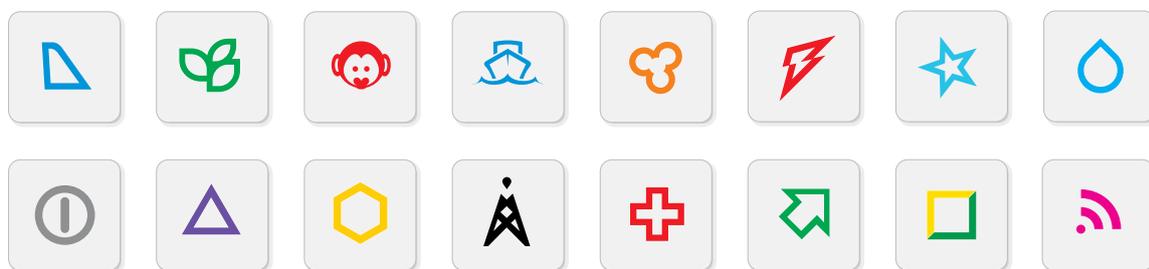
A terceira fase foi iniciada em 2006 e deverá ser entregue em 2007. Ela prevê três oficinas de trabalho e um relatório final com as conclusões dos estudiosos envolvidos. Entre as questões a serem detalhadas nessa etapa, estão o aprofundamento da análise da aptidão agrícola das terras e uma análise da indústria de máquinas agrícolas e dos equipamentos industriais das usinas de produção de etanol. Também serão tratados temas ligados aos mercados interno e externo de álcool, as legislações vigentes em várias partes do mundo, as características do comércio internacional de biocombustíveis líquidos, os padrões de qualidade dos combustíveis, e recomendações sobre a certificação dos produtos envolvidos e dos processos da cadeia produtiva. Outro importante aspecto em estudo é a sustentabilidade socioeconômica e ambiental da produção do etanol.

Em junho, uma oficina tratará do atual quadro legal no País para a elaboração de um marco regulatório para o álcool combustível. Outros temas também serão tratados e, na ocasião, o pesquisador Francisco Rosillo Calle, do Imperial College de Londres, que atua no projeto, apresentará os dados que já levantou sobre a legislação e políticas dos países da União Européia quanto à adição de etanol à gasolina. Na última reunião prevista nesse estudo, prevista para julho de 2007, será debatida uma avaliação das novas tecnologias para a colheita da cana-de-açúcar e apresentado o levantamento do potencial técnico e econômico da produção de eletricidade com biomassa residual de cana-de-açúcar.

Fundos Setoriais

Análise estratégica (2006-2007)

A avaliação dos Fundos Setoriais é uma das funções do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) desde o seu início. A partir da criação da Comissão de Avaliação dos Fundos Setoriais, da qual participam o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o próprio CGEE, foi solicitado ao Centro uma pesquisa de aderência dos Fundos às principais estratégias de cada setor. O objetivo foi avaliar se os projetos financiados pelos Fundos Setoriais eram, na prática, consistentes com as diretrizes determinadas pelos próprios Fundos.



CT-Aeronáutico, CT-Agronegócio, CT-Amazônia, CT-Aquaviário, CT-Biotecnologia, CT-Energ, CT-Espacial, CT-Hidro, CT-Info, CT-Infra, CT-Mineral, CT-Petro, CT-Saúde, CT-Transpo, CT-Verde Amarelo e Funttel

Esse trabalho, iniciado em 2005 e concluído em outubro 2006, baseou-se em três pilares: o primeiro incide sobre a relação entre os temas tratados nos projetos e as áreas prioritárias e ações definidas pelos Fundos; o segundo, dedicado a verificar o grau da efetiva participação de empresas nos projetos; e o terceiro, sobre o grau de envolvimento das instituições do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste. Isso porque, em sua maioria, os Fundos são obrigados a distribuir 30% de seus recursos regionalmente. No caso do Fundo do Petróleo (CTPetro), esse percentual chega a 40%.

O levantamento foi realizado por uma equipe do Departamento de Política Científica e Tecnológica da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) sob a coordenação do CGEE. A pesquisa trouxe resultados intrigantes.

A aderência dos projetos, isto é, sua consistência com as estratégias dos Fundos Setoriais, deu-se em 93,06% dos casos – um índice considerado alto. O mesmo, no entanto, não se repetiu nos demais critérios. Tendo em mente a definição rigorosa adotada, 31,54% dos projetos envolveram diretamente empresas, e 25,89% foram realizados com a participação de instituições regionais.

As aderências empresarial e regional mostraram-se, portanto, tímidas. Como um primeiro estudo, a análise não tratou da avaliação da qualidade científica e tecnológica dos projetos, nem da verificação de seus resultados e impactos, tampouco enfocou os aspectos operacionais e gerenciais dos Fundos. Criou, porém, uma importante base de reflexão inicial. Paralelamente, foi construída uma base de dados a partir da qual podem se extrair outras avaliações dos Fundos.

A idéia foi criar uma fonte comum de informações gerenciais a partir dos dados já existentes no Programa de Informação para Gestão de Ciência, Tecnologia e Inovação, do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Prossiga/Ibict). Ela dispõe de dados sobre as atividades de pesquisa em andamento no País, financiadas pelo CNPq e pela Finep. Alguns desafios de integração foram enfrentados, o que exigiu a introdução de modificações no sistema para adequá-lo às necessidades da Comissão de Avaliação dos Fundos Setoriais.

Com o apoio do CGEE e a liderança da Secretaria Executiva do MCT, novos conceitos foram incorporados ao sistema desenvolvido pelo Ibict e se estabeleceu uma clara associação entre os projetos e as respectivas atas ou editais dos Fundos.

O novo sistema, intitulado Sistema de Informações Gerenciais dos Fundos Setoriais (SIG-FS), incorporou a base de dados do Prossiga e passou a contar com ferramentas de *Business Intelligence (BI)*, uma tecnologia que permite fazer análises e projeções com os dados escolhidos. Com essas ações, tornou-se possível harmonizar o tratamento das informações sobre todos os Fundos.

Depois de se dedicar a um estudo de aderência dos Fundos às principais estratégias de cada setor em 2006, o CGEE assumiu o desafio de definir quais devem ser os instrumentos capazes de monitorar toda a complexidade das interações das empresas e demais atores econômicos das cadeias produtivas nas quais os Fundos atuam. A intenção é aferir, de forma objetiva, os impactos econômicos e os resultados decorrentes dos projetos financiados pelos Fundos Setoriais na sociedade brasileira.

Esse esforço deverá ter início em 2007, após definidos os procedimentos metodológicos acordados em 2006. A avaliação de resultados e impactos é considerada crucial, uma vez que se configura como um importante instrumento para os Comitês Gestores dos Fundos para a elaboração de estratégias voltadas ao fomento de projetos no futuro.

A tarefa é um empreendimento que exige grande articulação e mobilização de atores diversos, o que inclui todos os avaliados, seus avaliadores e demais interessados como, por exemplo, os setores privados das cadeias produtivas em questão. Deve contemplar aspectos da produção científica financiada pelos Fundos e refletir, ainda, o esforço da iniciativa privada no processo da inovação e o impacto dos projetos enquadrados como ações transversais, financiadas com recursos de mais de um Fundo. Por fim, deve definir uma sistemática de avaliação para aferir os resultados concretos que os Fundos produzem.



Avaliação determinou se os projetos são consistentes com as diretrizes dos próprios Fundos Setoriais

Entre as metodologias disponíveis para avaliação de impacto dos projetos, o CGEE levanta a possível adoção, em algumas situações especiais, de métodos como o *Bureau d'Économie Théorique Appliquée (Beta)*. Ele pressupõe a existência de projetos empresariais robustos, quantificando os impactos internos e extra-empresariais a partir dos *spin offs* gerados.

Além do método a ser adotado, é fundamental a escolha de indicadores de resultados. A proposta do CGEE é de adoção de uma família de indicadores comuns que esteja presente nas avaliações de todos os Fundos. Isso permitirá criar uma base de dados mínima sobre os resultados de todos os projetos em qualquer setor, facilitando comparações entre eles e com as experiências análogas de outros países. O CGEE sugere, também, um conjunto de indicadores complementar, específico de cada Fundo.

Em agosto de 2007, o CGEE, em parceria com o Banco Mundial, realizará um seminário internacional em que apresentará sua proposta de metodologia de avaliação para os 16 Fundos. Esse evento deverá reunir especialistas nacionais e estrangeiros, integrantes dos comitês gestores dos Fundos Setoriais, grupos acadêmicos, instituições governamentais ou ligadas ao setor produtivo, além de outros interessados.

Portanto, o primeiro semestre de 2007 será dedicado, basicamente, a discussões com o MCT e com os comitês gestores de cada Fundo para definir essa base. Até o seminário, em agosto, pretende-se que a maioria dos Fundos tenham sido contatados. A realização do seminário internacional coroará todo esse processo de definições da avaliação dos Fundos e possibilitará uma reflexão sobre o estado da arte da pesquisa e da avaliação de ciência, tecnologia e inovação no Brasil e no exterior.

Algumas das atividades concluídas em 2006

De estudos de prospecção ao apoio ao planejamento estratégico de instituições

Importantes atividades foram concluídas em 2006 pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE). Seus temas variam do Programa Antártico Brasileiro, à Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Elas são fruto da dedicação de centenas de especialistas tanto no Brasil como no exterior. Com o encerramento desses trabalhos, outros são iniciados, mantendo viva a chama da instituição.

Confira nas próximas páginas algumas das principais ações concluídas ao longo do ano, as quais concretizaram a vocação do CGEE, instituição que se dedica à prospecção, à avaliação e a ações de articulação e cooperação em ciência, tecnologia e inovação, bem como à difusão e à divulgação científica.



Biocomplexidade

Estudo temático em CT&I

Dispor de uma estratégia para o fortalecimento das coleções biológicas nacionais é essencial a um país como o Brasil, com uma extensão territorial que abriga uma impressionante diversidade de vida. Foi com essa orientação que o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) conduziu um estudo sobre a biocomplexidade em 2006. O trabalho teve como principal objetivo apoiar o Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) com subsídios técnicos para a preparação da 8ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP 8), realizada em Curitiba no período de 20 a 31 de março de 2006, e apoiá-lo, ainda, em sua participação no evento.



Edição sobre diretrizes e estratégias para a modernização de coleções biológicas brasileiras

Para esse trabalho, o CGEE estabeleceu parcerias com as sociedades brasileiras de botânica, zoologia e microbiologia e com o Centro de Referência em Informação Ambiental (Cria), para que fossem produzidos os subsídios técnicos para a elaboração das estratégias nacionais relativas às coleções botânicas, zoológicas, microbiológicas, bem como para o apoio de gestão da informação sobre os materiais mantidos por essas coleções.



Rumo ao amplo conhecimento da biodiversidade do semi-árido brasileiro (versão em inglês)

A Estratégia Nacional de Coleções Biológicas encontra-se pronta e foi formalmente lançada pelo MCT durante a realização da COP-8 no dia 20 de março de 2006. A versão em inglês do Programa de Pesquisa em Biodiversidade foi publicada para distribuição na COP-8. Nessa ocasião, houve também a distribuição da publicação, contendo destaques da pesquisa nacional sobre a biodiversidade do Semi-Árido.

O CGEE realizou um workshop sobre o compartilhamento de informação sobre biodiversidade, que ocorreu durante a COP-8 como parte das ações planejadas pela Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento (Seped/MCT) e pelo CGEE. Durante o primeiro semestre de 2006, foram elaborados oito produtos (quatro livros e quatro apresentações) e um evento.

Adicionalmente, foi realizado em 19 de julho de 2006, na cidade de Florianópolis (SC), o workshop sobre aplicações de gestão de informação em biodiversidade relacionadas com a Flora Brasiliensis de Von Martius (revisitada), evento organizado em conjunto pela Seped/MCT, a Sociedade Brasileira de Botânica, o CGEE e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), do qual participaram especialistas do Brasil e de instituições estrangeiras que manejam dados de componentes da biodiversidade. Como última ação prevista para essa atividade, o CGEE apoiou tecnicamente o MCT na especificação e elaboração do Portal do Brasil na *Global Taxonomy Initiative (GTI)*, um dos compromissos assumidos no âmbito da Convenção sobre Biodiversidade, da qual o Brasil é signatário.



Biotechnologia

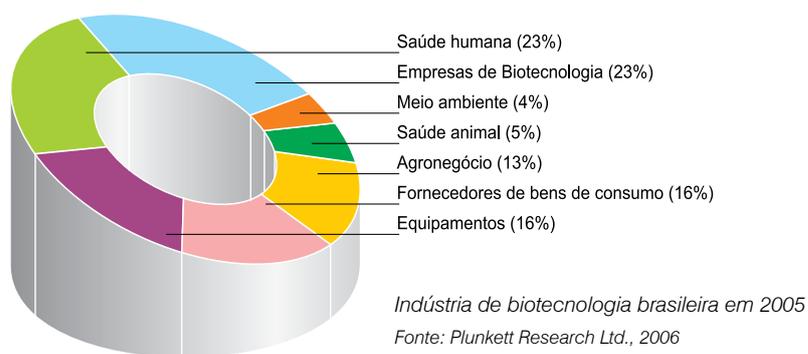
Estudo temático em CT&I

A biotecnologia pode ser um importante instrumento para uma maior participação brasileira no comércio internacional, de aceleração do crescimento econômico e de geração de novos postos de trabalho. O

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) participou ativamente das discussões nessa área desde 2005, ao atuar junto ao Fórum de Competitividade de Biotecnologia. Em 2006, conduziu um estudo temático sobre o assunto como subsídio à Iniciativa Nacional de Inovação em Biotecnologia (INI-Bio), em parceria com a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI).

As vendas e receitas do setor de biotecnologia norte-americano, por exemplo, já ultrapassaram a cifra dos US\$ 50 bilhões. No Brasil, existem mais de 300 empresas dedicadas a esse ramo, que é um dos que mais contribui para o seqüenciamento de genomas. Embora a indústria encontre-se representada em diversos setores, ainda há gastos significativos com a importação desses produtos. Só em vacinas humanas, o Brasil importa anualmente o equivalente a R\$ 11 milhões.

Foi em função da necessidade de expansão de mercados e da substituição de produtos importados por equivalentes nacionais que o Fórum de Competitividade em Biotecnologia surgiu no âmbito do Ministério da Indústria e Comércio Exterior (MDIC), da Saúde (MS), da Agricultura (MA) e da Ciência e Tecnologia (MCT). O CGEE procurou contribuir desde o seu início, conduzindo articulações voltadas a elaborar subsídios para uma estratégia de política industrial associada à dinâmica de produção e geração de riquezas na área de biotecnologia. Participou, ainda, com seu estudo para a INI-Bio, na perspectiva de trazer o vetor da inovação para as iniciativas de fortalecimento de uma indústria brasileira de biotecnologia.



No processo de construção do estudo, quatro seminários foram realizados pelo CGEE, em 2006, para tratar de temas como talentos, investimento, infra-estrutura e mercado, em discussões

com os expoentes das chamadas áreas de fronteira da biotecnologia (nanobiotecnologia; genômica, pós-genômica e proteômica; células-tronco, neurociência, biofármacos; e conversão de biomassa). O debate levou em conta uma visão atual e de futuro para os próximos 15 anos (até 2021). Consultores internacionais, empresários e representantes do governo também colaboram com as discussões. As etapas das atividades do CGEE para elaborar um estudo de biotecnologia encontram-se descritas nos relatórios da consultora do CGEE, Maria Sueli Soares Felipe, e devem prosseguir no ano de 2007, ocasião em que as recomendações serão encaminhadas à ABDI.

Esse estudo tem, ainda, uma proximidade com outro trabalho de destaque do Centro, referente ao perfil futuro do profissional de pesquisa. Isso se deve ao fato de que os talentos brasileiros da biotecnologia serão aqueles dos currículos interdisciplinares, com foco na inovação, capazes de atender às demandas da indústria. Somam-se à importância dos recursos humanos para a biotecnologia nacional as questões das indústrias de alta tecnologia, marco legal, credibilidade da marca *made in Brazil*, entre tantos outros fatores que serão decisivos para a indústria brasileira do setor.



Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe)

Planejamento Estratégico em CT&I

Um dos pontos altos para o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) em 2006 foi o apoio do Centro ao processo de Planejamento Estratégico do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), uma das unidades de pesquisa mais conhecidas do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT).

Responsável, entre outras atividades, pela execução do Programa Espacial Brasileiro no tocante ao desenvolvimento de satélites e suas aplicações, o Inpe tem uma função estratégica na gestão do território nacional. É bastante conhecido por seus serviços nas áreas de previsão do tempo e estudos climáticos, monitoramento de chuva e do nível dos rios, além da detecção do desmatamento e queimadas em todo o Brasil e, em especial, na Amazônia.



Muitas são, no entanto, as atribuições do Instituto. Entre elas, a investigação científica de fenômenos que ocorrem na atmosfera e no espaço exterior de interesse do País – atividade que engloba satélites, processamento, análise e distribuição de dados. O Inpe é responsável pela observação sistemática da Terra por meio de técnicas de sensoriamento remoto e geoprocessamento para o levantamento de recursos naturais e monitoramento do meio ambiente, tanto em terra como no mar.

Outra área à qual o Inpe se dedica é a da engenharia para a construção de satélites e de sistemas de solo. Na mesma linha está, ainda, o rastreamento e o controle de satélites. Entre tantos desafios para a instituição, um chama a atenção: a conquista da tecnologia envolvida na construção de satélites tendo a indústria nacional como parceira e fornecedora.

Com uma gama tão vasta de atividades vinculadas à tecnologia de ponta e a serviços de interesse nacional, a tarefa de realizar um planejamento estratégico é particularmente desafiadora. No caso do Inpe, dois questionamentos balizaram este processo: “Como organizar o Inpe para produzir ciência, tecnologia e inovação de impacto em sua área de atuação?” e “Como fazer um programa espacial do tamanho do Brasil?”

Para ajudar a vencer estes desafios, o CGEE contratou a equipe do Grupo de Estudos sobre Organização da Pesquisa e da Inovação (Geopi) do Departamento de Políticas Científicas e Tecnológicas da Universidade Estadual de Campinas (DPCT/Unicamp), sob a coordenação de Sérgio Luiz Monteiro Salles Filho. Ao longo de um ano de trabalho, seis consultores do Geopi, 12 especialistas brasileiros e outros nove internacionais foram envolvidos diretamente na atividade.

No decorrer do processo, foram mobilizadas, de forma contínua, mais de 180 pessoas, organizadas em 11 grupos temáticos e um grupo gestor, que realizaram cerca de 50 reuniões, com periodicidade semanal. Duas oficinas de trabalho – de duração de dois dias – encorparam o processo. Além de entrevistas com consultores e especialistas nacionais e internacionais, outras 50 palestras, 11 estudos, sete *position papers* (pareceres pessoais de especialistas relativos a questões específicas), duas assessorias e duas notas técnicas foram contratadas para subsidiar o processo e alimentar as discussões dos grupos temáticos.

Como resultado, mais de 50 documentos foram produzidos, os quais, após consolidados em um relatório final, servirão de base para a elaboração, em 2007, do plano diretor e do plano operacional do instituto para o período de 2007 a 2011, ambos focados na reorientação do Inpe e de seus modelos institucional e de gestão.

Os futuros documentos deverão contemplar, ainda, a visão da instituição quanto à formulação e a condução de uma política industrial para o setor espacial, orientada tanto ao crescimento, quanto à competitividade e à sua sustentabilidade.



Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária (OEPAs)

Avaliação estratégica temática

As Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária (OEPAs) abrigam, nos governos estaduais, um bem formado quadro de profissionais com respeitável titularidade para as pesquisas agropecuárias de alto nível. Elementos-chave para garantir projetos de Estado – como a expansão territorial da agropecuária, o avanço das fronteiras da bioenergia, a defesa fitossanitária e do meio ambiente do País – essas instituições foram objeto de um estudo do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE).

O ponto de partida desse trabalho foi a percepção da necessidade de ampliar o esforço nacional de pesquisa agropecuária e, simultaneamente, a constatação de que parcela significativa da pesquisa agropecuária de âmbito estadual se encontraria institucionalmente muito debilitada. O estudo conduzido pelo CGEE, promovido pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), atende a uma demanda do Conselho das Entidades Estaduais de Pesquisa Agropecuária (Consepa) e foi endossado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Teve o apoio da Rede de Inovação e Prospecção Tecnológica para o Agronegócio (Ripa). Seu objetivo foi buscar a informação, o conhecimento e o conjunto de opiniões sobre o assunto existente na sociedade. Procurou, ainda, reunir, num processo interativo, conhecimento técnico na área de agronomia com metodologias próprias da pesquisa social. Seu intuito foi o de construir sugestões que pudessem contribuir para a reestruturação da atividade de pesquisa nos estados, considerada a indispensável integração dessas instituições com o sistema federal, liderado pela Embrapa.



A reorganização
do sistema
deve partir das
demandas do
público-alvo

O estudo procurou dar maior consistência às iniciativas de pesquisa no País, hoje diluídas na estrutura das organizações estaduais de pesquisa agropecuária, as quais se dedicam a outras atividades, atuando de forma desarticulada e sem efetiva coordenação dos poucos projetos de investigação em execução. Muitos deles são sobrepostos e concorrentes entre si, distantes das demandas da grande produção e sujeitos à descontinuidade, em função das limitações de orçamento e de injunções políticas.

Os trabalhos conduzidos ao longo de dez meses por 30 consultores abrangeram entrevistas com pesquisadores das 16 OEPA's no País, bem como com 270 lideranças do setor da pesquisa agropecuária, entre dirigentes de universidades, secretários estaduais de agricultura e representantes da pequena e da grande produção agropecuária. A metodologia também previu a realização de seis fóruns regionais, com mais de 150 participantes em sucessivas reuniões, e um fórum nacional.

Segundo dados apurados, das 16 OEPA's existentes, apenas cinco instituições dos estados continuam focadas na atividade de pesquisa. As demais entidades agregaram outros papéis: ensino, capacitação de agentes regionais para o desenvolvimento agropecuário e assistência técnica a agricultores – o que comprometeu o desempenho delas na produção de pesquisa.

O estudo também identificou que, entre as 16 instituições estaduais analisadas, 13 têm como público-alvo principal a agricultura familiar. Na prática, esse fenômeno desvia boa parte dos técnicos para atividades no campo, em detrimento da sua dedicação ao laboratório. A situação contribui para dispersar o orçamento dessas instituições, 11 das quais sobrevivem com menos de R\$ 10 milhões anuais. Apurou-se, por exemplo, que, dos R\$ 393 milhões destinados em 2005 às 16 OEPA's, pouco mais de R\$ 56 milhões foram, efetivamente, voltados à sua vocação original, que é a pesquisa agropecuária.

Um ponto positivo levantado foi o bom nível do quadro de profissionais com respeitável titularidade para as pesquisas agropecuárias no País. O Brasil dispõe, nos estados da federação, de um quadro de profissionais composto por 69 doutores (29% do total), 458 mestres (49%), 39 especialistas (4%) e 168 graduados (18%). Eles foram responsáveis por 1.014 projetos de pesquisas agropecuárias em 2005. Contudo, na prática, constatou-se um baixo nível de aproveitamento desses quadros, que geram uma expressiva quantidade e diversidade de pesquisas que, de forma geral, não contemplavam as reais necessidades dos demandantes.

Entre as recomendações do estudo está a revisão do modelo do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária, de modo a tornar seus componentes parceiros efetivos e o fortalecimento da interação entre as instituições estaduais, a Embrapa e outras entidades.

A reorganização desse sistema institucional – sugere o estudo – deveria ser feita a partir das demandas do público-alvo e orientada por resultados, ou seja, caberia às OEPA's transformarem-se em instâncias permanentes para a discussão de soluções que demandem a pesquisa tecnológica – tudo isso à luz de um planejamento estratégico e baseado em controles, acompanhamento e avaliação de projetos de pesquisa.

Outra sugestão diz respeito ao próprio modelo institucional das OEPA's. Recomendou-se que a área de pesquisa receba autonomia jurídica, financeira e técnica, desmembrando-se de outros setores das organizações estaduais, como capacitação e assistência técnica.



Proantar

Avaliação estratégica

Para conhecer a qualidade e a quantidade da pesquisa científica e tecnológica realizada pelo Brasil na Antártica e qual foi a projeção dessa pesquisa no País e no exterior o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) encomendou ao Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) uma avaliação do Programa Antártico Brasileiro (Proantar). Uma equipe do Centro compilou dados científicos de duas décadas de Programa examinando inúmeros relatórios em papel e centenas de arquivos digitais a partir de uma metodologia que permitiu a criação de um banco de dados estruturado, com um acesso amigável para consulta e validação pelos pesquisadores. Parte desse trabalho foi desenvolver um sistema específico para esse banco de dados – que pudesse sistematizar o nome dos pesquisadores, dos chefes de equipes, os projetos, a sua duração e a produção científica resultante.



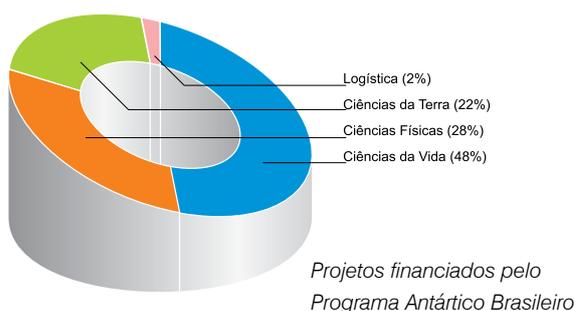
Ao longo de 2006 – após um criterioso levantamento junto aos arquivos da Secretaria da Comissão Interministerial para o Mar (órgão da Marinha responsável também pelo segmento científico do Proantar até 1991), nos registros do CNPq, no Portal Inovação e nos currículos Lattes dos pesquisadores envolvidos no Proantar – foi possível concluir, preliminarmente, que o Programa financiou mais de 600 projetos de pesquisa. Essas atividades deram-se desde a primeira expedição brasileira à Antártica – quando os navios oceanográficos Barão de Teffé, da Marinha, e Professor Besnard, da USP, chegaram ao Continente Austral e se intensificaram com a montagem da estação antártica Comandante Ferraz, em 1984, na ilha Rei George, do arquipélago das Shetlands do Sul. Até 2005, mais de 135 equipes brasileiras de pesquisadores sucederam-se em expedições científicas, voltadas ao estudo das mais diversas áreas na região mais fria do planeta – onde a calota de gelo pode chegar a quatro quilômetros de espessura.



Estação antártica Comandante Ferraz

Entre outras informações levantadas, o estudo identificou que o esforço brasileiro de pesquisa na Antártica resultou em aproximadamente 1.360 registros, entre textos publicados em periódicos nacionais e internacionais, na forma de livros ou capítulos de livros, ou apresentados em encontros científicos. Dos projetos financiados pelo Programa, 48% foram dedicados às Ciências da Vida, 28% às Ciências Físicas, 22% às Ciências da Terra e 2% às pesquisas na área da logística e outras. Feitas as conversões das diversas moedas brasileiras no período, o programa investiu o equivalente a R\$ 25 milhões apenas na produção científica, sabendo-se que, devido à distância e às exigências tecnológicas impostas pelas condições ambientais muito adversas, as atividades logísticas em apoio à pesquisa antártica costumam despende, nos programas antárticos de diversos países, um montante quatro vezes maior que o dedicado à pesquisa *per se*.

Além da equipe técnica do CGEE o trabalho de avaliação do Proantar contou com a participação de dois consultores em pesquisa antártica e com grande conhecimento das especificidades do Programa Antártico Brasileiro, Edith Fanta, bióloga da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e o Rudolph Trouw, geólogo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).



A avaliação do Proantar identificou a importância das pesquisas brasileiras na Antártica, entre as quais os estudos das mudanças ambientais globais, a identificação dos recursos naturais da região, a evolução e adaptação fisiológica, bioquímica e morfológica dos recursos vivos para elucidação de processos vitais que só podem

ser estudados naquela região. Também ressaltou o mérito da continuidade do programa que permitiu a realização de pesquisas consistentes e a expressiva formação de recursos humanos em temas antárticos, além da inserção internacional da pesquisa brasileira. Por fim, apontou a importância do banco de dados e do sistema de informação desenvolvidos no CGEE para o conhecimento mais amplo do Proantar e como instrumento de gestão do Programa, tanto para o CNPq/MCT, como para as demais instituições do Sistema Antártico Brasileiro.



Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs)

Estudo prospectivo para Iniciativa Nacional de Inovação (INI)

A Iniciativa Nacional de Inovação (INI) prevê para as Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) um estudo de futuro para a área com foco nas lacunas das políticas públicas para o setor. O projeto é desenvolvido em parceria pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE).

Na prática, as TICs são especialmente importantes para a economia brasileira. Com indústrias bem estabelecidas, bem organizadas e sob vários aspectos incentivadas pela Política Industrial, o País tem um parque industrial de escala e diversidade apreciáveis, quadros capacitados na universidade e dispõe de um marco regulatório específico para as TICs.

Contudo, o Brasil está distante da realidade de ser um grande player global na área. A estrutura produtiva nacional em TICs ainda apresenta sérias deficiências, e os recursos mobilizáveis para a inovação nessa área não são compatíveis com os investimentos realizados no ambiente global. Essa defasagem entre a produção nacional e as escalas dos principais pólos globais pode ser ilustrada pelo caso da norte-americana Intel, empresa fabricante de chips que investe anualmente mais em pesquisa e desenvolvimento do que todo o orçamento de ciência e tecnologia do Brasil.

Embora o mercado brasileiro seja atraente pelas suas dimensões, ainda é preciso equacionar o problema de como inserir a base da pirâmide social no mercado consumidor de TICs e, nesse aspecto, o papel governamental passa a ser crítico. Além de o marco regulatório exigir revisão e ampliação, é necessário que o governo se transforme em um usuário exemplar dessas tecnologias, de forma que seu poder de compra possa servir de alavanca ao setor no País. Sua atuação também é desejável, por meio dos fundos de fomento.



Os trabalhos desse estudo, em 2006, focaram-se em um amplo levantamento de dados que, depois de validados, formarão um “almanaque” do setor. Nos primeiros meses de desenvolvimento do projeto, a coleta de dados e informações concentrou-se em pesquisas de dados secundários, processados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e outros órgãos, coletados na Internet e na imprensa. Dois workshops foram realizados com a presença de representantes da ABDI, CPqD, Ministério da Integração Nacional (MI) e Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com cerca de 15 especialistas cada. Essa coleta ficou a cargo de duas especialistas e foi coordenada por Raul Martins, da Fundação Padre Leonel.

Em uma segunda etapa, serão utilizadas fontes *off-line* e entrevistas para escolher os indicadores mais adequados à compreensão do setor, capazes de refletir os principais aspectos das áreas de educação e capacitação profissional, pesquisa e desenvolvimento, inovação e produção e inserção da sociedade nas TICs.

Dados e informações específicos ainda englobarão as áreas de aplicações e de conteúdos, infraestrutura e acesso a TICs. Uma vez definidos os indicadores, o projeto prevê a elaboração de um documento que apresente os principais *gaps* identificados em TICs, assim como propostas de ações de curto, médio e longo prazo.

Estudos CGEE 2006

Um esforço de muitos atores

Os estudos do CGEE contam com a participação de especialistas convidados, assim como representantes do governo, iniciativa privada, academia e centros de pesquisa. Veja a seguir o resumo dos resultados obtidos com o esforço de tantos agentes de C,T&I na construção do conhecimento voltado para subsidiar as políticas públicas do setor.



Amazônia

Estudo da base informacional para a construção de estratégias para a região Amazônia. (Relatório Preliminar) Centro de Referência em Informação Ambiental. [Relatório]

Rede de inovação da biodiversidade da Amazônia BECKER, Bertha Koiffmann; BUENO, Carmem Sílvia C. (Coord.); EGLER, Paulo César G. [Estudo]



Avaliação em CT&I

Avaliação do Programa Antártico Brasileiro (Proantar) TEIXEIRA, Antônio José. [Nota técnica]

Avaliação de aderência de Fundos Setoriais. Relatório final PEREIRA, Newton Muller; HASEGAWA, Mirian; AZEVEDO, Adalberto Martiniano de. [Relatório]

Diagnóstico do Sistema de CT&I, Estratégias Internacionais e Agenda de Políticas e Reformas Institucionais e Econômicas do Sistema Nacional de Inovação. Uma dupla agenda de política tecnológica para o Brasil
PACHECO, Carlos Américo; SALLES FILHO, Sérgio Luiz Monteiro (Coord.). [Relatório]

Metodologia de avaliação de resultados e impactos dos fundos setoriais. Relatório final
GALVÃO, Antonio Carlos Filgueira (Sup.). et al. [Relatório]

Pesquisa OEPAs 2006. Relatório final
DIAS, Adriano (Coord.). [Relatório]

Proposta metodológica para a avaliação dos incentivos fiscais à P&D da Política Nacional de Informática
ROSENTHAL, David, VELHO, Sílvia (Coord.), GALVÃO, Antônio Carlos F. (Superv.). [Estudo]



Biocomplexidade

Diretrizes e estratégias para a modernização de coleções biológicas brasileiras e a consolidação de sistemas integrados de informação sobre biodiversidade
MENEZES, Mariângela; BARBOSA, Maria Regina de V.; PEIXOTO, Ariane Luna; MAIA, Leonor Costa (Org.). [Livro]

Towards greater knowledge of the brazilian semi-arid biodiversity

RAPINI, Alessandro; GIULIETTI, Ana Maria (Ed.); QUEIROZ, Luciano Paganucci de. [Livro]

Biodiversity Research Program
MCT. [Livro]

Checklist das plantas do nordeste brasileiro: angiospermas e gymnospermas
MESQUITA, Alyne Carneiro de. (Org.); BARBOSA, Maria Regina de V.; SOTHERS, Cynthia; GAMARA-ROJAS, Cíntia F.L. [Livro]

Rumo ao amplo conhecimento da biodiversidade do semi-árido brasileiro
RAPINI, Alessandro; GIULIETTI, Ana Maria (Ed.); QUEIROZ, Luciano Paganucci. [Livro]

Estudo sobre as possibilidades e os impactos da produção de grandes quantidades de etanol visando à substituição parcial de gasolina no mundo – Fase 2. Relatório parcial
LEITE, Rogério Cezar de Cerqueira (Coord.). [Relatório]

Portal do Ponto Focal Brasileiro da Iniciativa Global de Taxonomia – Fase I. Relatório final de execução do projeto
BONATTO, Sionei Ricardo. [Relatório]



Biotecnologia

Biopolímeros e intermediários químicos
Pradella, José Geraldo da Cruz. [Relatório]

Recursos humanos
FELIPE, Maria Sueli Soares. [Relatório]

Detalhamento de produtos importados: desenvolvimento e competitividade em biotecnologia
ANTUNES, Adelaide (Coord.). [Relatório]

Enzimas industriais e especiais
BON, Elba Pinto da Silva (Coord.); POLITZER, Kurt. [Relatório]

Consulta marco regulatório em biotecnologia no Brasil. Relatório final
CGEE. [Relatório]

Padrões de financiamento aos empreendimentos de base biotecnológica: um estudo para definição de instrumentos de apoio empresarial e financeiro no Brasil
FONSECA, Maria da Graça Derengowski. [Relatório]

Hemoderivados
AMORIM FILHO, Luiz de Melo. [Relatório]

Identificação das competências nacionais, dos principais gastos governamentais por estados da federação, das empresas importadoras e prospecção tecnológica em patentes sobre kits diagnósticos para doenças transmissíveis – controle de sangue
ANTUNES, Adelaide (Coord.). [Relatório]

Vacinas
CARVALHEIRO, José da Rocha. (Coord.). [Relatório]

Biomateriais
SOARES, Gloria de Almeida. [Relatório]



3ª Conferência Nacional de CT&I

Sumário das principais propostas da Conferência Nacional de CT&I [Periódico]

Conferência Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação, 3., 2005, Brasília. Síntese das conclusões e recomendações [Livro]



Demografia

Dinâmicas populacionais e movimentos demográficos. Demografia e fluxos migratórios (inter e intraregionais)
BAENINGER, Rosana; BRITO, Fausto; AZEVEDO, Simone. [Nota técnica]



Desenvolvimento Regional

A contribuição da agricultura familiar na geração de emprego no Brasil
SCHNEIDER, Sergio. [Nota técnica]

A migração no Brasil no começo do século 21: continuidades e novidades trazidas pela PNAD 2004
CUNHA, José Marcos Pinto da. [Nota técnica]

Acessando a influência das organizações regionais de integração sobre o caráter democrático dos regimes de seus Estados-Partes: o caso do mercosul e o Paraguai
HOFFMANN, Andrea Ribeiro. [Estudo]

Adultos jovens migram mais no país. Variações regionais são importantes
CUNHA, José Marcos. [Nota técnica]

Alguns aspectos relativos à evolução 2003-2004 da pobreza e da indigência no Brasil
ROCHA, Sonia. [Nota técnica]

As relações entre EUA e América Latina: diferenças entre Bush e Kerry
MATTAR, Reginaldo. [Estudo]

Aspectos da agricultura familiar regional – Nordeste e Sul (1996-1999 e 2001-2004)
NASCIMENTO, Carlos Alves do. [Nota técnica]

Blocos econômicos em desenvolvimento I: a ASEAN
VICENTINI, Paulo. [Estudo]

Comércio internacional em um mundo partido: o regime do GATT e os países em desenvolvimento
CRUZ, Sebastião C. Velasco e. [Estudo]

Construção de estados: por que não funciona e como fazê-la funcionar?
MESSARI, Nizar. [Estudo]

Desafios e questões de segurança nas relações do Brasil com os países andinos
VAZ, Alcides Costa. [Estudo]

Contrastes entre as culturas é marca na qualidade do emprego na agricultura
SILVA, José Graziano da.; BALSADI, Otavio Valentim. [Nota técnica]

Desemprego e precarização em regiões metropolitanas: um olhar a partir das famílias
BORGES, Ângela. [Nota técnica]

Indústria e trabalho: mitos e realidade
POCHMANN, Marcio. [Nota técnica]

Mercado geral de trabalho: o que há de novo no Brasil?
POCHMANN, Marcio. [Nota técnica]

Metropolização e desenvolvimento regional no Brasil: tendências recentes a partir da PNAD
LEMOS, Mauro Borges. [Nota técnica]

Mudanças recentes no mercado de trabalho rural
DEL GROSSI, Mauro; SILVA, José Graziano da. [Nota técnica]

PNAD 2004. Análise do crescimento e da desconcentração regional do ensino superior e da pós-graduação no país
DINIZ, Clélio Campolina. [Nota técnica]

Qualidade do emprego na agropecuária brasileira no período 2001-2004
BALSADI, Otavio Valentim. [Nota técnica]

Recuperação econômica e a geração de empregos formais
DEDECCA, Claudio Salvadori; ROSANDISK, Eliane Navarro. [Nota técnica]

Tendências migratórias recentes no Brasil: as evidências da PNAD de 2004
HAKKERT, Ralph; MARTINE, George. [Nota técnica]

Transferências de renda e a redução da desigualdade e da pobreza no Brasil
HOFFMANN, Rodolfo. [Nota técnica]

Indústria e trabalho: mitos e realidade
POCHMANN, Marcio. [Nota técnica]

Melhora a qualidade do emprego na agropecuária brasileira
BALSADI, Otavio Valentim; SILVA, José Graziano da. [Nota técnica]

Melhoria relativa das condições de vida e pobreza das famílias rurais no Brasil, Sul e notadamente no Nordeste (especialmente entre os produtores familiares), nos períodos 2001-2004 e 2002-2004
NASCIMENTO, Carlos Alves do. [Nota técnica]

Melhorias observadas na agricultura familiar regional – Nordeste e Sul (2001-2004) [Nota técnica]

Mudanças no mercado de trabalho e no perfil das famílias provocam alterações na formação da renda familiar
BORGES, Ângela. [Nota técnica]

Mudanças no mercado de trabalho e seus impactos sobre a desigualdade
ROCHA, Sonia. [Nota técnica]

O impacto da crise do mercado de trabalho sobre as famílias
BORGES, Ângela. [Nota técnica]

O limite entre os relativamente pobres e os relativamente ricos em 2004
HOFFMANN, Rodolfo. [Nota técnica]

O retorno do emprego formal
POCHMANN, Marcio. [Nota técnica]

Renda, pobreza e diferenças regionais – olhares sobre resultados das PNADs
ARAÚJO, Tarcisio Patricio de.; LIMA, Roberto Alves de. [Nota técnica]

Retorno engrossa as perdas populacionais de São Paulo. Estado já não é a mesma 'terra de oportunidades'
CUNHA, José Marcos. [Nota técnica]

Tendências recentes das desigualdades regionais no Brasil: as revelações da PNAD 2004
LEMOS, Mauro Borges. [Nota técnica]

Economia

Relatório síntese de apoio à inovação: subvenção econômica para pesquisa, desenvolvimento & inovação
JESINI, Flávia Maia. [Relatório]


Educação

Qualidade da educação básica nas escolas públicas do Brasil
GRACINDO, Regina Vinhaes (Coord.). [Relatório]

Análise de cenários para inclusão digital das escolas públicas do Brasil
MARIOTTO, Flávio Tonioli; BASSETO, Fernando; HOGDSON, Rodrigo Alves. [Estudo]


Energia

Nota técnica etanol
POPPE, Marcelo Khaled. [Nota técnica]

Matriz de combustíveis. Relatório final
PINTO JR., Helder Queiroz. [Relatório]

Estudo sobre as possibilidades e impactos da produção de grandes quantidades de etanol visando à substituição parcial de gasolina no mundo – Fase 2. Relatório de atividades
LEITE, Rogério Cezar de Cerqueira. [Relatório]


Inovação

Observatório de ciência, tecnologia e inovação
NASCIMENTO, Maria Elenita M. [Relatório]

El difícil arte de construir y gestionar un sistema nacional de innovación. Algunas reflexiones sobre el caso argentino
BISANG, Roberto. [Nota técnica]

El Sistema Nacional de Innovación en la Argentina
CHUDNOVSKY, Daniel. [Nota técnica]

Financiamento à inovação
ARRUDA, Mauro. [Nota técnica]

Formação de recursos humanos para inovação
GAZZOLA, Ana Lúcia Almeida. [Nota técnica]

O Sistema de C&T e Inovação no Brasil: marcos institucionais, mecanismos de gestão e tomada de decisão
PACHECO, Carlos Américo. [Nota técnica]

Sistema nacional de inovação
SILVA, Evando Mirra de Paula. [Nota técnica]

Instrumentos de financiamiento del sistema nacional de innovación, con particular énfasis sobre el financiamiento de la innovación tecnológica
DEL BELLO, Juan Carlos; . [Nota técnica]

Las necesidades de recursos humanos para el desarrollo del Sistema Nacional de Innovación
ABELED, Carlos. [Nota técnica]


Interação Universidade-Empresa

Relatório do Programa de Mestrado SAE Brasil
ALBERTIN, José Luiz; GOMES JR, Otacílio; REHDER, Haroldo. [Relatório]


Mudança do Clima

Report on the modelling climate change
MARENGO, Jose. [Síntese de recomendações]

Programa de capacitação sobre projetos de mecanismo de desenvolvimento limpo. Relatório final
POPPE, Marcelo Khaled (Coord.). [Relatório]


Nanotecnologia

Nanotechnology and organic electronics workshop
[Síntese de recomendações]

Roadmap de nanotecnologias para aplicações espaciais, cargas úteis e satélites. Módulos 1 e 2
GATTAZ SOBRINHO, Fuad; MAMMANA, Victor Pellegrini; MILANI, Paulo Giacomio; BUENO, Cristiane Chaves Gattaz. [Relatório]


Planejamento Estratégico em CT&I

Plano diretor 2006-2010 do INT
INT. [Livro]

Plano diretor 2006-2010 do Cetem
Cetem. [Livro]

Plano diretor 2006-2010 do CBPF
CBPF. [Livro]

Plano diretor 2006-2009 da RNP
RNP. [Livro]

Plano diretor 2006-2009 do LNLS
LNLS. [Livro]

Plano Diretor 2006-2010 do Mast
Mast. [Livro]

Plano diretor 2006-2009 da ABTLuS
BTLuS [Livro]

Plano diretor 2006-2009 do Impa
Impa. [Livro]

Plano diretor 2006-2010 do LNA
LNA. [Livro]

A study on earth system science
SHUKLA, Jagadish; KINTER III, J.L.; HOUSER, P. R. [Estudo]

Análise de modelo institucional do Inpe: situação atual e alternativas para o futuro
ALVES, Francisco de Assis. [Estudo]

Institucionalidade do sistema espacial e sua adequação às necessidades do Brasil
MELO, Ajax Barros de. [Estudo]

Institucionalidade dos sistemas espacial e meteorológico e sua adequação às necessidades do Brasil
STEINER, João Evangelista. [Estudo]

Panorama/diagnóstico de satélites desenvolvidos e operantes ao longo dos últimos cinco anos e tendências futuras
FREITAS, Ney Menandro Garcia de; ALENCAR, Marcus Franco Costa de. [Estudo]

International context of space industry
BACH, Laurent. [Position Paper]

International cooperation opportunities in space for Brazil
PELTON, Joseph N. [Position Paper]

A identificação e análise de alternativas de modelos gerenciais para organizações públicas de C&T, com destaque para o caso do Inpe
WOOD, Thomaz. [Relatório]

Mecanismos de financiamento para atividades espaciais no Brasil
LINHARES, Claudia de Albuquerque. [Relatório]

Orientações gerais aos grupos temáticos
SALLES, Sérgio (Coord.). [Documento Orientador]

Associated space technologies
KOSLOV, Alexander Alexandovich. [Estudo]

Study on space sciences in Brazil
BONNET, Roger Maurice. [Estudo]

Estudo sobre o panorama atual de utilização e serviços da área espacial no Brasil: empresa, estado e academia
RAUPP, Antonio Marco. [Estudo]

Potencial de demanda para atividades espaciais no Brasil
AGUIAR, Odylio D. (Coord.). [Estudo]

Papel do Brasil no cenário internacional e cooperação em atividades espaciais, modelagem e observação do sistema terrestre
DURÃO, Otávio Santos Cupertino (Coord.). [Estudo]

Dinâmica econômica e produtiva dos setores empresariais relacionados às atividades do Inpe
KONO, Janio (Coord.). [Estudo]

Auto-conhecimento e auto-avaliação do Inpe
BRESSAN, Cláudio (Coord.). [Estudo]

Prospecção científica e tecnológica
MENDES JUNIOR, Odim (Coord.). [Estudo]

Avaliação de impactos dos produtos do Inpe
SILVA, José Demísio Simões (Coord.). [Estudo]

Tendências e práticas organizacionais de instituições (nacionais e internacionais) de C&T, com ênfase no setor espacial
BRITO, Alírio Cavalcanti de (Coord.). [Estudo]

Alternativas de modelos institucionais e gerenciais
PRETO, Airam Jônatas (Coord.). [Estudo]

Mecanismos de financiamento para as atividades do Inpe
PEREIRA, Enio Bueno (Coord.). [Estudo]

Mapeamento e análise de instituições congêneres. Relatório preliminar
NASCIMENTO, Maria Elenita M. [Relatório]



Tecnologias de Informação e Comunicação

Tecnologia da informação aplicada ao turismo
PORTO, José Rubens Dória. [Nota técnica]

Consultoria para acompanhamento do diagnóstico no ambiente de Tecnologia da Informação do MCT, incluindo o ambiente de Gestão dos Fundos Setoriais de C&T
LS CONSULTORIA Ltda. [Relatório]

Projeto TICs 2015. Relatório final
TAKAHASHI, Eduardo Tadao. [Relatório]

Reestruturação de ferramentas. Relatório de gestão
ALBUQUERQUE, Flávio Giovanetti. [Relatório]



Turismo

O transporte aéreo no Brasil: panorama geral, avaliação da competitividade e propostas de políticas públicas para o setor
FERREIRA, Marcos José Barbieri; LAPLANE, Gabriela. [Nota técnica]

O segmento de agências e operadoras de viagens e turismo
MARQUES, Adriana Marques da; RIBEIRO, Adauto Roberto. [Nota técnica]

Serviços de alimentação
SILVA, Maria Lussieu da. [Nota técnica]

Tecnologia da informação aplicada ao turismo
PORTO, José Rubens Dória. [Nota técnica]

Infra-estrutura
RUAS, José Augusto Gaspar; LAPLANE, Marcelo. [Nota técnica]

Turismo como instrumento de desenvolvimento regional: estudo de arranjos produtivos locais (APLs) no setor de turismo
GORAYEB, Daniela Salomão. [Nota técnica]

O turismo na Austrália
CARVALHO, Flávia Pereira de.; ROCHA, Gustavo de Britto. [Nota técnica]

Serviços de hospedagem
CORREA, André Luiz. [Nota técnica]

Turismo e a dimensão ambiental
CORAZZA, Rosana Icassatti; . [Nota técnica]

Turismo e a dimensão social
BALTAR, Carolina; FRACALANZA, Paulo Sérgio; MELONI, Fernando. [Nota técnica]

Economia do turismo SILVA, Lúcia Helena Salgado e. [Estudo]	<i>Estudio de caso internacional del sector turismo en Mexico</i> CASTRO, Maria Beatriz Garcia. [Nota técnica]
O turismo cultural no Brasil FERREIRA, Adriana Nunes. [Nota técnica]	Instituições e políticas públicas de turismo TÁPIA, Jorge; RODRIGUES, Fernando Henrique Lemos; IGIESTEIRA, Luís Felipe. [Nota técnica]
Perfil e segmentação da oferta de destinos turísticos e da demanda de turismo doméstico e internacional HIRATUKA, Célio; SABBATINI, Rodrigo; SARTI, Fernando. [Nota técnica]	A construção de uma estratégia para o Setor de Turismo no Brasil. Análise da cadeia de valor do Setor de Turismo no Brasil – parte I. Competitividade do Setor de Turismo no Brasil – parte II SARTI, Fernando; SALGADO; Lúcia Helena; COUTINHO, Luciano (Coord.). [Estudo]
Estudos de casos internacionais do setor de turismo: Espanha [Nota técnica]	

Principais reuniões de 2006

Construindo de consensos e valorizando as divergências



Cerca de uma centena de grandes reuniões foram conduzidas em 2006 pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), com a participação dos mais diversos atores de cerca de 300 instituições e organizações públicas e privadas. Prestigiaram os debates, discussões e reuniões de trabalho importantes quadros do governo, da academia, da iniciativa privada e de centros de pesquisa de todo o país. Nesses encontros, a construção de consensos foi uma tarefa árdua, contínua e instigante. Mas, talvez, mais importante do que chegar à convergência de visões, percepções, opiniões e teorias, foi promover possibilidade de mapear a riqueza da divergência entre tantos atores. Reconhecer as múltiplas facetas da realidade e detalhar as divisões entre os atores do Sistema Nacional de CT&I é uma missão tão importante quanto o árduo caminho da concordância das idéias. Ao refletir essa pluralidade de vozes, afinadas ou dissonantes, em cada um dos trabalhos que realiza, o CGEE procura dar aos responsáveis pelas políticas de CT&I um importante instrumento para a tomada de decisões maduras e conscientes.

Leia, a seguir, as principais reuniões – seja pelo número de atores, seja em função da relevância dos temas – conduzidas pelo Centro ao longo do exercício de 2006.

Tema	Evento	Participantes Instituições participantes	Data	Local
Instrumentos e Programas de Promoção e apoio à Inovação	Reunião	16 Fundaj, Borges Beildeck Medina e Vilarado, Finep, UFRJ, PUC, Opto Eletrônica, Iedi, Getec, CGEE, Aegis Semicondutores	11/1/2006	CGEE Brasília/DF
Apresentação da Rede de Pensamento Estratégico	Reunião NAE	13 NAE	26/1/2006	CGEE Brasília/DF
Melhoria da Educação Básica no Brasil – Pesquisa Delphi	Reunião NAE	6 NAE, CGEE	30/1/2006	CGEE Brasília/DF
Apresentação do projeto de Expansão da Produção do Etanol	Reunião	21 ABDI, BNDES, CGEE, CNI, Finep, Mapa, MME, Unicamp	31/1/2006	CGEE Brasília/DF
Física e Inovação no Brasil: Formação de Recursos Humanos e Organização da Pesquisa	Reunião	5 SBF, CGEE, UFMG, CBPF, Lasertools	9-10/2/2006	CBPF Rio de Janeiro/RJ
Avaliação do Programa Proantar	Reunião	6 CGEE, Craan/Mackenzie, UFRJ, Petrobras	14/2/2006	CGEE Brasília/DF
Recursos Humanos para a Inovação	Reunião	10 Coppe/UFRJ, Finep, ABDI, SAE Brasil, CGEE, USP	16/2/2006	CGEE Brasília/DF
Discussão sobre Plano Tecnológico Setorial para Segmentos Odontológicos e Calçadistas	Reunião	7 ABDI, CGEE	17/2/2006	CGEE Brasília/DF
Apresentação do Estudo do Etanol	Reunião	17 CGEE, MCT, Mapa, NAE, Unicamp, LNLS, Embrapa	20/2/2006	CGEE Brasília/DF
Reunião com a Secretaria da Receita Federal - Divisão de Cenário de Risco	Reunião NAE	5 NAE, Receita Previdenciária	21/2/2006	CGEE Brasília/DF
Projeto do Navio Oceanográfico	Reunião	6 CGEE, CPN, Secirm	22/2/2006	CGEE Brasília/DF
Reunião sobre Modelagem do Sistema de Desenvolvimento de Mares e Zonas Costeiras	Reunião NAE	15 BB, NAE, Casnav, CGEE, Brainstorming	23/2/2006	CGEE Brasília/DF
Projeto Competitividade e Cadeia de Valor do Setor de Turismo do Brasil	Oficina de Trabalho	13 MTur, Unicamp, CGEE, UERJ, FGV, Fipe, UnB	6/3/2006	CGEE Brasília/DF
Avaliação das Propostas de Plano Diretor elaboradas pelas Unidades de Pesquisa do MCT	Reunião Técnica	15 SCUP-MCT, CGEE	9-10/3/2006	MCT Brasília/DF
Avaliação dos Fundos Setoriais	Reunião	17 CGEE, MCT, CNPq, Unicamp, Finep, CDS/UnB	9/3/2006	CGEE Brasília/DF
Planejamento Estratégico do Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe)	Reunião	13 CGEE, Inpe, Unicamp	9/3/2006	CGEE Brasília/DF
Planejamento de Valores da Sociedade relativos ao Ensino Superior	Reunião NAE	15 NAE, Planalto, UnB, CGEE, Inep	15/3/2006	CGEE Brasília/DF
A Atividade de Prospecção na Comunidade Européia e a Rede <i>Self Rule</i>	Reunião	25 CGEE, NAE, ABDI, UCB, CNPq, Embrapa/Cenargen, Instituto Prest, UNEFM, PUC/RJ	20/3/2006	CGEE Brasília/DF
<i>Brazilian Biodiversity: Programs of International Cooperation and Repatriation of Taxonomic Information</i>	Conferência	84 SBZ, CRIA, SBB, SBM, SBE, SEB, SOB, SBMz, SBC, SBI, SBF, Amnat, RNP, MCT, CGEE	21/3/2006	Expotrade Convention Center Curitiba/PR
Estratégias Corporativas e Desenvolvimento Regional na União Européia (Prof. Mick Dunford)	Debate	22 Fundaj, Cade, CGEE, PUC/RJ, Cedeplar, ABDI, MP, Abipti, CDS/UnB, MCT, University of Sussex, Secti/BA	22/3/2006	CGEE Brasília/DF
Iniciativa Nacional de Inovação - Nanotecnologia	Reunião	28 Fundaj, MCT, Coppe/UFRJ, Petrobras, CNPq, PUC/Rio, UFPE, ABDI, Finep, Embrapa, Boticário, Baumer-Genius, CGEE, Unicamp, Embrapa e Consultor	22/3/2006	CGEE Brasília/DF

<i>Australia Brazil Bio Nano Technology Conference</i>	Conferência	11 Unicamp, UFMG, USP, UFPE, Nanocore Biotecnologia, LNLS, UFRGS, UFRJ, UERJ	25-31/3/2006	AIBN Brisbane/Austrália
Apresentação sobre "Estratégia e Inovação" - Prof. Carlos Augusto Caldas de Moraes	Reunião	17 CGEE, Ceplan Consult, PUC/Rio, ABDI	30/3/2006	CGEE Brasília/DF
Mar e Ambientes Costeiros	Reunião	10 CGEE, NAE, IO/USP, UFRPE, CPRM	4/4/2006	CGEE Brasília/DF
Portal Inovação	Reunião	11 CGEE, ABDI, Instituto Stela, MCT, RNP, Sebrae, Siemens	4/4/2006	CGEE Brasília/DF
Rede de Conhecimento sobre a Amazônia	Reunião	12 CGEE, NAE, Cria, Fiocruz	5/4/2006	CGEE Brasília/DF
Tecnologia da Informação e Comunicação: Alternativas de Projetos para Inclusão Social e Apoio a Programas de Governo	Reunião	16 CPqD, Datasul, PUC/RJ, Finep, CGEE, ABDI, Prefeitura de Pirai, UFF, Escola do Futuro/ USP, Icatel, Coppe/ UFRJ, F&R Engenheiros Consultores, FPLF	7-8/4/2006	Hotel Capim Limão Itaipava/RJ
Análise dos Resultados da PNAD 2004	Seminário	105 MDS, Ipea, MDA, MP, IBGE, Secom, USP, Senado Federal, MTE, Cade, MF, Dieesi, UCSAL, UFMG, PNUD, IETS, Casa Civil, CGEE, UFRGS, NAE, Cepal, UFBA, UFU, UFRJ, Abep, UNFPA, Embrapa, UFC, UCSAL, Banco do Brasil, MP, Cade, IE/UFRJ, Cepal, MDA/Nead, MDS, NAE/PR, UFBA, UFC, BB, TEM, USP/Cebrap, Casa Civil, CGEE, Maré, IBGE, Unicamp, PNUD, Ipea, Secom/PR, SF, Dieese, UCSAL, UFMG, IETS, UFRGS, Cedeplar, UFU, Abep, Embrapa	10-11/4/2006	Elo Consultoria Brasília/DF
<i>Desafíos de los Sistemas Nacionales de Innovación</i>	Seminário	17 CGEE, Finep, UFMG, USP SF, ABDI, Anpei, Biommm, Opto Eletrônico	20-21/4/2006	Buenos Aires/Argentina
CCT	Reunião Técnica	40 MCT, CGEE, NAE/PR, Finep, Ipea, Unicamp, MP, CC, MI, MD, MDIC, MF, MS, MEC, GSI, ABDI, Fórum das FAP's	25/4/2006	CGEE Brasília/DF
Observatório em C&T	Reunião	17 CGEE, Fundaj	26/4/2006	CGEE Brasília/DF
Roadmap de Nanotecnologia para o Setor Aeroespacial	Oficina de Trabalho	32 Fundaj, Cecompi, CenPRA, Unicamp, IEAv/CTA, Holding Tech, Prefeitura de SJC, Ill SIS, Mectron, MD, Embraer, Finep, MDIC, CGEE, INPE, FCMF, ABDI, Comaer	28-30/4/2006	Atibaia Residence Hotel Atibaia/SP
Mar e Ambientes Costeiros	Reunião	14 CGEE, IO/USP, CNPq, UFRPE, Secirm, CPRM, MCT, NAE/PR	4/5/2006	CGEE Brasília/DF
Rede de Conhecimento sobre Biodiversidade da Amazônia	Reunião	31 Inpa, CGEE, MCT, UFRJ, Censipam, USP, Inpe, Cria, Fiocruz, SBPC, Abipti, CBA, MPEG, NAE/PR, Ibama, Sect/AM, Atech, Embrapa, Sipam	9/5/2006	CGEE Brasília/DF
Fórum de Competitividade em Biotecnologia	Reunião	12 UFRJ, ABDI, CGEE, Hemobras, Coppe/ UFRJ, MDIC, Fiocruz, IPT, UnB	12/5/2006	CGEE Brasília/DF
INI - Ações para Áreas Estratégicas: Biotecnologia, TIC, Nanotecnologia e Energias Renováveis	Reunião	17 ABDI, CGEE, PUC	17/5/2006	ABDI Brasília/DF
A Experiência da Embrapa em Avaliação de Impactos	Palestra	11 CGEE, Embrapa, CDS/UnB	19/5/2006	CGEE Brasília/DF
PTS - Comitê Gestor da Cadeia Coureiro-calçadista e artefatos	Reunião	14 Assintecal, CGEE, CICB, Abrameq, ABDI	19/5/2006	CGEE Brasília/DF

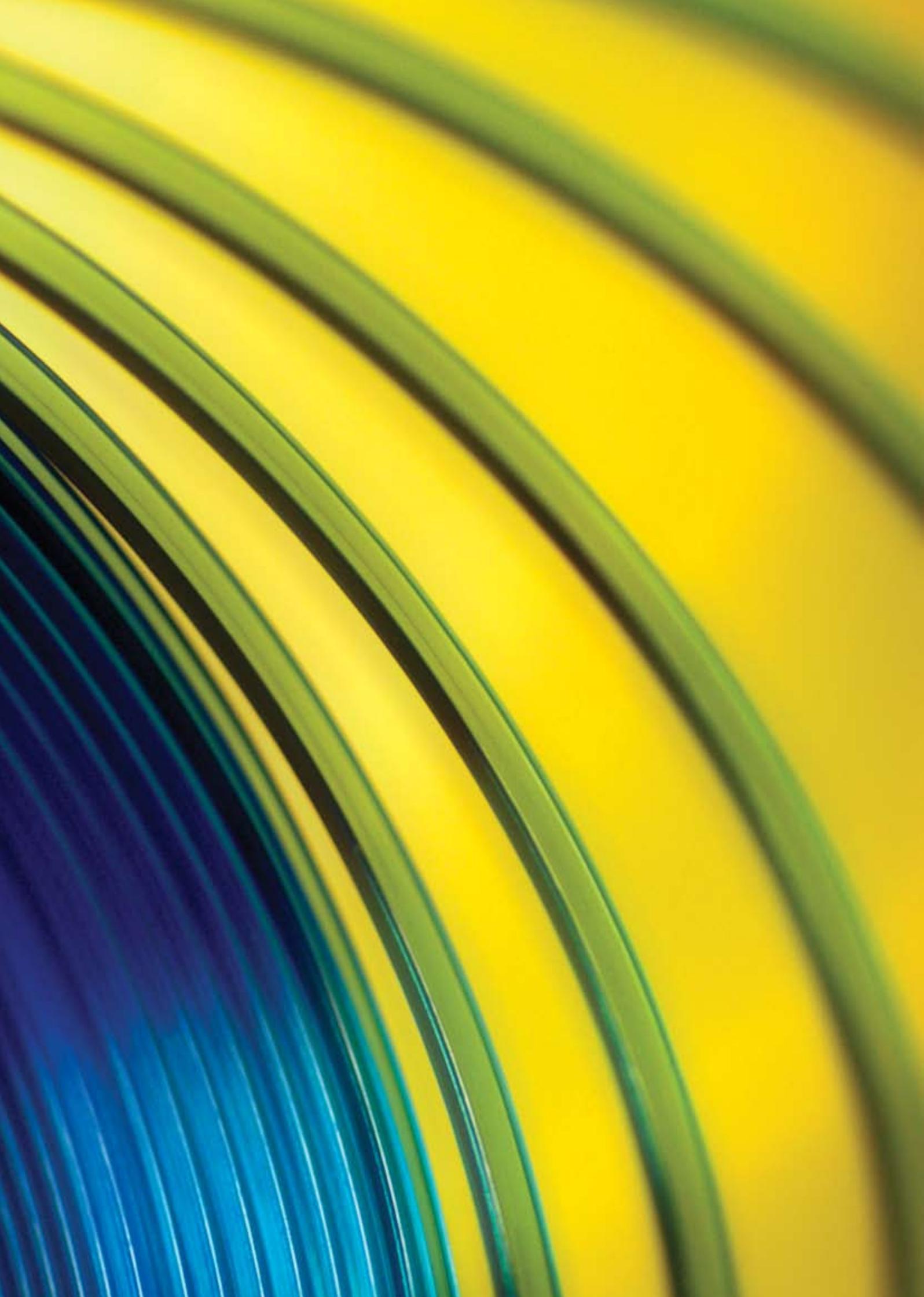
Brazil Day	Seminário	40	ABC, CGEE, MCT, Finep, CNPq, CPTec/Inpe, UnB, UFSC, Embrapa, MS, USP, UFSCar, UFRJ, UFPE, Unicamp, PUC/Rio, UFOP, Valle, Uenf, Cenargen, Instituto Butantan, Lika, UFC, Biomanguinhos, Capes, LNLS, NAE	22-23/5/2006	Royal Society Academia Real de Ciências Britânica Londres/ Inglaterra
CCT - Comissão de Acompanhamento e Articulação	Reunião	13	MCT, MD, MS, MDIC, MP, CGEE, ABC, CCT	24/5/2006	CGEE Brasília/DF
CCT - Comissão de Sistemas de Inovação Tecnológica	Reunião Técnica	15	MCT, MEC, MD, PR, MDIC, MC, BNDES, Finep, ABC, CGEE, Confap, CCT	24/5/2006	CGEE Brasília/DF
Política Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT)	Workshop	24	CGEE, MP, UnB, UFRJ, Cedeplar, MI	25/5/2006	CGEE Brasília/DF
Palestra "Instituições, Inovação e Crescimento Econômico"	Palestra	13	CGEE, UFC/BIRD, ABDI, ABC	30/5/2006	CGEE Brasília/DF
Estudo da Abordagem da Dimensão Territorial para o PPA 2008-2011	Workshop	30	MP, Coppe/UFRJ, CGEE, UFRJ, Unicamp, Cedeplar/UFMG, FINEP, MDIC, Ceplan Consult	7/6/2006	CGEE Brasília/DF
Fórum de Competitividade em Biotecnologia	Reunião	25	ABDI, BNDES, Instituto Albert Einstein, MS, MDIC, MA, UCB, BB, CGEE, Inmetro, MCT, Inpi, CNPq, UnB, Sebrae, Coinfar, Capes	9-10/6/2006	Hotel Capim Limão Itaipava-RJ
Marco Atual da Nanotecnologia no Brasil e as Sugestões de Ações Estratégicas no Quadro da Iniciativa Nacional de Nanotecnologia (INN-Brasil)	Oficina de Trabalho	15	Finep, ABDI, Unicamp, LNLS, Boticário, Embraer, CGEE, BNDES, Petrobras, Abiquim, NAE, CenPRA	12/6/2006	Hotel Pestana São Paulo/SP
Uso das Telecomunicações em apoio à Segurança Pública	Reunião NAE	10	NAE, Sinditelebrasil	12/6/2006	CGEE Brasília/DF
Iniciativa Nacional de Inovação	Reunião	12	CGEE, ABDI, LCA Consultores, Consultor	14/6/2006	CGEE Brasília/DF
Mar e Ambientes Costeiros	Reunião	6	CGEE, IO/USP, CPRM, Secirm, NAE	19/6/2006	CGEE Brasília/DF
Qualidade da Educação	Reunião NAE	9	NAE, CGEE, Inep, Casa Civil, CDES, MC, GSI, Anped	19/6/2006	CGEE Brasília/DF
Projeto de Competitividade e Cadeia de Valor do Setor de Turismo do Brasil	Workshop	16	Néctar/ITA, MTur, Unicamp, Edap, Ipea, UFRJ, FGV, Fipe, UnB	20/6/2006	CGEE Brasília/DF
Projeto BR3T	Reunião NAE	12	NAE	21/6/2006	CGEE Brasília/DF
Roadmap de Nanotecnologia para o Setor Aeroespacial	Oficina de Trabalho	6	CGEE, IEAv/CTA, INPE, CenPRA	21-23/6/2006	Atibaia Residence Hotel Atibaia/SP
Discussão do Banco de Dados Georreferenciado - BDGeo, Atividade Módulo I - Marco Inicial - MP	Reunião Técnica	5	CGEE, Presidência da República	22/6/2006	CGEE Brasília/DF
Rede de Conhecimento sobre Biodiversidade da Amazônia	Reunião	5	CGEE, Fucapi/Amazonas	23/6/2006	CGEE Brasília/DF
Empresas de Propriedades Específicas	Reunião	7	CGEE, Embrapa, UCB	25/6/2006	CGEE Brasília/DF
Projeto BR3T	Reunião NAE	6	NAE	28/6/2006	CGEE Brasília/DF
Formação de Recursos Humanos para a Inovação	Reunião	10	UFRJ, Senado Federal, CGEE, UnB, UFPE	28/6/2006	CGEE Brasília/DF
Trópicos Sistemas e Telecomunicações - Gerenciamento de Projetos	Reunião NAE	6	Promon, NAE, Consultor	3/7/2006	CGEE Brasília/DF
Observatório em C&T	Reunião	12	CGEE, Senado Federal, LCA Consultores	3/7/2006	CGEE Brasília/DF
CCT	Reunião Técnica	25	MCT, MTur, MDS, MEC, MT, ANTT, MJ, SBPC, Ipea, Casa Civil, MD, MS, MME, MC, ME, MCidades, MPU, DNIT, MP, CCT	12/7/2006	CGEE Brasília/DF
Avaliação em CT&I	Reunião	18	CGEE, CDS/UnB, UFRJ	14/7/2006	CGEE Brasília/DF

Brasil x Japão na Área de Biocombustíveis	Reunião NAE	17 NAE, MRE, Embaixada do Japão	17/7/2006	CGEE Brasília/DF
Projeto "Dimensão Territorial do PPA"	Workshop	12 CGEE, Unicamp, Presidência da República, UFMG, UFF	19/7/2006	CGEE Brasília/DF
Revisão da Flora Brasileira: Desafios e Oportunidades	Conferência	65 CGEE, UEL, Uesc, JBRJ, Inpa, Cria, Unicamp, UGRGS, MCT, Natura, UFPE, UFRJ, Instituto de Botânica/USP, UnB, Uefs, Parque Zoobotânico, MPEG, UFPA, UniSinos, Embrapa, IBGE, Fapesp, Herbário Barbosa Rodrigues, UFSC, MCT, Faculdade da Região dos Lagos, Universidade do Vale do Itajaí, Herbário PUC/RS, Fiocruz, Unesp, Universidade Federal de Pelotas, New York Botanical Garden, Missouri Botanical Garden, Royal Botanical Gardens/KEW, MUHN, Botanischer Garten und Botanisches Museum	19-21/7/2006	Majestic Palace Hotel Florianópolis/ SC
Política Industrial para o Setor Espacial	Oficina de Trabalho	11 Fundaj, IEAv/CTA, CGEE, AEB, Inpe, CenPRA	24/7/2006	CGEE Brasília/DF
Apresentação do Marco Inicial do Planejamento Territorial	Workshop e Videoconferência	13 MP, CGEE	25/7/2006	CGEE Brasília/DF
Discussão de Tópicos em CT&I de Interesse para o Planejamento Estratégico do Instituto Nacional do Semi Árido (Insa)	Reunião de Especialistas	12 CGEE, Embrapa, MCT, UNEB, UCB, Consultor	2/8/2006	CGEE Brasília/DF
Acompanhamento da Pesquisa sobre o Papel das OEPAs	Reunião	18 Embrapa, IPA, Fundaj, CGEE, Deagro, Emepa, Emparn, Fazenda Acauá, Consultores	7-8/8/2006	Best Western Manibu Recife/PE
Revisão Final do Questionário Delphi Petrobras	Reunião	7 Cognética, Cyted, CGEE, UCB	8-9/8/2006	CGEE Brasília/DF
Grupo Orientador do Planejamento Estratégico do Inpe	Reunião	16 Geopi, CGEE, Inpe	9/8/2006	CGEE Brasília/DF
Apresentação da Metodologia do Estudo Prospectivo - PTS	Reunião	28 CGEE, ABDI	10/8/2006	CGEE Brasília/DF
Acompanhamento da Pesquisa sobre o Papel das OEPAs	Reunião	18 Fundaj, Embrapa, Apta, Incaper, Epamig, Pesagro/Rio, CGEE, Seaapi/RJ	10-11/8/2006	Luxor Continental Hotel Rio de Janeiro/ RJ
Comissão de Orientação e Validação (COV)	Reunião NAE	16 NAE, CGEE, Embrapa, MD, MDS, MDA, MI, MME, MP, MT, MT	14/8/2006	CGEE Brasília/DF
Acompanhamento da Pesquisa sobre o Papel das OEPAs	Reunião	7 Fundaj, Iapar, Adetec, CGEE	14/8/2006	Hotel InterCity Express Porto Alegre/RS
Acompanhamento da Pesquisa sobre o Papel das OEPAs	Reunião	19 Fundaj, Iapar, Fepagro, CGEE, Epagri, Adetec, Embrapa	15/8/2006	Fepagro Porto Alegre/ RS
Acompanhamento da Pesquisa sobre o Papel das OEPAs - Região Centro Oeste	Reunião	32 Fundaj, Ulbra/TO, UFMT, UFG, CGEE, Agência Rural/ Consepa, Embrapa, Unitins, Empaer/MT, Agência Rural/UEG	15-18/8/2006	CGEE Brasília/ DF e Agência Rural/GO
Acompanhamento da Pesquisa sobre o Papel das OEPAs - Região Centro Oeste	Reunião	32 Fundaj, Ulbra/TO, UFMT, UFG, CGEE, Agência Rural/ Consepa, Embrapa, Unitins, Empaer/MT, Agência Rural/UEG	15-18/8/2006	CGEE Brasília/DF e Agência Rural/ GO
Rede de Conhecimento sobre Biodiversidade da Amazônia	Reunião	6 CGEE, UFRJ, Fucapi	24/8/2006	CGEE Brasília/DF
Reunião CPqD	Reunião NAE	9 NAE, CGEE, CPqD, Anatel, Inep	28/8/2006	CGEE Brasília/DF
Cenários Possíveis e Sugestão de Políticas na Área Demográfica	Reunião	9 CGEE, IBGE, Cedeplar, Ipea, NAE, Unicamp	28/8/2006	CGEE Brasília/DF
Projeto Roadmap de Nanotecnologia Espacial	Reunião	8 UCB, CGEE, III SIS, Cognética, Surplus	28/8/2006	CGEE Brasília/DF

Recursos Humanos para Inovação	Reunião	14	Coppe/UFRJ, CGEE, UnB, USP, PUC/RJ, Capes, PRD/Biotech, CNI, UFPE, Petrobras	29/8/2006	CGEE Brasília/DF
Comissão de Orientação e Validação (COV)	Reunião NAE	12	NAE, UFRJ, MME, GSI, MA, Casa Civil, ANP, MDIC, CGEE	31/8/2006	CGEE Brasília/DF
Estudo da Dimensão Territorial do PPA	Workshop	31	MP, CGEE, UFRJ, Unicamp, Cedeplar/UFMG, MDA, ISI, UnB, IP Consultores, Ceplan/UFPE, UFF	13/9/2006	CGEE Brasília/DF
Engenharia de Navio Oceanográfico de Pesquisa	Oficina de Trabalho	48	Seap, CPN/Marinha, Secirm/Marinha, USP, MDIC, UFPR, CPN, Ibama, UFRN, Uerj, Emgepron, CGEE, MCT, Finep, IPT, UFRPE, UFPR, MME, CPRM, FURG, MMA, Bahia Pesca, Petrobras, Igeo/UFF, CNPq	14/9/2006	Elo Consultoria Brasília/DF
Avaliação de Impacto dos Fundos Setoriais	Reunião	7	Unicamp, CGEE, Ipea, ABC	14/9/2006	CGEE Brasília/DF
Comissão de Orientação e Validação (COV)	Reunião NAE	13	NAE, MCT, UFRJ, CGEE, UnB, Fucapi/AM, MD DEFESA, MMA, Casa Civil	19/9/2006	CGEE Brasília/DF
TIC's	Reunião	15	ABDI, CGEE, Universidade Cândido Mendes, Softex, PUC/RJ, UnB, Cesar, ISI	20/9/2006	CGEE Brasília/DF
Preparação dos Fóruns Regionais para Fortalecimento das OEPAs	Reunião Nacional	9	CNEC/RJ, Iapar, Embrapa, Ipa, Fundaj, CGEE	20-22/9/2006	CGEE Brasília/DF
Fortalecimento das OEPAs - Região Nordeste	Fórum Regional	51	Fundaj, UFS, Ipa, Embrapa, Ascco, Deagro, SFA/PB, Secretaria Agricultura RN, Prococo, Faeal, Ufal, Seagri/BA, Fetag, Faepe, Fetase, Fetam, Emparn, Aiba, Emepa, Ripa, Faepa, UFCC, CGEE, Consultor	4-5/10/2006	Best Western Manibu Recife/PE
Fortalecimento das OEPAs - Região Sudeste	Fórum Regional	41	Embrapa, Apta, Consepa, Epamig, Faesp, Sect/ES, Avimig, Incaper, Pesagro/Rio, Seapa/MG, CGEE, IAC/SP, Seaapi, Fetaes, Cati/SP, CNA, Fetaesp, Consultores	9-10/10/2006	Hotel Novo Mundo Rio de Janeiro/RJ
Estudo para Formulação de um Plano Integrado Nacional em Aplicações Tecnológicas de Semicondutores Orgânicos	Reunião	8	UFPE, CGEE, UFPR, PUC/RJ, CNI, USP	11/10/2006	CGEE Brasília/DF
Petrobras	Reunião	6	UCB, CGEE, Cognética, CGEE, Surplus, Consultor	16-17/10/2006	CGEE Brasília/DF
Fortalecimento das OEPAs - Região Sul	Fórum Regional	37	Fundaj, Iapar, Fapesc, Embrapa, Ripa, Farsul, Consepa, Faep, Epagri, Fetaesc, UFRGS/Cepan, Seab, UFSC, Faesc, USP, Ocepar, Ripa/Sul, Fetag	16-17/10/2006	Quality Hotel Curitiba/PR
Membros do Comitê Permanente de Coordenação do Processo de Avaliação dos Fundos Setoriais	Reunião	9	MCT, CGEE, CNPq, Finep, Ibict	17/10/2006	CGEE Brasília/DF
PTS - Cadeia Coureiro Calçadista e Artefatos	Workshop	16	Sebrae Nacional, CGEE, SG Consult, Abicalçados, Abrameq, Assintecal, CICB, USP, ABDI	19/10/2006	IBTEC Novo Hamburgo/RS
Plano Nacional de Cultura - Núcleo de Redação	Reunião Preparatória	12	CGEE, MinC	24/10/2006	CGEE Brasília/DF
Petrobras	Reunião	7	UCB, CGEE, Surplus, Consultor	24-25/10/2006	CGEE Brasília/DF
Plano Nacional de Cultura - Núcleo de Redação	Reunião	31	CGEE, MinC, Prefeitura de Sumaré, Senac/SP	25/10/2006	Elo Consultoria Brasília/DF

Plano Nacional de Cultura - Oficina de Turismo e Cultura	Oficina de Trabalho	13 MinC, Secretaria da Identidade e Diversidade Cultural, MTUR, UnB, IPHAN, UFBA, CGEE	26/10/2006	Elo Consultoria Brasília/DF
Plano Nacional de Cultura - Oficina de Cultura e Juventude	Oficina de Trabalho	9 MinC, CNJ, UNE	26/10/2006	Elo Consultoria Brasília/DF
Estudo para Subsidiar a Abordagem da Dimensão Territorial do Desenvolvimento Nacional no Plano Plurianual e no Planejamento Governamental de Longo Prazo - Prévias Produtos Módulos 2 e 4	Videoconferência e Seminário Interno	29 CGEE, MP, IP Consultores, Ceplan/UFPE	30/10/2006	CGEE Brasília/DF
Fortalecimento das OEPAs - Região Nordeste II	Fórum Regional	30 Senar/CE, Itaueira Agropecuária, Embrapa, SCT/CE, Faec, Consórcio Cinpra São Luis, Ripa, Embrapa/MA, Instituto Frutal, Consepa, Faec, SFIEC, Frutacor, Prefeitura de Sobral, Seagro/MA, UFC, Emater/CE, Seagri	7/11/2006	Embrapa Agroindústria Tropical Fortaleza/CE
Fortalecimento das OEPAs - Região Norte	Fórum Regional	34 Embrapa, Banco Amazônia, MPEG, Fetagro, Proped/Ufra, Sipam/PA, Ufra, MMA, Emater/PA, Naea, Ceplac, Censipam, CTO/BE, IPDM, Ufra, Cedenpa, MDA, IDSM, Imazon	8/11/2006	Hotel Hilton Belém/PA
Demandas da Sociedade na Área Espacial e suas Prioridades	Workshop	63 MS, Consipan, Ibama, Inpe, OI, MCidades, Inmetro, Unisat, AEB, Embrapa, LNLS, Unicamp, Aliança do Brasil, MME, MEC, EB, IAE, Cargill, IEAv, Gisplan, Aiab, Petrobras, Imagem, Equatorial, Embrapa, Base	8/11/2006	INPE São José dos Campos/ SP
INI-Bio - Genômica, Pós-Genômica e Proteômica	Reunião Técnica	15 LNCC, MS, UFRGS, USP, ABDI, Embrapa, CGEE, Unicamp, UnB, Butantan, UCB	8/11/2006	Elo Consultoria Brasília/DF
Estudo Prospectivo de Materiais	Reunião	15 UFSC, UFRGN, USP, UFRGS, UFSCAR, UFMG, CGEE, Ipen	8/11/2006	CGEE Brasília/DF
Plano Nacional de Cultura - Oficina de Culturas Populares	Oficina de Trabalho	19 MinC, IPHAN, Cineasta, UnB, Palmares, Consultor	9/11/2006	Infinity Officing Network Brasília/DF
Reunião Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - Módulo 5	Reunião	12 CGEE, MP, Cepan/UFPE, Consultor	16/11/2006	CGEE Brasília/DF
Estudo para Subsidiar a Abordagem da Dimensão Territorial do Desenvolvimento Nacional no Plano Plurianual e no Planejamento Governamental de Longo Prazo - Prévias Produtos Módulos 6, 7 e 8	Videoconferência e Seminário Interno	32 MP, CGEE, UFRJ, Cedeplar/UFMG, Ceplan/UFPE, Consultores	16/11/2006	CGEE Brasília/DF
Preparação do II Seminário para Análise dos Resultados da Pesquisa PNAD	Reunião	8 MDS, MP, Ipea, Presidência da República, MTE, Inep, CGEE	20/11/2006	CGEE Brasília/DF
Concertação dos Resultados da Pesquisa OEPAs	Workshop	25 CNA, Consepa, Epamig, Embrapa, Iapar, MDA, IPA, CGEE, Ripa, USP, Fundaj, Consultores	22/11/2006	CGEE Brasília/DF
INI-Bio - Células Tronco, Neurociência, Biofármacos e Conversão de Biomassa (Etanol e Biodiesel)	Reunião	40 Tecbio, ABDI, CGEE, Unifac, INT, UFRJ, Inca, USP, UnB, MS, MDIC, PUC/RS, USP/PR, USP, Unicamp, UFPR, UCG, Unifesp, UFRGS, Fiocruz, Ufam, Unesp	23/11/2006	Elo Consultoria Brasília/DF
Plano Nacional de Cultura - Oficina de Audiovisual	Oficina de Trabalho	23 MinC, Ancine, Abradi, Associação do Audiovisual, ECO, Videobrasil, SAU, Educine	27/11/2006	CGEE Brasília/DF
Grupo Temático 7 do Planejamento Estratégico do Inpe- <i>Expert Panel on Earth System Science</i>	Painel	39 Inpe, Unicamp, NCAR, Iges, CGEE	30-2/12/2006	Hotel Mercure São José dos Campos/ SP

Política Industrial para o Setor Espacial	Oficina de Trabalho	23 IEAv, CGEE, Mectron, AEB, Equatorial, Omnisis, Sebrae, IAE, Inpe, MDIC, MP, Aiab, Avibrás, MCT	7-8/12/2006	Atibaia Residence Hotel Atibaia/SP
Semicondutores Orgânicos	Reunião	13 UFPE, CGEE, UFPR, Inmetro, CNI, USP/SC, UFRJ	12/12/2006	CGEE Brasília/DF
Inovação Tecnológica e Segurança Jurídica	Seminário	170 ABDI, CGEE, Embrapa, Anpei, Petrobras, CTA/Comar, CNI, Unesp, BNDES, Secretaria de C&T de SP, SPE/MF, USP, Cecompi, Coppe/UFRJ, Inpe, Mattos Muriel Kestener, Sistema Paulista de Parques Tecnológicos de SP, Agência USP de Inovação, IEL, Inpe, Benq, Unifesp, Abipti, IBM, Uerj, Agência IPT de Inovação, Embraco, MF, LNLS, Inova UNISMP, Instituto Floresta, Contemp. Ind. Com. Serviços Ltda, Escola Politécnica da Universidade de SP, SBPC, Uninove, Fabesc, IE/UFRJ, Plano Editorial, Finep, Cesar, Embraer, Abiplast, MD, Receita Federal/SP, Iapar, IQ/USP, Abihpec, Venturus Centro de Inovação Tecnológica, Porto Digital, Jornal DCI, Inmetro, Agência Brasileira de Desenvolvimento, Sebrae, FGV/SP, Suzano, BKBG Advogados, Jornal da Ciência, Ciap, Fiesp, NEC do Brasil, Trench Rossi e Watanabe Adv., Unifal/MG, TCU, MCT, Faculdade de Medicina Veterinária/USP, IPT, Natura, Unesp, IPDMAQ, FioCruz, Bayer, Firjan, Abiquim, Macrotempo, Cietec, Instituto Brasileiro de Frutas, Cristália, Anvisa, Unicamp, Santista Têxtil Brasil, Zilveti e Sanden Advogados, Eleb, Fapesp, Instituto Nokia de Tecnologia, Sundfeld Advogados, FIEPR, AGU, Fundacentro, Tecpar, Rubens Naves, Santos Jr. e Hesketh Adv. Assoc, UCB, Senai, CNI, UFPR, Núcleo de Apoio à Pesquisa Clínica, Faculdades Integradas, Braskem, Cenpra, Fundação João Pinheiro, Projeto Brasil	13/12/2006	Fiesp São Paulo/SP
Resultados dos Estudos Temáticos	Workshop	117 Inpe, Unicamp	13-14/12/2006	Inpe São José dos Campos/ SP
Estudo da Dimensão Territorial do PPA - Exercício Prospectivo da Dimensão Base Industrial	Oficina de Trabalho	27 MP, CGEE, Unicamp, UFRJ, ABDI, UFU, MDIC, LCA Consulting, Ipea, MME, MTur, Cenpra	18/12/2006	CGEE Brasília/DF
INI-TICs	Workshop	17 Ministério da Integração Nacional, CPqD, Assespro, PUC-Rio, Softex, ABDI, Unicamp, CGEE, 4P	19/12/2006	PUC-Rio Rio de Janeiro/ RJ
Estudo da Dimensão Territorial do PPA - Módulos 2 a 8	Seminário Interno	17 MP, Persegona e Lopes Consultoria, CGEE, UFRJ, Unicamp, UFMG, IP Consultores, Ceplan-UFPE	19/12/2006	Elo Consultoria Brasília/DF
INI-Bio	Reunião	14 ABDI, Scripps Research Institute, Ache, CGEE, Butantan, MDIC, PR&D Biotech, UnB, Anbio	19-20/12/2006	CGEE Brasília/DF
Notas Técnicas - CGEE/MP	Reunião	9 CGEE, MP	22/12/2006	CGEE Brasília/DF



Algumas das atividades iniciadas em 2006

Uma agenda repleta de discussões atuais

A dinâmica dos trabalhos do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) nem sempre coincide com o ano calendário. Muitas ações iniciadas em 2006 estendem-se para 2007 e, quem sabe, adiante, conforme a complexidade das demandas e seus desdobramentos. Importantes estudos e avaliações tiveram o seu princípio no exercício de 2006 e algumas fases do trabalho ainda devem ser concluídas nos próximos meses. Eles se focaram em temas como semicondutores orgânicos, mar e ambientes costeiros e educação básica no Brasil. Alguns deles estão detalhados nas próximas páginas e apontam para uma rica agenda em ciência, tecnologia e inovação, repleta de discussões atuais.



Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (Brics)

Estudo comparativo dos sistemas de inovação entre países

Países como Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, conhecidos pela sigla Brics, apresentam o potencial de mudar o mundo. Isso ocorre tanto pelas ameaças quanto pelas oportunidades que se descortinam a essas cinco nações do ponto de vista político e socioeconômico. Com o foco no sistema nacional de inovação (SNI) desses gigantes, o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) apóia um estudo comparativo entre os Brics, conduzido por pesquisadores associados à rede internacional *Global Network for the Economics of Learning, Innovation, and Competence Building Systems (Globelics)*.



Brasil



Rússia



Índia



China



África do Sul

Desde fevereiro de 2006, o Projeto Brics é desenvolvido por grupos de pesquisa desses cinco países, sob a liderança internacional de José Eduardo

Cassiolato, consultor do CGEE e pesquisador do Instituto de Economia (IE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e de Bengt-Ake Lundvall, da Universidade de Aalborg, da Dinamarca. O projeto é desenvolvido a partir de subprojetos nacionais, financiados por agências e órgãos governamentais dos países onde são realizados. No início das atividades, foi realizado um workshop em Aalborg (Dinamarca) no período de 12 a 15 de fevereiro, evento que contou com a participação de todas as equipes de pesquisa dos Brics.

Com esse estudo comparativo, o CGEE busca aprofundar o conhecimento sobre os sistemas nacionais de inovação e retirar lições úteis ao aprimoramento de políticas devotadas à inovação no País. O projeto está estruturado em duas etapas. A primeira será realizada até 30 de junho de 2007, e há um seminário internacional agendado para 25 a 27 de abril desse ano, no Rio de Janeiro. O Centro acrescentou a esse projeto uma demanda para estender o alcance da pesquisa a dois temas específicos, com abrangência de relatos sobre as experiências australiana e irlandesa. No primeiro caso, incorpora-se a avaliação das formas de regulação ambiental de projetos e a promoção de parcerias entre universidades e empresas na Austrália. No segundo, busca-se integrar, à análise do projeto Brics, o criativo e ágil ordenamento institucional do sistema de inovação irlandês.

Um total de 13 notas técnicas foram feitas para subsidiar o estudo, coordenadas, mais uma vez, por José Eduardo Cassiolato, e por Helena Lastres, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Espera-se que um melhor conhecimento do sistema de inovação e de produção desses países possam suscitar um aprofundamento do debate sobre o tema e o levantamento de propostas para superar os desafios da produção de CT&I em cada uma dessas nações.

Notas técnicas previstas no projeto

1. *Local innovation and production systems: the advantages of using the concept to analyze Brics' development* (Inovação local e produção de sistemas: as vantagens de usar o conceito para analisar o desenvolvimento dos Brics)
2. O papel do Estado e a política de inovação.
3. A Relação Universidade-Indústria no Sistema Nacional de Inovação Brasileiro: uma Síntese do Debate e Perspectivas de Política.
4. *Technical Infrastructure and its Importance to National Systems of Innovation* (Infra-estrutura tecnológica e sua importância para os Sistemas Nacionais de Inovação)
5. Informação em Ciência e Tecnologia e Sistema de Inovação no Brasil
6. Formação de Recursos Humanos Qualificados e Sistema de Inovação
7. A dimensão regional do sistema brasileiro de inovação
8. Estratégias de internacionalização e impactos sobre países de origem das empresas brasileiras
9. *Sectoral system of innovation and local productive systems in the Brazilian software industry*

(Sistemas setoriais de inovação e sistemas locais de produção na indústria de software brasileira)

10. *Biotechnology Innovation System in Brazil* – knowledge flows and networks for innovation (Sistema de inovação em biotecnologia no Brasil – fluxos de conhecimento e redes para a inovação)
11. *Learning, Localized Innovation and Competitive Performance: A Preliminary Assessment on the Brazilian System of Innovation in Wine* (Aprendizado, inovação localizada e performance competitiva: Uma abordagem preliminar sobre o sistema brasileiro de inovação no setor de vinho)
12. *Pharmaceutical Industry in the Context of Industrial Complex and Health Innovation System* (A indústria farmacêutica no contexto do complexo industrial e no sistema de inovação em saúde)
13. Força e Fragilidade do Sistema de Inovação e Aprendizagem da Indústria Aeroespacial Brasileira



Educação básica

Estudo temático de apoio à Presidência da República

A qualidade da educação é a prioridade número um para a construção do futuro da sociedade brasileira. Esta é a percepção de cerca de 37 mil pessoas em todo o território nacional, segundo uma pesquisa de opinião pública realizada por meio da Internet (WebDelphi) e conduzida em parceria entre o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) e o Núcleo de Assuntos Estratégicos (NAE) da Presidência da República, em 2005. O WebDelphi revelou também que a maioria dos respondentes não acredita que o País consiga posicionar seu universo de estudantes, até 2015 e tampouco até 2022, entre os dez melhores do mundo. Em resposta ao interesse da sociedade por esse tema, listado nessa consulta pública entre outros 49 assuntos considerados estratégicos, o NAE e o CGEE conduziram um estudo para a formulação de soluções inovadoras em prol da qualidade da educação básica no País. Ao ser finalizado em meados de 2006, o Projeto Qualidade da Educação Básica nas Escolas Públicas do Brasil teve parte de suas propostas incluídas como prioridade da segunda gestão do governo Lula e ofereceu importantes elementos para a elaboração do portfólio "Educação do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC)" do governo federal.

Alguns levantamentos do estudo deixaram clara a urgência de se tratar da Educação Básica no País. Entre eles, a comparação de dados do sistema de ensino brasileiro com o de outros países. *Rankings* como os do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa) apontam algumas assimetrias

importantes. Por exemplo, no Brasil, é comum a criança permanecer na escola por apenas duas horas por dia, enquanto alunos de países melhor posicionados na avaliação do Pisa assistem entre seis a nove horas de aula diariamente.



No estudo do CGEE, os especialistas que conduziram os trabalhos procuraram apontar propostas factíveis para a melhoria da educação básica. Citaram como fatores decisivos para a melhoria da qualidade da educação básica nas escolas públicas brasileiras a impulsão de um pacto nacional pela qualidade da educação básica; a existência de infra-estrutura de qualidade nas escolas; inclusão digital; valorização dos professores – formação, piso salarial e carreira –; e gestão democrática da educação, com implantação gradativa de escolas de tempo integral. No documento final das atividades, ressalta-se que essas medidas resultarão em gastos adicionais com o ensino. Nele também se frisa a necessidade de alçar essas metas à esfera das políticas de Estado.

Em uma primeira fase, o estudo previu uma consulta realizada com especialistas de educação para a definição de aspectos decisivos na busca de qualidade na educação básica. Isso foi realizado pelo Ministério da Educação (MEC), por intermédio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Posteriormente, a parceria CGEE/NAE contratou um grupo de consultores para refletir sobre os resultados da primeira etapa. Esse trabalho foi coordenado pela professora Regina Vinhaes Gracindo, da Universidade de Brasília (UnB), e teve a participação dos pesquisadores Gilberto Lacerda dos Santos (UnB), Janete Maria Lins de Azevedo, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Luiz Fernandes Dourado, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Márcia Ângela da Silva Aguiar, da Universidade de São Paulo (USP), e os especialistas José Marcelino de Rezende Pinto (Unicamp) e Vanessa Naspoli de Oliveira (Inep). A pesquisa faz parte das atividades do Projeto Brasil 3 Tempos, iniciativa de se pensar o Brasil dos anos 2007, 2015 e 2022. O quadro abaixo detalha temas e metas apontadas pelos pesquisadores como ações estratégicas que podem viabilizar a qualidade da educação básica brasileira.

Sugestões na ponta do lápis

Principais metas



Pacto Nacional
pela Qualidade da
Educação Básica

1. Criar órgãos para acompanhamento e controle das ações;
2. Desenvolver atividades preliminares de organização, sensibilização e informação;
3. Implantar conferências bianuais: nacionais, estaduais e municipais;
4. Acompanhar e avaliar o desenvolvimento das atividades estabelecidas para o biênio.



Inclusão digital das
escolas públicas

1. Prover acesso gratuito à Internet em todas as escolas de ensino básico;
2. Assegurar a sustentabilidade dos laboratórios de informática das escolas de educação básica de todo o País;
3. Implantar pólos nacionais de produção de conteúdos digitais para a educação básica;
4. Avaliar a efetividade do sistema de desenvolvimento de conteúdos digitais, implementado em 2007;
5. Avaliar o impacto educativo do uso de conteúdos digitais na educação básica;
6. Retomar a dinâmica de formação de especialistas em informática educativa, promovida com sucesso pelo Programa Nacional de Informática na Educação (Proinfo) em vários estados e no Distrito Federal;
7. Promover concurso nacional de projetos pedagógicos de informática educativa;
8. Impactar a formação inicial dos professores de educação básica com relação à cultura da informática educativa;
9. Elaborar mapeamento nacional da inclusão digital nas escolas de educação básica, de acordo com as três dimensões da inclusão digital (equipamentos, conteúdos e cultura).



Valorização dos
professores:
formação, piso
salarial e carreira

1. Institucionalizar e consolidar uma política nacional de formação e valorização profissional dos docentes e demais profissionais da educação;
2. Recuperar a dignidade profissional dos professores, pela atribuição de salários justos e jornada compatível com os compromissos de formação e desenvolvimento humano dos estudantes sob sua responsabilidade;
3. Estabelecer política de permanência do profissional na instituição em que atua com jornada dividida para o exercício da docência e para as demais atividades que lhe dão suporte;
4. Valorizar a carreira docente propiciando, ao professor, condições para a aquisição da casa própria;
5. Incentivar o desenvolvimento de atividades que favoreçam a ampliação do horizonte cultural dos profissionais da educação.



Gestão democrática
da educação

1. Implantar gradativamente a Escola de Tempo Integral (ETI) nas escolas públicas de Educação Básica;
 2. Garantir a elaboração de um projeto político-pedagógico inovador na ETI;
 3. Normatizar o Sistema Nacional de Educação;
 4. Regulamentar e efetivar o financiamento da educação básica por meio do Departamento de Desenvolvimento de Políticas de Financiamento da Educação Básica (Fundef);
 5. Implantar conselhos escolares em todas as escolas de educação básica;
 6. Regulamentar o regime de colaboração entre os sistemas de ensino;
 7. Estabelecer uma política nacional de gestão educacional para os sistemas de ensino;
 8. Elevar o percentual dos gastos públicos em educação, progressivamente, para 7% do PIB;
 9. Oferecer merenda escolar para o ensino médio, incluindo a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a Educação Profissional e ampliar o Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio (PNLEM), para a EJA e a Educação Profissional.
-



Inclusão digital

Estudo temático de apoio à Presidência da República

Equipar as escolas públicas brasileiras de ensino básico e fundamental com laboratórios de informática, computadores e acesso à Internet é um desafio que pauta trabalhos como os que o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) e o Núcleo de Assuntos Estratégicos (NAE) da Presidência da República fomentaram em 2006, a exemplo do Projeto Brasil 3 Tempos. Entre seus desdobramentos, foram realizados os estudos "Aplicação do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) para o ensino público no Brasil" e "Análise de cenários para inclusão digital das escolas públicas do Brasil" que apontam caminhos para a inclusão digital no País.

Os pontos centrais dessa demanda foram identificar os investimentos necessários na implantação de laboratórios com acesso à Internet nas escolas públicas brasileiras e um novo modelo pedagógico que privilegiasse a educação com o uso intensivo de tecnologias de informação e comunicação (TICs).



Exemplo de escola com laboratório de informática

O consultor Elifas Gurgel, ex-presidente da Anatel, foi o responsável pela análise sobre o Fust, de forma a compreender como os seus recursos – que somam cerca de R\$ 5 bilhões – poderiam ser utilizados pelas escolas da rede pública. Segundo o especialista, que se debruçou sobre o marco legal, a legislação

existente já seria suficiente para viabilizar a movimentação de verbas do Fust com esse intuito (confira quadro na página 59). Em seu relatório, sugeriu adaptar administrativamente a legislação (por meio de decretos e regulamentos) de forma a permitir que esses recursos fossem alocados diretamente às entidades beneficiadas, tanto no que tange aos terminais e equipamentos de multimídia, quanto às redes digitais dos estabelecimentos de ensino e bibliotecas.

Outros pontos defendidos foram a criação de uma entidade supraministerial para administrar e supervisionar todo o processo, bem como a definição de uma empresa pública nacional que se responsabilize pelos projetos do Fust.

Já a análise de cenários para inclusão digital das escolas públicas do Brasil, conduzida pelos consultores do CGEE Flávio Mariotto, Fernando Basseto e Rodrigo Alves Hogdson, do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD), baseou-se na realidade de cidades como Pirai (RJ), Rio das Flores (RJ), Ipatinga (MG), Ouro Preto (MG), entre outras, que driblaram suas limitações e construíram redes sem fios (*wireless*) que permitem o acesso à Internet. O trabalho abrangeu esse universo de diversidades e conquistas em todo o território nacional e traçou seis cenários distintos em que são aventadas estratégias para o fornecimento de acesso, infra-estruturas diferenciadas, soluções de laboratório, distribuição de grupos de municípios para implantação e disponibilidade de energia elétrica nas escolas. Todos os cenários tiveram o Fust como referencial de fonte de investimento para os projetos de inclusão digital.

Algumas opções de uso dos recursos do Fust

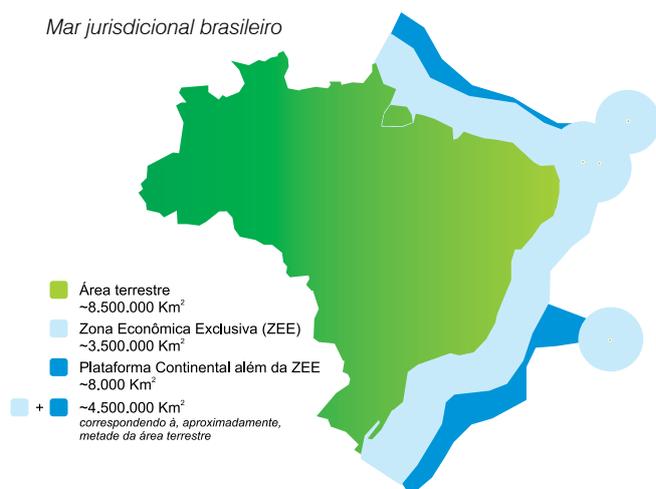
- Implantação de acessos individuais (telefones) a estabelecimentos de ensino, bibliotecas e instituições de saúde;
- acessos para utilização de serviços de redes digitais de informação, inclusive Internet, em condições favorecidas, a estabelecimentos de ensino e bibliotecas, incluindo os equipamentos terminais para operação pelos usuários;
- redução das contas de serviços de telecomunicações de estabelecimentos de ensino e bibliotecas referentes à utilização de serviços de redes digitais de informação;
- instalação de redes de alta velocidade, destinadas ao intercâmbio de sinais e à implantação de serviços de teleconferência entre estabelecimentos de ensino e bibliotecas;
- implantação de serviços de telecomunicações em unidades do serviço público, civis ou militares, situados em pontos remotos do território nacional;
- fornecimento de acessos individuais e equipamentos de interface a instituições de assistência a deficientes;
- fornecimento de acessos individuais e equipamentos de interface a deficientes carentes.



Mar e ambientes costeiros

Estudo temático de futuro

Uma demanda Núcleo de Assuntos Estratégicos (NAE) da Presidência da República colocou um estudo sobre o mar e os ambientes costeiros na pauta de atividades do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) em 2006. Ele teve início nesse exercício e tem por objetivo a construção de uma proposta que possa contribuir com as ações de governo voltadas à ampliação da presença brasileira no Atlântico Sul e Equatorial. Os trabalhos foram norteados, ainda, pela preocupação de criar subsídios para uma agenda nacional de ciência, tecnologia e inovação de longo prazo com foco no tema.



A questão da ampliação da presença brasileira no oceano é particularmente importante e necessária devido à grande extensão do mar jurisdicional brasileiro, hoje uma área de 3,5 milhões de km², e que está prestes a ser acrescida em aproximadamente 1 milhão de km² em decorrência de pleito apresentado pelo Brasil à Organização das Nações Unidas (ONU), de acordo com

dispositivos da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM). O pleito de ampliação da Plataforma Continental Jurídica Brasileira está sendo avaliado pela Comissão de Limites da ONU e, se atendido plenamente, elevará a dimensão do espaço oceânico brasileiro para uma área de 4,5 milhões km² – o que corresponde a mais que a metade do território emerso do País.

Sobre essa imensa área o Brasil tem, de acordo com a CNUDM, direitos de soberania e deveres relativos à navegação, à proteção e preservação do ambiente marinho, à exploração e conservação dos recursos biológicos, à investigação científica marinha, à exploração racional dos recursos minerais dos fundos marinhos e de outros recursos não biológicos.



O País deve se preparar para uma ocupação mais efetiva do mar sob sua jurisdição

Nesse contexto, a principal questão relativa ao mar brasileiro hoje é que o Brasil deve se preparar para uma ocupação mais efetiva do mar sob sua jurisdição e da ampliação estratégica da presença brasileira em águas internacionais do Atlântico Sul e Equatorial. Isso requer do País uma série de ações, além do conhecimento científico da área. O País, contudo, carece de pesquisa científica e de meios pra realizá-la. Como um entre muitos exemplos, constata-se que os fundos marinhos sob

jurisdição brasileira não têm sido objeto de pesquisa mineral sistemática, à exceção das atividades conduzidas para o estudo do petróleo e do gás. Na prática, os fundos marinhos brasileiros permanecem praticamente inexplorados.

O estudo conduzido pelo CGEE foi realizado por uma equipe de três consultores, coordenada por Belmiro Mendes, do Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo (USP), em parceria com Fábio Hazin, da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), e com Kaiser Gonçalves, do Serviço Geográfico do Brasil (CPRM). Outros 30 consultores e especialistas colaboraram nas diversas etapas dos trabalhos, que se ocuparam de três áreas: ciência e tecnologia marinhas; recursos vivos e recursos não-vivos do mar.

O primeiro objetivo específico do trabalho é identificar as áreas geográficas vulneráveis e prioritárias do ponto de vista das ações do governo. Outro diz respeito à construção de propostas de ações prioritárias para uma exploração racional e sustentável dos recursos marinhos de interesse estratégico do Atlântico Sul e Equatorial. Por fim, o CGEE deve procurar identificar as áreas de estudos em CT&I que permitam a superação de desafios do conhecimento científico e de gargalos tecnológicos para a exploração do mar. O final dos trabalhos está previsto para meados de 2007.



Semicondutores orgânicos

Estudo prospectivo temático

O Brasil pode se tornar um importante produtor mundial de semicondutores orgânicos nos próximos anos. Sugestões de estratégias e de rotas tecnológicas a serem trilhadas pelo País nessa direção – incluindo políticas públicas com o envolvimento direto do setor privado e da academia – devem ser publicadas ao final de maio em um estudo do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) sobre a tecnologia que deverá revolucionar a eletrônica nos próximos anos.

O momento é especialmente propício para esse questionamento, pois, assim como o silício permitiu a invenção do transistor, os novos semicondutores baseados em carbono – portanto orgânicos – que estão sendo gerados em centros de pesquisa nos principais pólos do mundo deverão representar um mercado de US\$ 10 bilhões nos próximos quatro anos e US\$ 30 bilhões anuais em 2015, segundo estimativas do instituto de pesquisas IDTechEX, usadas como subsídio nos trabalhos do CGEE.

Esses novos materiais apresentam as mesmas propriedades elétricas dos semicondutores convencionais, mas trazem as vantagens das propriedades mecânicas dos plásticos, como a flexibilidade. Como, internacionalmente, essa tecnologia ainda é muito incipiente, é interessante para

o Brasil iniciar um projeto de desenvolvimento nessa área, pois o País tem condições de competir com outros pólos.

O Brasil já dispõe de talentos em um número suficientemente grande, comparável ao de outros importantes centros de pesquisa no mundo. O estudo do CGEE levantou 18 pólos brasileiros de pesquisa em dispositivos optoeletrônicos orgânicos, cerca de 80 grupos de estudo e estimou em 700 pessoas – entre graduandos envolvidos em pesquisas a pós-doutores e professores – o total de envolvidos na área no País.

Também para a indústria brasileira, a aposta nesses novos materiais é particularmente atraente, pois eles permitem reduzir drasticamente o tamanho dos dispositivos eletrônicos, assim como o gasto de consumo elétrico dos equipamentos que os incorporam.

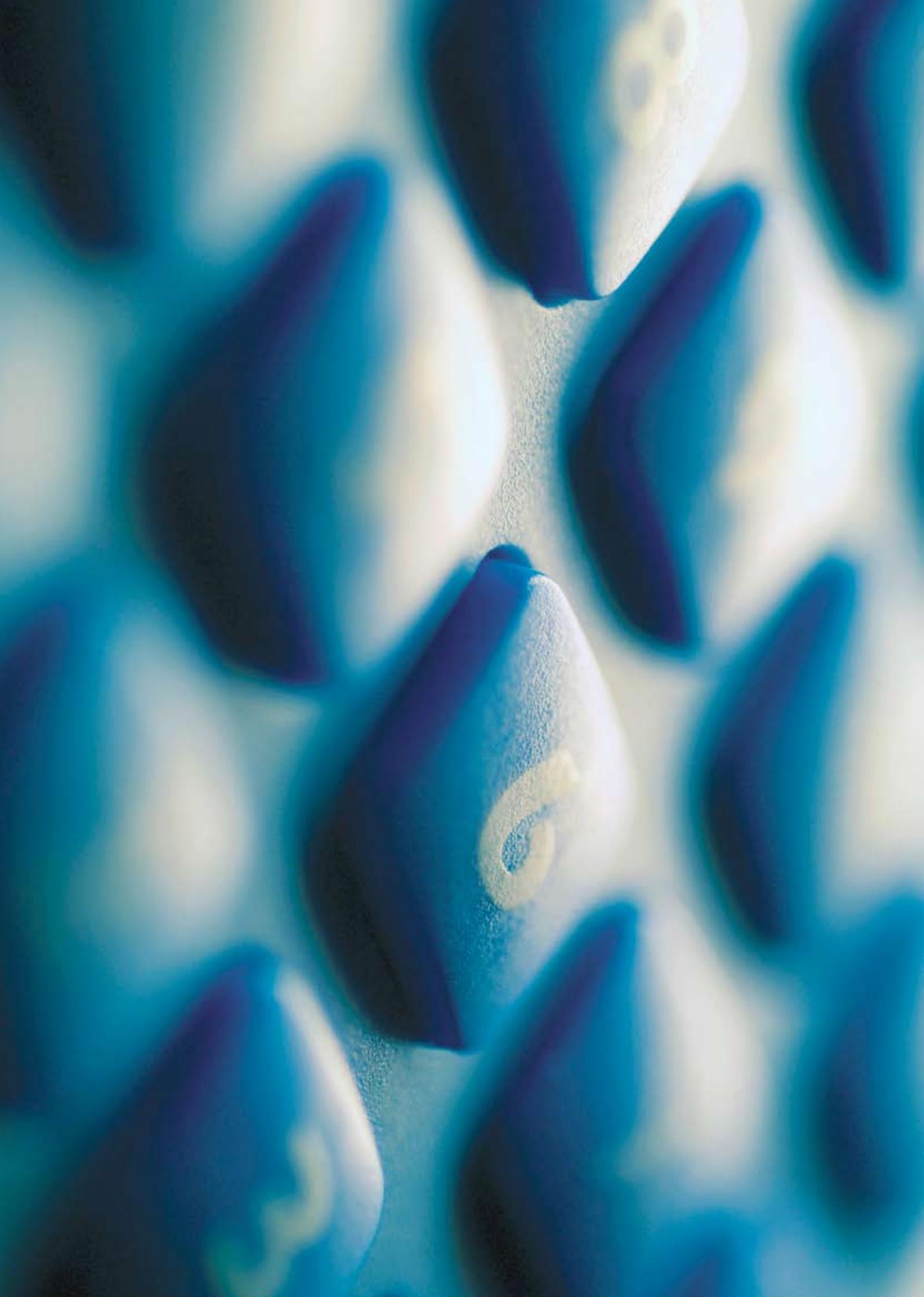
Uma das principais aplicações dos semicondutores orgânicos são os mostradores eletrônicos, ou telas dos equipamentos eletrônicos. O País já possui um importante mercado interno para essa aplicação, principalmente no caso de telas para aparelhos celulares. Outros nichos selecionados pelo estudo do CGEE, passíveis de maior retorno, são sensores e células solares, também conhecidas como células fotovoltaicas.



O estudo do CGEE foi coordenado pelo professor Anderson Gomes, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), e envolveu um núcleo de onze consultores, os quais participaram de vários eventos internacionais da área – como a *Organic Electronics Conference and Exhibition 2006*, em Frankfurt, na Alemanha; o *International Symposium on Flexible Electronic Displays 2006* em Taiwan; o *OLED's Summit 2006*, em San Diego, EUA; além de visitarem o *Industrial Technology Research Institute of Taiwan* e o *Flexible Display Center* no Arizona, EUA.

Seis pesquisas de institutos internacionais de análise de mercados emergentes foram encomendadas – uma do IDTechEX, outra da *Display Global Industry* e quatro da Intertech/Pira. As pesquisas serviram de base para o desenvolvimento de sete notas técnicas por parte dos consultores envolvidos. O estudo compreendeu várias reuniões, um questionário Delphi presencial e uma oficina de trabalho com diversos especialistas da área.

Além dos textos já produzidos, dois relatórios foram produzidos – o primeiro aborda a situação atual e as tendências na área e o segundo detalha um mapeamento das competências de pesquisa e desenvolvimento, no Brasil e no mundo, em semicondutores orgânicos. O documento final deverá apresentar sugestões de rotas tecnológicas e estratégicas que o País deverá trilhar para alcançar a competitividade no mercado internacional, trabalhando os horizontes de 2012 e 2020.



Informação e difusão de conhecimento

Diferentes instrumentos para diversos públicos e finalidades

A difusão da informação e do conhecimento relativo à ciência, à tecnologia e à inovação é um dos focos de ação do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) – um desafio que exige instrumentos e canais diferentes com propósitos e públicos diversos. A começar pela base de dados Kori, disponível no site do CGEE, que reúne dados sobre “quem é quem” na prospecção e traz detalhes de trabalhos realizados pela instituição, outras organizações e entidades no País e no mundo. Outro canal tradicional na casa é a revista Parcerias Estratégicas, um veículo focado na divulgação e na discussão de trabalhos científicos e técnicos.

Não menos importantes para a sua missão de difusão do conhecimento são as notas técnicas produzidas anualmente pelo CGEE. Em 2006, destacaram-se as produzidas por ocasião do Seminário sobre a PNAD 2004. E o mais recente de todos os instrumentos do Centro é o boletim eletrônico Notícias CGEE, lançado em dezembro de 2006. Distribuído para interessados cadastrados, ele também pode ser acessado no site da instituição. A casa também tem um papel de destaque na coordenação e concepção do Portal Inovação, um instrumento para incentivar a cooperação, a inovação e a interação entre pesquisadores, empresas, instituições de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) e entidades de cooperação.

Na prática, pode-se afirmar que um dos fundamentos dos trabalhos do Centro é a informação. A sua aquisição, o seu tratamento e a sua disseminação permeiam todas as suas atividades, desde a concepção dos estudos e eventos, até a sua divulgação. Portanto, para o CGEE, assegurar sua qualidade significa também contribuir para a qualidade da tomada de decisão dos usuários dos estudos e dos participantes das reuniões promovidas pela instituição. Com ela se constrói conhecimento e se formam percepções essenciais à elaboração de estratégias que apóiam as políticas em CT&I. Confira nas próximas páginas mais detalhes sobre esses canais e instrumentos de divulgação da informação.



Análise dos resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2004

Seminário e artigos

Ir além da análise dos resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) 2004, ao promover um debate que apontasse os principais desafios e acertos das políticas públicas no Brasil. Foi com esse intuito que Seminário PNAD de 2004 procurou promover uma comparação das séries históricas dos resultados da pesquisa divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e as análises decorrentes desse exercício feitas por especialistas convidados. O evento foi uma realização do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) em parceria com a Assessoria Especial da Presidência da República, o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Ministério do Trabalho (MT), o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) e o Instituto de Planejamento Econômico (Ipea).



O seminário – que contou com a presença de mais de uma centena de profissionais de renome entre produtores de estatísticas do IBGE, os acadêmicos responsáveis pelas análises e gestores das políticas públicas nos ministérios – procurou apoiar a construção de novas avaliações sobre possíveis tendências sociais no País e a formulação de sugestões para uma agenda de atuação para os órgãos públicos responsáveis pela gestão das políticas sociais. Os debates abrangeram desde a distribuição de renda e pobreza ao mercado de trabalho. Passaram, ainda, por questões relativas ao desenvolvimento regional, o emprego rural e as mudanças demográficas em curso no País. As discussões inspiraram debates sobre os atuais procedimentos da pesquisa, com a apresentação de sugestões para a inclusão de novos dados para as próximas pesquisas, levando-se em conta a composição social, econômica e geográfica do país. Desse trabalho resultaram 16 artigos publicados na Revista Parcerias Estratégicas.

Bases de dados e sistemas de informação

Acesso e transparência

A gestão da informação e do conhecimento é crucial ao trabalho do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE). Nesse sentido, a instituição desenvolveu, mantém e amplia a cada ano os seus sistemas de informação e bases de dados em estreita inter-relação com as demandas da Casa e de seus parceiros. Atualmente, convivem no ambiente informatizado de gerência de informações do Centro um sistema de acompanhamento de atividades, um sistema de informação e um banco de dados. Este último inclui uma base de dados sobre prospecção, denominada Kori, e diversas bases temáticas relacionadas às atividades desenvolvidas na instituição.

O ano de 2006 foi particularmente rico para o aprimoramento de suas ferramentas de gestão do conhecimento. Em relação às atividades de prospecção, foram identificados e implementados sistemas de apoio à tomada de decisão, um deles desenvolvido pelo *Institute for Innovation*, da Universidade da Carolina do Norte (EUA); o outro, correspondente ao *software* de apoio à identificação de tendências tecnológicas, gerenciado pela firma inglesa *Shapingtomorrow*. Ambos serão testados nas atividades dos Programas Estratégicos Setoriais (PES), conduzidos em parceria com a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI).



Sistema de relatórios gerenciais

O sistema de acompanhamento e de relatórios gerenciais permite reconstituir todas as fases inerentes às ações do Centro, espaço em que fica registrado todo o processo de desenvolvimento dos exercícios, estudos, textos de referência, mensagens eletrônicas, termos de referência, notas técnicas, entre outros. Há também espaço para conversas *on-line* (*chat*) e fóruns de debate. O sistema de informação compreende os documentos de todo o acervo produzido pelo CGEE desde a sua fundação e alguns documentos da área de C&T que não foram produzidos na instituição, porém são de interesse para as áreas fins.

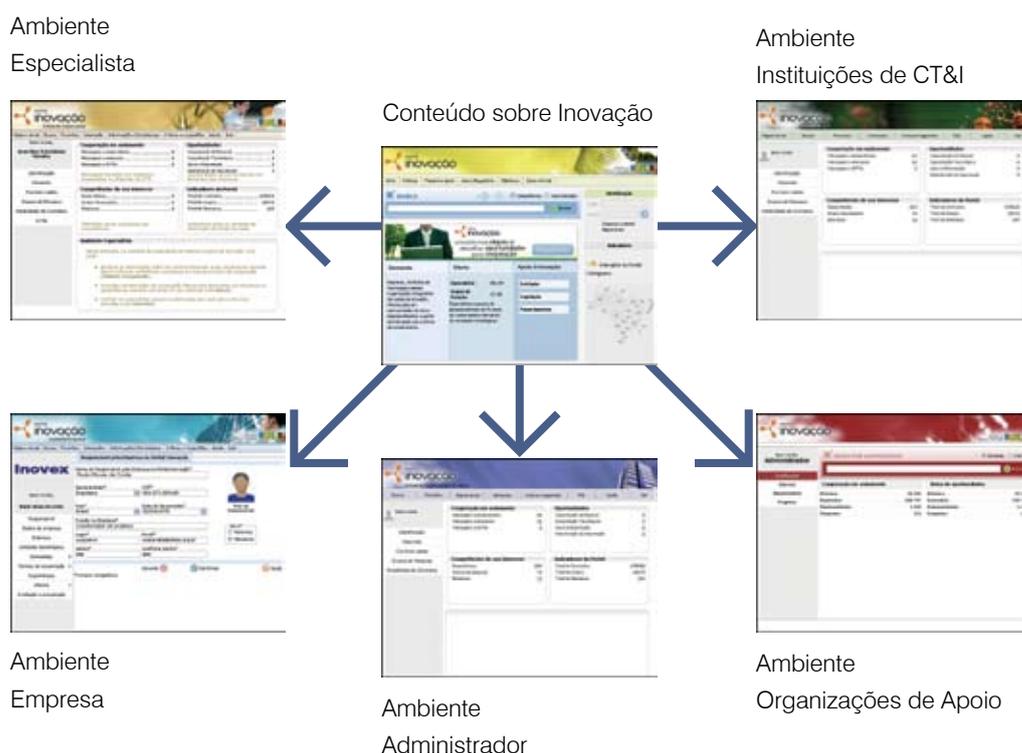
Já o Kori é o portal da área de prospecção. Estão organizados nesse espaço o “quem é quem na prospecção”, os trabalhos realizados pela instituição, bibliografia, metodologias, agências, universidades, *software*, revistas, entre outros recursos. Portal Inovação, Radar do Sistema Internacional, ProAntar, B-Bice e outros conteúdos abordados neste relatório também são bases de dados desenvolvidas e mantidas com o apoio do CGEE.



Portal Inovação

Atividade de articulação e cooperação institucional

Um dos instrumentos pensados para incentivar a cooperação, a inovação e a interação entre pesquisadores, empresas, instituições de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) e entidades de cooperação é o Portal Inovação, lançado oficialmente em outubro de 2005, numa iniciativa do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), coordenada pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) e, desde de agosto de 2006, operado pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI).



Criado como um serviço de governo eletrônico, pode ser comparado a uma grande vitrine na qual os diversos agentes que promovem ciência, tecnologia e inovação no Brasil possam ser encontrados e facilmente contatados. O Portal dispõe de uma base de mais de 910 mil currículos de especialistas e mais de 19 mil grupos de pesquisa, informações sobre mais de 3 mil empresas e cerca de 700 instituições ligadas à área de inovação. Após um ano do seu lançamento, o portal acumulou quase 350 mil acessos e mais de 300 mil consultas.

Esse privilegiado espaço virtual de interação permite, por exemplo, que empresas interessadas em contratar pesquisadores o façam rapidamente por meio de uma ferramenta de busca, definindo por titulação desejada, por áreas de conhecimento ou por unidade da federação de domicílio do especialista. Da mesma forma, o serviço facilita o processo de seleção das empresas que procuram outras organizações que atuam em áreas complementares às suas para a formação de parcerias comerciais e tecnológicas.

É permitido, ainda, o acesso a indicadores estratégicos e exclusivos, a análise da dinâmica das cooperações e do processo de inovação nos diferentes setores da economia e áreas do conhecimento, além de possibilitar aos diversos atores encontrar e ofertar competências e oportunidades, bem como difundir e divulgar suas ações em prol da cooperação tecnológica e da inovação no País.

O Portal pode ser comparado a uma vitrine na qual agentes que promovem CT&I podem ser encontrados

Desde o seu início, o CGEE é a instituição responsável pela concepção, pela coordenação geral dos trabalhos e pelo desenvolvimento do Portal, contando, como parceiro para a execução e implementação, o Instituto Stela. A gestão e a operação, incluindo o atendimento aos usuários, estão sob a responsabilidade da ABDI. Isto se deu a partir de uma decisão conjunta do MCT, do CGEE e da ABDI, de forma a aproximar

o Portal Inovação aos objetivos da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (Pitce), que procura fortalecer e expandir a base industrial brasileira por meio da melhoria da capacidade inovadora das empresas. Ao longo dos trabalhos em 2006, verificou-se a necessidade de uma nova fase de concepção, pesquisa e desenvolvimento para a ampliação, fortalecimento e consolidação do Portal.

Nessa terceira fase de desenvolvimento, três linhas de ação foram definidas. A primeira delas tem como objetivo ampliar e consolidar o Portal, incluindo novos atores e agentes de cooperação, além de serviços e funcionalidades. A segunda visa possibilitar a interoperabilidade entre o Portal e outras fontes de informação correlatas, ou seja, permitir que bases de dados de outras instituições possam ser transferidas e abrigadas no Portal. Já a terceira ação do projeto possibilitará a divulgação de recortes temáticos e setoriais específicos.

Nesse caso, a primeira experiência está sendo realizada em parceria com a Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (Anprotec), com o Portal Pequenas e Médias Empresas Inovadoras – ou PME inovadoras. Outros recortes estão em análise, cujas definições dependerão da execução dos desenvolvimentos previstos para esta fase do Portal.



Revista Parcerias Estratégicas
Informação e debates em CT&I

Em 2006, Parcerias Estratégicas completou dez anos. Lançada em 1996, a revista foi inicialmente editada pela então Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República e, posteriormente, pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). Em setembro de 2001, com a criação do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), a revista passou às mãos do Centro. Em 23 edições, Parcerias Estratégicas tem mais de 400 artigos publicados e tornou-se um espaço aberto para a divulgação e discussão de trabalhos científicos e técnicos e de reflexões das políticas do setor.

Junto com a celebração do aniversário da revista e no dia em que o CGEE comemorava seus cinco anos de existência, o novo Conselho Editorial tomou posse. Os novos membros foram escolhidos para um mandato de dois anos e desempenharão um papel importante na sugestão de temas, apreciação de artigos, elaboração e encaminhamento de pareceres, entre outras atividades.

A primeira edição da Parcerias, em 2006, publicou um conjunto de artigos escritos por especialistas de vários setores, que analisaram os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em 2004 (PNAD). Esta pesquisa, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresentou a evolução recente da realidade brasileira nas áreas de distribuição de renda e pobreza, mercado de trabalho, desenvolvimento regional, emprego rural e mudanças climáticas. As análises foram apresentadas em seminário nacional.



Edição da revista número 22 traz resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em 2004



Publicação apresenta os trabalhos do workshop internacional Sistemas de Apoio à Formulação de Políticas Públicas de CT&I

Em seu último número de 2006, Parcerias Estratégicas 23 destacou os trabalhos apresentados no workshop internacional Sistemas de Apoio à Formulação de Políticas Públicas de CT&I. O seminário, realizado em 2005, foi uma iniciativa do Observatório de Tecnologia e Inovação do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (OTI/IPT) e da Finep. As discussões centraram-se nas diversas alternativas de sistemas de apoio à formulação de políticas públicas em ciência, tecnologia e inovação existentes no mundo e à disseminação da importância dessa discussão para o aperfeiçoamento das práticas brasileiras. O evento contou com sessões técnicas em que especialistas do Brasil e do exterior tiveram intensa participação.

A alta qualidade dos artigos da edição 23 sobressai ainda em seção destinada a programas e políticas de CT&I, que inclui temas sobre o mar e ambientes costeiros, seus recursos minerais e os aspectos estratégicos para o desenvolvimento da pesca oceânica no Brasil; sistemas de observação da Terra; inovação tecnológica; prospecção e a indústria brasileira; e resenha de autor brasileiro sobre a produção de conhecimento no mundo contemporâneo.

A revista também resgata, em matéria especial da seção Memória, artigo escrito por Afrânio do Amaral, cientista brasileiro, capa da revista Time de 1929, que o qualificou na época como “o homem mais

ativo no mundo quando se trata da pesquisa com veneno de cobra”. O texto *Evolução dos Institutos Científicos* faz parte de um conjunto de artigos publicados pelo jornal *O Estado de São Paulo* em comemoração ao 4º Centenário da Cidade de São Paulo, em 1954. Na obra, destacam-se aspectos interessantes da história da ciência em nosso País, como a coincidência de épocas em que iniciativas fundamentais tiveram lugar em diferentes campos como a física, a química, o desenvolvimento da genética no Brasil, a criação da botânica na universidade, o instituto oceanográfico; e o caráter polivalente das personalidades de Vital Brasil, Adolfo Lutz, Carlos Botelho entre outros.

Com uma tiragem, a cada edição, de três mil exemplares, a publicação é distribuída gratuitamente para todas as instâncias públicas e privadas que, de muitas maneiras, têm interesse pelo desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro. A revista dispõe de uma versão *on-line*, com arquivos em PDF, que se encontram disponíveis em <http://www.cgee.org.br>.

A consolidação da Parcerias Estratégicas tem sido tarefa desafiadora. Além de já ter avançado significativamente em termos de formato e estética, vem se fortalecendo ao publicar artigos de especialistas com sólida formação científica e expressiva atuação acadêmica em suas respectivas áreas, que contribuem, assim, para a difusão de um conhecimento essencial que poderá servir de suporte a uma agenda estratégica nacional.



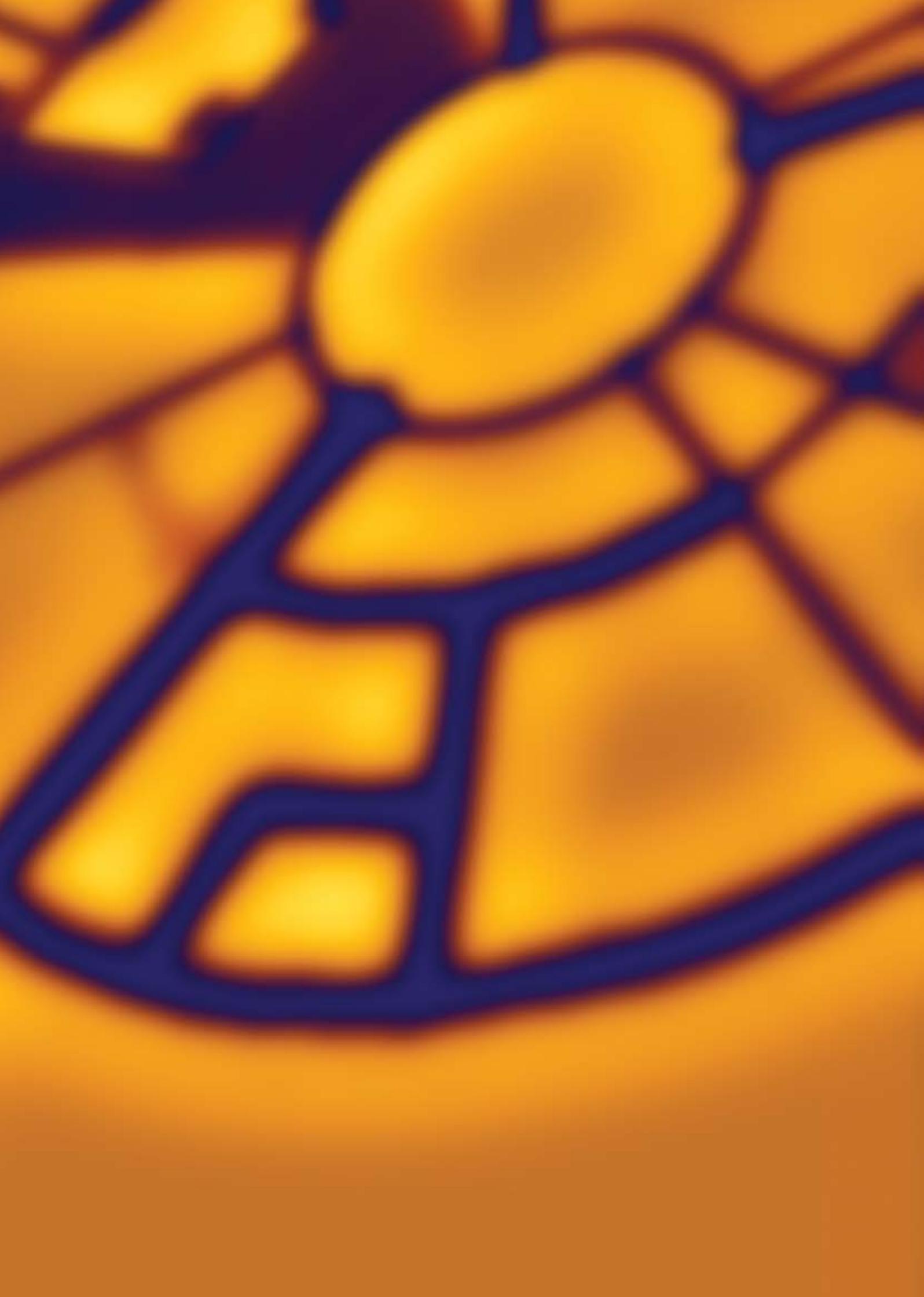
Web site e Notícias CGEE

Informação direto da fonte

O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) divulga por meio de seu site na Internet resultados de estudos e publicações da casa. Seu objetivo é tornar-se uma ferramenta de apoio e de informação relacionada às questões de ciência, tecnologia e inovação no País. E, em dezembro de 2006, passou a divulgar, ainda, o seu

boletim mensal, Notícias CGEE, distribuído eletronicamente a mais de 2 mil pessoas cadastradas e presente em uma das áreas do site para o acesso de novos visitantes e interessados. Com notícias de trabalhos e eventos recentes promovidos pela instituição e principais discussões da agenda do Centro, a publicação eletrônica procura prover aos interessados informações atualizadas, direto da fonte, com dados de seminários, debates e encontros de especialistas nos quais o CGEE constrói consensos e convergências em torno de temas relevantes para o desenvolvimento do País.





Governança

Transparência e automação na gestão de projetos

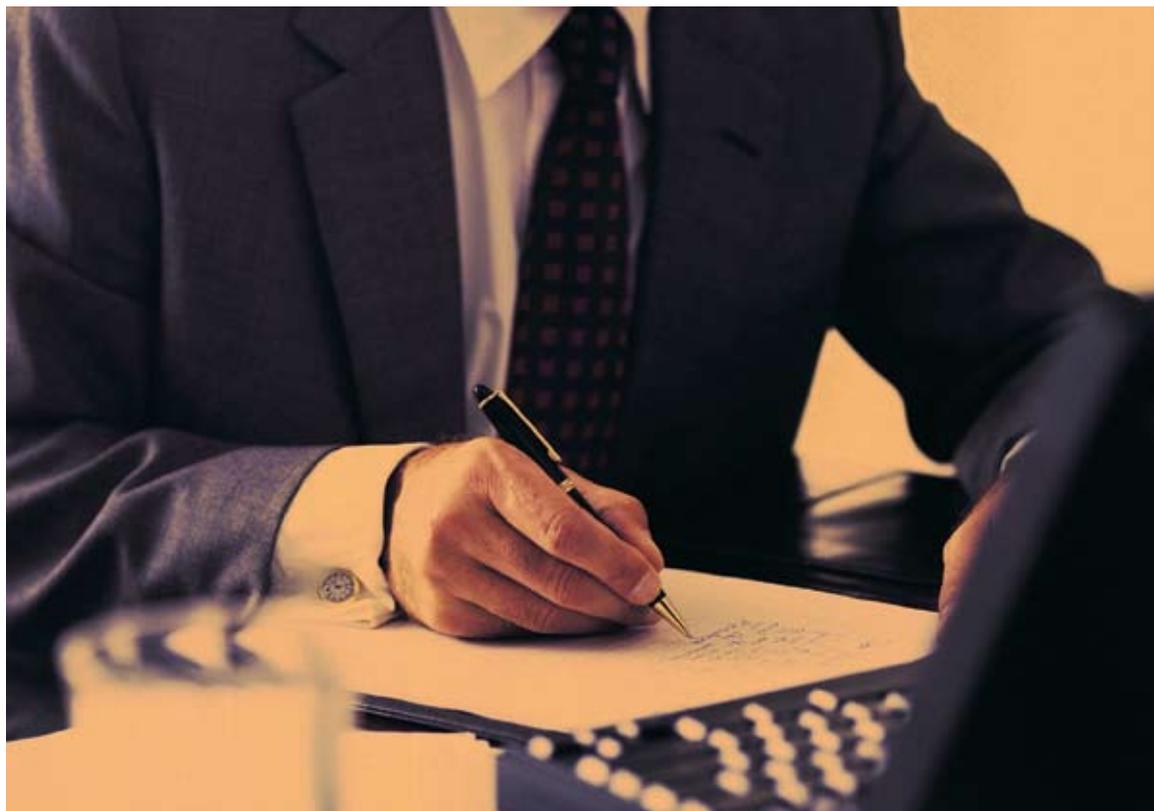
A administração do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) viveu importantes transformações em 2006. Para acompanhar o crescimento do volume das atividades previstas tanto no contrato de gestão com o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), como nos demais contratos de prestação de serviços firmados com diversos órgãos ou entidades, o Centro viu-se impelido a reforçar a sua estrutura em várias frentes. Dezesesseis novos funcionários foram contratados, somando-se aos demais 51 da casa. Entre eles, alguns foram destinados à montagem de dois Núcleos de Competência Temática nas áreas de Energia e Meio Ambiente e Tecnologias da Informação e Comunicação.



Núcleos de Competência Temática nas áreas de Energia e Meio Ambiente e Tecnologias da Informação e Comunicação

O Centro envolveu-se fortemente, ainda, no desenvolvimento de novos sistemas de TI, para dar conta do gerenciamento do volume de contratos firmados com seus prestadores de serviço e consultores especialistas ao longo do ano, bem como para responder aos desafios de planejamento e de gestão das inúmeras fases dos trabalhos conduzidos. Paralelamente, o desenvolvimento e aquisição de ferramentas de apoio aos estudos e pesquisas foi outra preocupação importante no período.

Entre os profissionais contratados estão vários líderes de projetos, especialistas com formação focada nas áreas de trabalho que coordenam. Na prática, agregaram um novo ativo à teia de articulações e de relacionamento do CGEE junto a setores industriais e cadeias produtivas específicas, alvo de estudos por parte da instituição, ou a áreas técnicas e científicas. Os demais funcionários que passaram a fazer parte do corpo do Centro em 2006 têm o perfil de apoio administrativo a essas atividades, ou de apoio técnico.



Na parte de sistemas de tecnologia da informação, desde 2005 a instituição procura desenvolver, em software livre, instrumentos gerenciais capazes de acompanhar centenas de contratos firmados ao longo do ano com seus prestadores de serviço, consultores externos e especialistas das várias áreas. A intenção é chegar a uma visão geral do fluxo dos trabalhos, conhecendo as fases em que se encontram e se os produtos estão sendo entregues dentro dos prazos previstos. Ou seja, consultor a consultor, ação a ação, estudo por estudo dos firmados pelo Centro com terceiros passaram a ser monitorados automaticamente. Da mesma forma, a entrega dos trabalhos do CGEE também é monitorada, facilitando à direção antecipar cobranças, evitar atrasos e mapear as próximas fases com suas respectivas datas de entrega de serviços.

Outro projeto na mesma linha é a criação de um programa de automatização de fluxos de trabalho (*workflow*) do desenvolvimento de estudos prospectivos de rotas tecnológicas de setores da economia brasileira. Iniciado em 2006, o objetivo do aplicativo é que esse tipo específico de estudo de futuro possa ser mapeado e acompanhado eletronicamente, *on-line*. Ele deverá prever o planejamento, passo a passo, das várias etapas de cada projeto, abrangendo elementos como cronogramas, valores, requisitos previstos, reuniões, oficinas de trabalhos, questionários eletrônicos a serem enviados a grupos

O Centro envolveu-se no desenvolvimento de sistemas de TI para gerenciar contratos com prestadores de serviço e consultores

de especialistas, documentos a serem produzidos etc. O seu desenvolvimento está em curso e o programa também deverá ser capaz de realizar simulações para facilitar o gerenciamento desse tipo particular de estudo.

No campo das ferramentas de apoio aos estudos e pesquisas do CGEE, o Centro iniciou mais dois projetos

de TI: o desenvolvimento de sistemas de buscas avançadas na Internet para a pesquisa e o tratamento de informações científicas; e a criação de um software para a realização de consultas estruturadas. Essas consultas são feitas a centenas de pessoas, via Internet, em forma de questionários estruturados, focados na avaliação de cenários de futuro em ciência, tecnologia e inovação. Esse último programa permitiu à instituição conduzir amplas consultas eletrônicas, envolvendo até dezenas de milhares de entrevistados. Entre elas, uma pesquisa sobre Qualidade da Educação Básica no Brasil (confira a página 57), encaminhada por e-mail aos diretores de escolas públicas em todo o País.



Contas em dia

Contratos administrativos em pauta

Durante o exercício de 2006, o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) vivenciou um momento de forte crescimento. Isso se refletiu na evolução dos dispêndios que passaram de R\$ 27,64 milhões em 2005, para um total de R\$ 33,58 milhões neste exercício. Da mesma forma, cresceu fortemente o número de contratos de prestação de serviços de terceiros firmados pelo Centro: de um total de 160, em 2005, chegaram a 315 no ano seguinte. O crescimento das atividades do CGEE tem sido constante desde 2004 e se expressa igualmente no crescimento do número de registros contábeis, isto é, todas as transações financeiras da entidade que passaram de 23,4 mil em 2006. Também o número de funcionários acompanhou o movimento, totalizando 67 pessoas no período.

Crescimento em números

Exercício	2004	2005	2006
Funcionários	41	51	67
Registros contábeis	14.319	22.156	23.472
Dispêndios (R\$)	11.172.462,44	27.648.152,81	33.583.540,08

No que diz respeito às receitas, a expansão foi similar. Nesse caso, no entanto, é preciso levar em conta as oscilações específicas, típicas de finais de ano na administração pública brasileira. Em razão dessas oscilações, as receitas do contrato de gestão que o CGEE mantém com o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), em 2005 foram mais elevadas em virtude dos recebimentos ao final do exercício, ao contrário do que ocorreu em 2006.

O CGEE conduziu suas atividades em 2006 com recursos financeiros oriundos principalmente do fomento público por meio do contrato de gestão. Os contratos de prestação de serviços firmados com outros órgãos, que chegaram a 13 ao longo do ano, também ganharam expressão no período. Entre eles, figuram o Ministério do Turismo (MTur), o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC); o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), o Ministério da Cultura (MinC); a Agência Espacial Brasileira (AEB); Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras) e Museu de Astronomia e Ciências Afins (Mast).

Registrou-se, ainda, o superávit apurado no exercício de 2005, de R\$ 13 milhões. Desse total, R\$ 10,54 milhões constituíram os saldos de recursos, apurados ao final daquele exercício, vinculados a ações do contrato de gestão com prazos de execução previstos para além do término do ano e já recebidos.

Contratos administrativos do CGEE

Contratante	Valor do Contrato (R\$)	Recebido 2005 (R\$)	Recebido 2006 (R\$)	Crédito a Receber (R\$)
MTur*	2.458.000,00	535.000,00	1.923.000,00	0,00
MDIC*	650.000,00	0,00	650.000,00	0,00
MP	6.999.857,86	0,00	1.015.144,86	5.984.713,00
MinC	2.466.000,00	0,00	616.500,00	1.849.500,00
AEB	450.000,00	233.000,00	157.000,00	60.000,00
Finep*	1.920.000,00	720.000,00	1.200.000,00	0,00
ABDI	4.000.000,00	0,00	450.000,00	3.550.000,00
Inpe	1.550.000,00	0,00	1.550.000,00	0,00
Petrobras*	970.000,00	0,00	291.000,00	679.000,00
Mast	80.000,00	0,00	60.000,00	20.000,00
Subtotais	21.543.857,86	1.488.000,00	7.912.644,86	12.143.213,00

* Contratos encerrados.

É importante frisar que o CGEE mantém também um acordo de cooperação técnica com a Academia Brasileira de Ciências (ABC), relacionado com o apoio ao acordo de cooperação desta com a Comunidade Européia. Contudo, os recursos recebidos da ABC não estão computados no total das receitas, bem como das despesas, pois a sua aplicação é acordada entre as partes para ser regida pelo regime de convênio, com prestação de contas apartada.

O quadro apresentado a seguir demonstra as receitas do CGEE no exercício, assim como as demais fontes de recursos administradas no período.

Fonte de Recursos (R\$)	
Receitas do exercício	26.151.397,02
Contrato de gestão	13.809.212,00
Contratos de prestação de serviços	10.895.044,86
Receitas financeiras e não-operacionais	1.447.140,16
Superávit do exercício anterior	13.064.096,92
Total das fontes	39.215.493,94

Características específicas do balanço

No exercício de 2006, até o mês de setembro, quando foi pactuado o 9º Termo Aditivo do Contrato de Gestão com o MCT, foram recebidos apenas R\$ 1,37 milhão (R\$ 590 mil em janeiro e R\$ 780 mil em agosto), valores remanescentes de parcelas do cronograma de desembolso aprovado no 8º Termo Aditivo, firmado em dezembro de 2005. Somente a partir de setembro é que foi retomado um fluxo regular de repasses com a aprovação do 9º Termo Aditivo, devido a dificuldades jurídicas encontradas na sua formalização.

A relativamente tardia aprovação do 9º e 10º Termos Aditivos, ocorrida em setembro e dezembro, respectivamente, combinada com a administração de limites financeiros no governo, resultou em repasses ao final do exercício, no montante de R\$ 6,69 milhões que, em virtude do trânsito bancário, viriam a ingressar no CGEE somente nos primeiros dias de janeiro de 2007. Da mesma forma, um valor de R\$ 2,02 milhões, relativo a contratos de prestação de serviços, esteve em trânsito no sistema bancário na virada do ano. Assim, traçado o corte em 31 de dezembro para a apuração dos resultados do exercício, acabamos registrando um déficit contábil, ao final do ano, de R\$ 7,09 milhões. Além disso, dos valores constantes do cronograma de desembolso do 10º Termo Aditivo, previstos para repasse em 2006, R\$ 4,65 milhões ainda não foram repassados ao CGEE.

Pagamentos diversos

Os dispêndios do CGEE no período de janeiro a dezembro de 2006 foram agrupados nos seguintes grandes itens: dispêndios de pessoal relacionados com a manutenção da equipe-base do CGEE (direção, assessoria técnica e pessoal técnico-administrativo); custos relacionados com a contratação de serviços de consultorias para a realização de estudos e outras atividades especializadas de suporte às ações do Centro; custos diretos de organização e realização de eventos (seminários, workshops, painéis de especialistas e palestras) para a mobilização de competências nas diversas atividades do Centro; custos de operação e manutenção das atividades básicas do CGEE, tais como aluguéis, serviços de apoio e sistemas de informação, entre outros; despesas financeiras, impostos e taxas, diárias e passagens, entre outras; dispêndios realizados com aquisição de equipamentos e outros bens incorporados ao patrimônio do CGEE.

Dispêndios (R\$)	
Despesas do exercício	33.247.460,67
Pessoal e encargos	5.848.951,93
Consultoria externa	19.719.450,67
Eventos de mobilização de competências	447.070,25
Manutenção administrativa	2.995.866,10
Outras despesas operacionais	4.236.121,72
Investimentos no exercício	336.079,41
Total dos dispêndios (despesas + investimentos)	33.583.540,08
Superávit financeiro para o exercício seguinte	5.631.953,86
Total (dispêndios + superávit)	39.215.493,94

Parte dos recursos integrantes do superávit acumulado, juntamente com os recursos que transitaram no sistema bancário no dia 31 de dezembro, será programada como dotação orçamentária para a execução das ações com prazo de execução posterior ao encerramento do exercício de 2006.

Capital humano

Um ativo essencial

O fato é incontestável: ao lado de sua história, o principal ativo do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) é seu capital humano. Ele resulta de um conjunto amplo de parcerias com vários setores da sociedade e reflete o potencial de uma organização social que tem o conhecimento como matéria-prima. Seus quadros são particularmente valiosos nas interfaces de articulação entre os órgãos públicos nas áreas de ciência, tecnologia e inovação (CT&I), a comunidade científica, o setor empresarial e a academia. São eles, ainda, que valorizam, na prática, o contraditório no difícil desafio da construção de consensos entre tantos atores com o propósito de apoiar a formulação de políticas públicas em CT&I.

A começar pelos seus 270 sócios-fundadores – em sua maioria membros de renome da comunidade de CT&I, passando pelos membros natos e eleitos do Conselho de Administração, consultores brasileiros e estrangeiros, somando-se à presidenta e aos diretores, coordenadores de projetos, assessores técnicos, corpo técnico-administrativo e clientes, todos integram suas redes de relacionamento, conhecimento e aprendizagem e contribuem para a excelência dos trabalhos da organização.

A capacidade de gerar e gerir projetos na instituição passa pela seleção contínua de recursos humanos. Dezenas de novas equipes são formadas e sucedidas por outras, a fim de atender às especificidades de cada demanda. A cada projeto, o CGEE mobiliza novas competências, em todas as áreas do conhecimento, pelo tempo de duração das atividades, de acordo com os seus desdobramentos. O Centro vale-se, com frequência, das referências disponíveis na Plataforma Lattes e no Portal Inovação para o mapeamento dos grupos que são líderes em suas respectivas áreas de atuação. Na prática, a cada projeto, admite – seja por meio da CLT ou por meio de contrato de prestação de serviços – os mais renomados especialistas nacionais e internacionais, conforme o desafio de cada demanda. Em sua maioria, mestres, doutores ou especialistas de reconhecida competência técnica ou científica.

Já o seu corpo técnico-administrativo permanente é contratado por processo seletivo, em regime de CLT, e dispõe de um Plano de Cargos e Salários (PCS) e incentivos à capacitação e treinamento. Existem, também, os cargos de confiança que podem ser ocupados por profissionais do PCS ou por profissionais cedidos à instituição por órgãos públicos. Em 2006, o quadro permanente do CGEE atingiu o número de 67 pessoas (ver tabela), 16 a mais que no ano anterior. Esse núcleo é composto pela diretoria, assessores técnicos com especialidades diversas e equipe administrativa de apoio. Entre eles, a casa dispõe de 13 doutores, 11 mestres e 18 com cursos de pós graduação. Ou seja, seu quadro de contratados apresenta um alto grau de titularidade acadêmica, pois 62,7% deles têm uma formação que vai além do curso universitário completo.

Outro aspecto do quadro de funcionários é a sua exposição freqüente a instituições e pessoas ligadas à questão de ciência, tecnologia e inovação no exterior. O CGEE promove junto a entidades internacionais congêneres um intercâmbio intenso. A instituição é membro do *European Science and Technology Observatory (Esto)* e do *World Future Society (WFS)*. A proximidade com esses e outros centros leva a instituição a participar constantemente de projetos de cooperação internacional e dos principais fóruns de debate na América Latina, Estados Unidos e Europa, a fim de compartilhar metodologias e promover a realização de projetos conjuntos. Com isso, seus quadros são constantemente chamados a cultivarem o contato com seus pares no exterior, o que enriquece o conteúdo das discussões e estudos conduzidos também em outras áreas.

Conselho de Administração

Eduardo Moacyr Krieger ABC (Presidente)	Jorge Bounassar Filho Confap
Alysson Paolinelli CNA	José Augusto Coelho Fernandes CNI (até 19/10/06)
Angela Maria Cohen Uller Abipti	José Luiz Fontes Monteiro Foprop
Carlos Alberto Ribeiro de Xavier MEC (a partir de 29/06/06)	Luis Manuel Rebelo Fernandes MCT
Carlos Américo Pacheco Representante dos Associados	Manuel Fernando Lousada Soares MDIC (suplente)
Clemente Ganz Lúcio Dieese	Marco Antonio Reis Guarita CNI (a partir de 20/10/06)
Erney Felício Plessmann de Camargo CNPq	Odilon Antonio Marcuzzo do Canto Finep
Geraldo José Corrêa Sebrae	Rafael Lucchesi Consecti
Guilherme Ary Plonski Anprotec	Ronald Martin Dauscha Anpei (até 13/06/06)
Hugo Borelli Resende Anpei (a partir de 14/06/06)	Sérgio Henrique Ferreira SBPC

Corpo Diretivo

Lucia Carvalho Pinto de Melo Presidenta
Marcio de Miranda Santos Diretor Executivo
Antônio Carlos Filgueira Galvão Diretor
Fernando Cosme Rizzo Assunção Diretor
Aldino Graef Gestor Administrativo

Conselho Fiscal

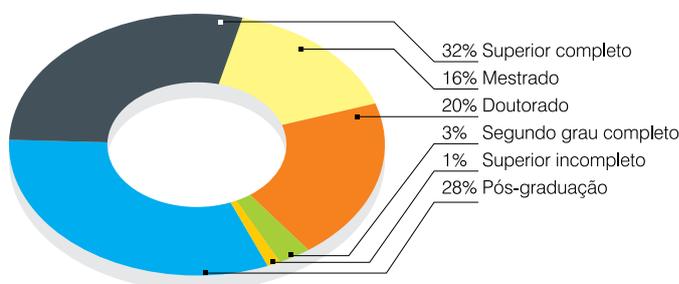
Ary Braga Pacheco
Derblay Galvão
Edmundo Antônio Taveira Pereira

Corpo Funcional

Alex da Cunha Araújo
Alexandra Joyce Kruger da Silva
Ana Carolina Silveira Perico
Ana Cristina Alves S. Maia
Ana Paula de Sena
Anderson Lopes de Moraes
Andréa Perez Alves
Antonio Carlos Guedes
Antonio José Teixeira
Avelino José de Magalhães
Beatriz Maria Aires Vasquez Salgado
Carmem Sílvia Corrêa Bueno
Christiane Souza Pereira da S. Massouh
Constantino Cronemberger Mendes
Cristiane Belize Bonezzi
Domingas Almeida Goes
Ernesto Costa de Paula
Esper Abrão Cavalheiro
Eugênia Maria De Carli de Almeida
Fernando de Alencar Fernandes Távora
Flávia Maia Jesini
Flávio Giovanetti de Alburquerque
Hugo Paulo do Nascimento L. Vieira
Igor André Carneiro
Iris Mary Duarte Cardoso
Juliana Marinho Pires de Freitas
Kátia Brandão da Silva
Lélio Fellows Filho
Lilian Maria Thome Andrade Brandão
Luciana Cardoso de Souza
Luciano Barbosa
Marcelo Khaled Poppe
Márcia Soares da Rocha Tupinambá
Marco Antonio Andrade Dias
Maria Angela Campelo de Melo
Maria Elenita Menezes Nascimento
Maria Helenice Alves da Silva
Maria Izabel da Costa Fonseca
Maria Regina Pinto de Gusmão
Mônica Pereira Mendes
Nathália Kneipp Sena
Neila Cruvinel Palhares

Nelia Pamplona C. Lima
Paulo César Gonçalves Egler
Paulo de Queiroz R. Pinto
Regina Marcia de Castro Silva
Regina Maria Silvério
Rivanda Tavares Martins
Robert Antônio Santana Pereira
Rogério Mendes Castilho
Rosana Barros Boani Pauluci
Sabrina Moreira Ottani
Sandra Andrade de Lima
Sandra Mara da Silva Milagres
Silvana Helena Alves Rolon
Silvana Margarete Alves Dantas
Silvia Maria Velho
Solange Cristina Barbosa Figueiredo
Tatiana Maria de Carvalho Pires
Tatianne Cristine Mota Sousa
Theresa Regina Moraes Scafe
Valdiana Passos Santos da Cunha

Grau de instrução dos funcionários do CGEE



Consultores associados

Anderson Stevens Leônidas Gomes
Bertha Koiffmann Becker
Cícera Henrique da Silva
Eduardo Tadao Takahashi
Gilda Massari Coelho
Kleber de Barros Alcanfor
Luc Marie Quoniam
Maria Carlota de Souza Paula

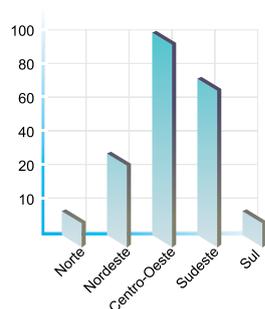
Fundadores associados

Abraham Benzaquen Sicsú
Adriano Batista Dias
Albanita Viana de Oliveira
Albert Bruch
Alcides Nóbrega Sial
Aldo Ribeiro da Fonseca
Alessandro Ranier Silva Moreira
Alice Garcia de Moraes
Alice Rangel de Paiva Abreu
Álvaro d'Aguilar Carneiro Júnior
Américo Martins Craveiro
Amilcar Baiardi
Ana Lúcia Delgado Assad
Ana Margaret Silva Simões
Ana Maria Fernandes
Ana Paula Mendes Macarini
Ana Yara Dania Paulino Lopes
André Amaral de Araújo
Andréa Koury Menescal
Ângela Maria Flor
Antenor de Oliveira Aguiar Netto

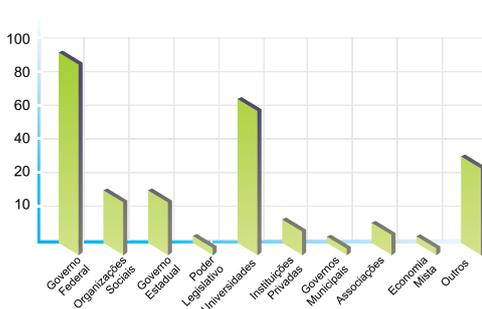
Carlos Henrique de Brito Cruz
Carlos J. P. Lucena
Carlos Magno Lopes da Silva
Carlos Santos Amorim Júnior
Célia DeNadai Silva Sardenberg
Celso Antônio Barbosa
Celso Oliveira Azevedo
Celso Pinto Melo
Cícero Jorge de Oliveira Lacerda
Cláudio Cavalcanti Ribeiro
Cláudio Marinho
Claudio Rodrigues
Cleiza Ferreira Andrade
Clóvis Andrade Júnior
Conceição Ribeiro da Silva Machado
Cylon E. Tricot Gonçalves da Silva
Dalci Maria dos Santos
Darly Pinto Montenegro
Davi Emerich
Décio Castilho Ceballos
Diocles Paes Leme Barbosa Siqueira

Erna Geessien Kroon
Ernani do Espírito Santo
Esper A. Cavalheiro
Eunézio A. de Souza
Eurico de Barros Lobo Filho
Evando Mirra de Paula e Silva
Fábio Paceli Anselmo
Fernando Antônio F. Barros
Fernando Barcellos Razuck
Fernando C. Rizzo Assunção
Fernando de Carvalho Gomes
Fernando Galembeck
Florindo Dalberto
Francisco Correia de Oliveira
Francisco de Assis Matos de Abreu
Francisco Mariano S. Lima
Fredy Sudbrack
Gerson Galvão
Gerson José da Silva Guimarães
Gilberto Ferreira de Souza
Gilvan Fernandes Marcelino
Guilherme Euclides Brandão
Halim Nagem Filho
Harley P. Padilha
Hébert Rodrigues Pereira
Hélio G. de Campos Barros
Herbert Otto Roger Schubart
Herman Chaimovich Guralnik
Hermano Tavares
Hilton Pereira de Almeida
Hulda Oliveira Gesbrecht
Irma R. Passoni
Isa Assef dos Santos
Ivana Lúcia Daher
Ivo Marcos
Ivon P. Fittipaldi
Jacob Palis Júnior
Jadson Cláudio Belchior
Jailson Bittencourt de Andrade
James Borralho Gama
João Alziro Herz da Jornada
João Carlos Ferraz
João Evangelista Steiner
João Luiz H. Selasco
Jocelino Francisco de Menezes
Jorge de Paula Costa Ávila
Jorge Luís Nicolas Audy
José Antônio Brum
José Augusto A. Kendall P. de Abreu
José Carlos Barbieri
José Carlos Barbieri
José Carlos Gomes Costa

Distribuição regional (%)



Distribuição por tipos de instituição (%)



Antonio Eugênio Queiroz Rocha Brito
Antônio Fernando Silva Rodrigues
Antônio Flávio Pierucci
Antônio Josi Lapa
Antônio Sérgio Pizarro Fragomeni
Archimedes Faria
Armando Caldeira Pires
Ary Braga Pacheco
Aydano Barreto Carleial
Aylton Saturnino Teixeira
Benjamin R. de Menezes
Caio Mário Castro de Castilho
Carlos Alberto dos Santos Marques
Carlos Alberto Schneider
Carlos Alberto Vogt
Carlos Alexandre Netto
Carlos Américo Pacheco
Carlos Artur Krüger Passos

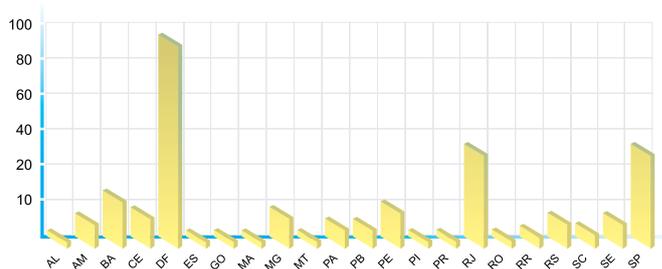
Diógenes de Almeida Campos
Dora Fix Ventura
Edgar Mário de Medeiros Sobrinho
Edmundo Antônio Taveira Pereira
Eduardo Bartolomeu Luccato Oliva
Eduardo Chaves Vieira
Eduardo Henrique da Rocha Coppeli
Eduardo Moacyr Krieger
Elaine Rose Maia
Elaine Rua Rodrigues Rochedo
Eliana Corrêa da Silva Amaral
Eliana Nogueira
Elianne Prescott
Elipídio Francisco Neto
Elisa Maria Baggio Saitovitch
Elza Rodrigues Hardy
Erasmu Madureira Ferreira
Eratóstenes Edson Ramalho de Araújo

José Carlos Moreira de Luca
José Carlos Silva Cavalcanti
José de Monserrat Filho
José Henrique Machado
José Leonardo Ferreira
José Marcus de Oliveira Godoy
José Maria Gomes Martins
José Maria Seixas Fonteles
José Seixas Lourenço
José Sidnei Gonçalves
Josemar Xavier de Medeiros
Krishnamurti de Moraes Carvalho
Lélio Fellows Filho
Lindolpho de Carvalho Dias
Liney Toledo Soares
Lúcia Carvalho Pinto de Melo
Luciana Maria Rodrigues
Luís Afonso Bermudez
Luís Roberto Cardoso de Oliveira
Luiz Basílio Rossi
Luiz Blank

Maria de Fátima Aquino Matos
Maria de Fátima Dias Costa
Maria do Carmo de Andrade Nono
Maria Elenita Menezes Nascimento
Maria Isabel Lessa C. Canto
Maria Izabel da Costa Fonseca
Maria Laura da Rocha
Maria Mércia Barradas
Mariano de Matos Macedo
Marileusa D. Chiarello
Marília Bernardes Marques
Marília de Barros Santos
Marília de Souza
Marília Giovanetti de Albuquerque
Mário José Delgado Assad
Marisa Barbar Cassim
Marta Maria F. Laudares de Almeida
Marylin Peixoto S. Nogueira
Maurício de Nassau de Matos Sobreira
Maurício Nogueira Frota
Maurício O. Mendonça Jorge

Piera Sabaté
Plácido Cidade Nuvens
Priscilla C. Raineri
Rafael Leite P. de Andrade
Raimundo Silva Queiroz
Raul Valentim da Silva
Reinaldo Dias Ferraz de Souza
Renato Baumgratz Viotti
Renato Guedes Pires
Ricardo Gattass
Roberta Chaves R. Gomes
Roberto Figueira Santos
Roberto Milward Spolidoro
Roberto Paulo Câmara Salvi
Roberto Sbragia
Roberto Vermulm
Ronaldo Mota Sardenberg
Ronaldo Tadeu Pena
Rosanita Ferreira e Baptista
Ruben Dario Sinistema
Rui H. P. L. de Albuquerque

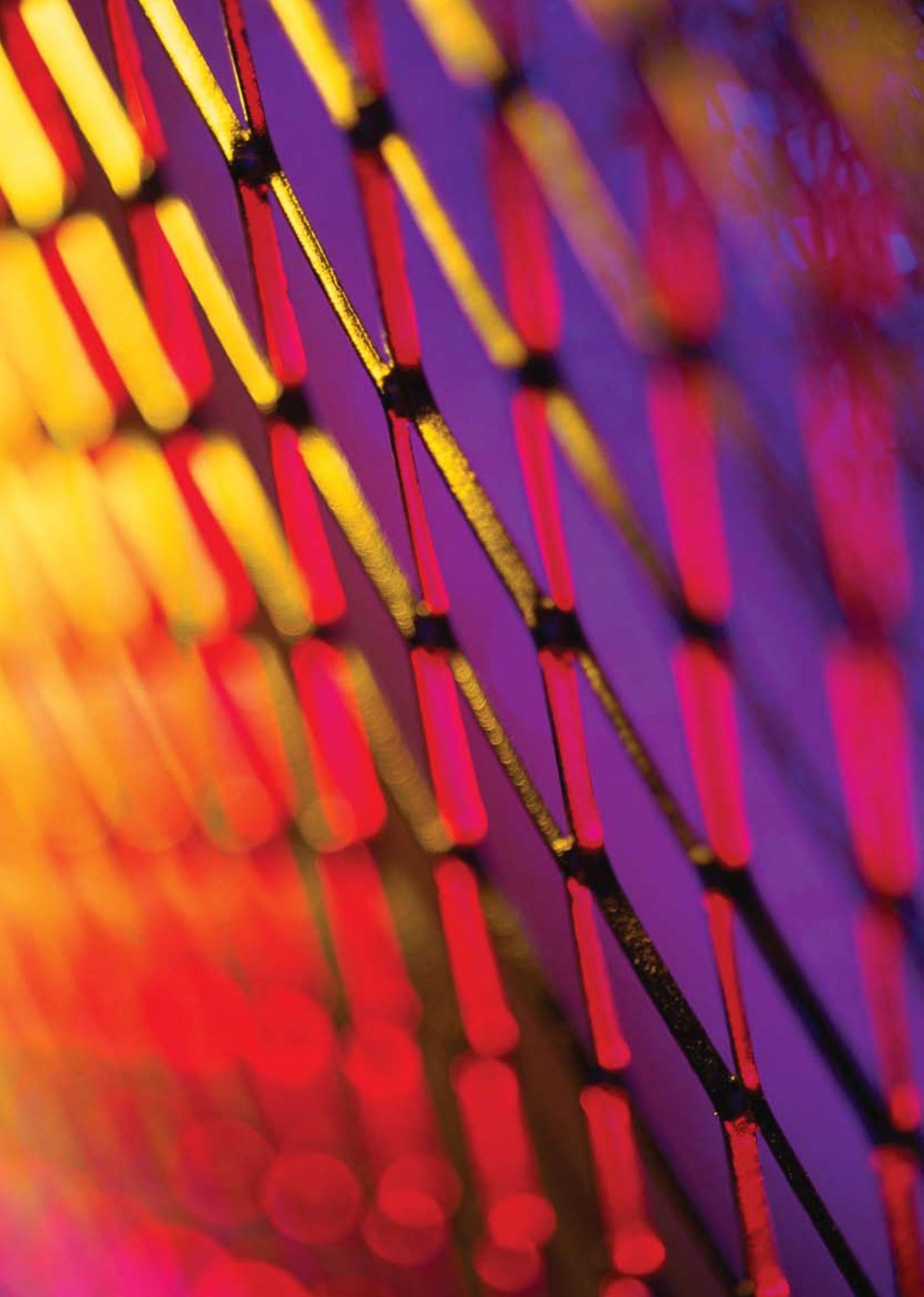
Distribuição por Unidades Federativas (%)



Luiz Carlos Federizzi
Luiz Carlos Galvão
Luiz Márcio Spinosa
M ^a José dos Santos Rossi
Manassés Cladino Fonteles
Manuel Fernando Lousada Soares
Manuel Marcos Maciel Formiga
Marcela Saad
Marcelo Khaled Poppe
Marcelo L. Oliveira e Souza
Márcia Regina Araújo
Marcio de Miranda Santos
Marcio Soares Dias
Márcio Tadeu dos Santos
Marco Aurélio Latef
Marcos Macari
Maria Clotilde Rossetti Ferreira
Maria Dalva de Oliveira Silva

Mauro Marcondes Rodrigues
Maury Saddy
Mitermayer Galvão dos Reis
Monica Alves Amorim
Mônica Teixeira
Nelia Pamplona Castilho Lima
Nelson Prugner
Nicéa Souza da Piedade
Nilton Pedro da Silva
Onildo João Marini
Ozires Silva
Paulo de Tarso Gaeta Paixão
Paulo de Tarso Mendes Luna
Paulo Eduardo de Abreu Machado
Paulo Estevão Cruvinel
Paulo Manoel L. C. Protasio
Paulo Rogério Lopes
Philippe Alexandre Navaux

Saburo Ikeda
Sandoval Carneiro Júnior
Sebastião Luiz de Oliveira
Segundo Urquiaga
Sérgio Bampi
Sérgio Henrique Ferreira
Sérgio Machado Rezende
Silas Francioni de Moraes Sarmento
Silvana Almeida Filgueira de Medeiros
Silvia Alcântara Picchioni
Silvia Lustosa de Castro
Sívio José Rossi
Simone Henriqueta Cossetin Scholze
Tânia Aparecida Silva Brito
Tânia Fischer
Tarcísio Haroldo Pequeno
Tarcísio José de Lima
Tatiana Dutra Garcia Munhoz
Tatiana de Carvalho Pires
Telmo Silva de Araújo
Teresa Lenice Nogueira da Gama Mota
Tomás Bruginski de Paula
Valéria Rizzotti Souza Lima
Vanda Scartezini
Vangil Pinto Silva
Vera Maria Fonseca de Almeida e Val
Wanderli Pedro Tadei
Wania Lúcia da Mota
Warwick Estevam Kerr
William Ferreira Giozza



Glossário

Biodiversidade ou diversidade biológica descreve a riqueza e a variedade do mundo natural. As plantas, os animais e os microrganismos fornecem alimentos, remédios e boa parte da matéria-prima industrial consumida pelo ser humano.

Biofármacos são medicamentos produzidos a partir de organismos geneticamente modificados (OGMs).

Biotecnologia é a aplicação de conhecimentos químicos e biológicos e de novas tecnologias nas áreas de saúde, alimentos, química e meio ambiente. Também pode ser entendida como a utilização de processos biológicos para o desenvolvimento de produtos.

Brics foi cunhado pelo grupo Goldman Sachs para designar os quatro principais países emergentes do mundo: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

Células-tronco, também conhecidas como células-mãe ou células estaminais, são células capazes de se dividir para dar origem a células semelhantes às progenitoras e de se transformar (num processo também conhecido por diferenciação celular) em outros tecidos do corpo, como ossos, nervos, músculos e sangue.

Contrato administrativo é o contrato realizado entre o CGEE e instituições diferenciadas do órgão superior (MCT). Todos os contratos distintos do "contrato de gestão" são nominados contratos administrativos.

Contrato de gestão é o compromisso de trabalho acordado entre o CGEE e a União, por intermédio do MCT (órgão supervisor), em que constam objetivos, metas, sistemática de avaliação e recursos necessários para a realização das atividades.

Conversão de biomassa é desenvolvimento de processos de fermentação para o aproveitamento da biomassa.

Dimensão Territorial do Plano Plurianual considera o território como instrumento metodológico orientador ao planejamento de longo prazo da ação pública, em especial da União, para a promoção do desenvolvimento sustentável do Brasil.

Estudos de avaliação estratégica são pareceres sobre uma situação ou um assunto com o propósito de apresentar uma orientação na tomada de decisões dos responsáveis por políticas públicas.

Estudos de prospecção tecnológica são desenvolvidos com uma variedade de técnicas usadas para determinar e avaliar o desenvolvimento de novas tecnologias, assim como o de tecnologias já estabelecidas, e os impactos que essas tecnologias podem ter sobre a economia, o ambiente e as estruturas sociais.

Etanol, também conhecido como álcool etílico, é produzido desde a Antiguidade pela fermentação de açúcares.

Fomento é toda uma gama de incentivos para que determinadas áreas de ciência, tecnologia e inovação se desenvolvam ou atinjam o seu pleno potencial. O fomento pode ser realizado por meio de subsídios, subvenções, bolsas de estudo, editais, projetos, programas etc.

Fundos Setoriais são recursos para financiar o desenvolvimento de setores estratégicos para o país e administrados pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).

Genoma é o conjunto de informações genéticas de um organismo.

Genômica é o ramo da biologia que se encarrega do estudo dos genomas.

Inclusão digital, ou infoinclusão, é a democratização do acesso às tecnologias da informação e comunicação, de forma a procurar inserir todos na sociedade da informação.

Inovação é a introdução, com êxito, no mercado, de produtos, serviços, processos, métodos e sistemas que não existiam anteriormente, ou contendo alguma característica nova e diferente do padrão em vigor.

Matriz de combustíveis é o conjunto de combustíveis disponíveis em larga escala no País.

Nanobiotecnologia é um ramo da nanotecnologia que tem aplicação ou uso em biologia ou bioquímica. As escalas trabalhadas são mínimas e usam o nanometro, unidade adotada para medir um bilionésimo do metro.

Navio oceanográfico é uma embarcação-laboratório destinada a trabalhos de pesquisa da oceanografia física e biológica, meteorologia e outras áreas que possam se beneficiar dos estudos sobre ecossistemas litorâneos e marítimos.

Neurociência é um termo usado para as disciplinas biológicas que estudam o sistema nervoso, especialmente a anatomia e a fisiologia do cérebro humano.

Newsletter é um informativo eletrônico, geralmente distribuído por meio da Internet.

Nota técnica corresponde a um relato sumário de um estudo com resultados ainda parciais. Tem, em média, de 5 a 15 páginas.

Planos Tecnológicos Setoriais, renomeados como Planos Estratégicos Setoriais (PES), compreendem estudos prospectivos e o desenho de rotas tecnológicas, além de iniciativas em áreas de grande potencial no futuro como biotecnologia, nanotecnologia e biomassa, entre outras.

Pós-genômica é a possibilidade de se utilizar, a partir das descobertas do genoma, o papel dos genes nas inúmeras funções celulares e verificar a participação dos mesmos em determinadas patologias, quer das plantas, dos animais ou dos seres humanos, com vistas a encontrar mecanismos de prevenção ou cura dessas doenças.

Proteômica é a ciência que estuda o conjunto de proteínas contidas numa célula determinada pelo seu genoma. É o estudo do proteoma.

Rede de conhecimento encerra uma dinâmica de interação, vivência, entre profissionais que trocam informações e experiências, conhecimento, com um propósito comum.

Rede de Pensamento Estratégico é uma rede de conhecimento em que as pessoas que dela participam são pautadas por objetivos comuns e se dedicam a pensar sobre temas específicos, considerados estratégicos para o país, compartilhando informações e análises.

Semicondutores orgânicos são feitos com carbono. Esses novos materiais dispõem das mesmas propriedades elétricas dos semicondutores convencionais, mas apresentam as vantagens das propriedades mecânicas dos plásticos, como a flexibilidade.

Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação abrange todas as instituições e atores que formam a base científica, tecnológica e de inovação nacional.

Subsídio é, nas ciências econômicas, o fornecimento de fundos monetários a certas pessoas ou organizações. Nos demais contextos o termo significa informações, estudos e análises para a tomada de decisão.

Subvenção econômica é um instrumento de estímulo à inovação tecnológica nas empresas, mediante o qual a União, por intermédio das agências de fomento de ciência e tecnologia, promove e incentiva a adoção de atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico com a concessão de recursos financeiros.

Termo aditivo de contrato de gestão é o instrumento legal que serve para estabelecer ou modificar prazos, metas e valores dos recursos financeiros acordados ao Centro.

Termo de referência, também conhecido como TOR (do inglês, *Terms of Reference*), é o documento que traz as especificações de um trabalho a ser realizado, quando se trata de executar um serviço, conduzir um projeto.

Siglas

ABC	Academia Brasileira de Ciências
ABDI	Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial
Abep	Associação Brasileira de Estudos Populacionais
Abihpec	Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos
Abiplast	Associação Brasileira da Indústria do Plástico
Abipti	Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica
Abiquim	Associação Brasileira da Indústria Química
Abrafix	Associação Brasileira de Concessionárias de Serviço Telefônico Fixo Comutado
Adetec	Associação do Desenvolvimento Tecnológico de Londrina
AEB	Agência Espacial Brasileira
AGU	Advocacia-Geral da União
Anatel	Agência Nacional de Telecomunicações
Anped	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
Anpei	Associação Nacional de Pesquisa, Desenvolvimento e Engenharia das Empresas Inovadoras
Anprotec	Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores
ANTT	Agência Nacional de Transportes Terrestres
Anvisa	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
Apta	Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios
Ascco	Associação Sergipana dos Criadores de Caprinos e Ovinos
Avimig	Associação dos Avicultores de Minas Gerais
BB	Banco do Brasil
B-Bice	Bureau Brasileiro para Ampliação da Cooperação Internacional com a União Européia
Beta	<i>Bureau d'Économie Théorique Appliquée</i>
BI	<i>Business Intelligence</i>
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Brics	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
Cade	Conselho Administrativo de Defesa Econômica
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Casnav	Centro de Análises de Sistemas Navais
Cati-SP	Coordenadoria de Assistência Técnica Integral
CBA	Centro de Biotecnologia da Amazônia
CBPF	Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas
CCT	Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia
CDES	Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social

CDS/UnB	Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília
Cebrap/USP	Centro Brasileiro de Análise e Planejamento da Universidade de São Paulo
Cecompi	Centro para a Competitividade e Inovação do Cone Leste Paulista
Cedenpa	Centro de Estudos e Defesa do Negro no Pará
Cedeplar/UFMG	Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais
Cenargen	Centro Nacional de Pesquisa de Recursos Genéticos
CenPRA	Centro de Pesquisas Renato Archer
Censipam	Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia
Cepal	Comissão Econômica para a América Latina
Cepan/UFRGS	Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Ceplac	Comissão Executiva de Planejamento da Lavoura Cacaueira
Cesar	Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife
CGEE	Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
Ciap	Centro Integrado e Apoio Profissional
Cietec	Centro Incubador de Empresas Tecnológicas
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNA	Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Confap	Conselho Nacional das Fundações de Amparo à Pesquisa
Consecti	Conselho Nacional de Secretários para Assuntos de CT&I
Consepa	Conselho Nacional dos Sistemas Estaduais de Pesquisa Agropecuária
COP 8	Oitava Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica
Coppe/UFRJ	Coordenação dos Programas de Pós-graduação de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro
CPqD	Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações
CPRM	Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais
CPTEC	Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos
Cría	Centro de Referência em Informação Ambiental
CT&I	Ciência, Tecnologia & Inovação
CTA	Centro Técnico Aeroespacial
CTO/Be	Centro Técnico e Operacional/Belém
CTPetro	Fundo do Petróleo
Deagro	Departamento Estadual de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe
Denit	Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes
Dieese	Departamento Intersindical de Estudos Socioeconômicos
DPCT/Unicamp	Departamento de Políticas Científicas e Tecnológicas da Universidade Estadual de Campinas

EJA	Educação de Jovens e Adultos
Emater	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Emepa	Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba S.A.
Emgepron	Empresa Gerencial de Projetos Navais
Empaer-MT	Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural
Emparn	Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte
Epagri	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
Epamig	Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Esto	<i>European Science and Technology Observatory</i>
ETI	Escola de Tempo Integral
Fabesc	Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina
Faeal	Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Alagoas
Faec	Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará
Faep	Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Faepa	Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Pará
Faepe	Federação da Agricultura do Estado de Pernambuco
Faesc	Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina
Fapesc	Fundação de Apoio à Pesquisa Científica do Estado de Santa Catarina
Fapesp	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
Farsul	Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul
Fepagro	Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária
Fetaes	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Espírito Santo
Fetaesc	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina
Fetasp	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo
Fetag	Federação dos Trabalhadores na Agricultura
Fetagro	Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Rondônia
Fetarn	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte
Fetase	Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Sergipe
FGV/SP	Fundação Getúlio Vargas – São Paulo
Fiepr	Federação das Indústrias do Estado do Paraná
Fiesp	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
FPLF	Fundação Padre Leonel França
Fucapi	Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica
Funacentro	Fundação Centro Nacional de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho
Fundaj	Fundação Joaquim Nabuco
Fundef	Departamento de Desenvolvimento de Políticas de Financiamento da Educação Básica

Furg	Fundação Universidade Federal do Rio Grande
Fust	Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações
GeTec	Grupo de Gestão da Tecnologia
Geopi	Grupo de Estudos sobre Organização da Pesquisa e da Inovação
Geo-UFF	Projeto do Instituto de Geociências da Universidade Federal Fluminense
Globelics	<i>Global Network for the Economics of Learning, Innovation, and Competence Building Systems</i>
GSI/PR	Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
GTI	<i>Global Taxonomy Initiative</i>
IAC-SP	Instituto Agronômico do Estado de São Paulo
Iapar	Instituto Agronômico do Paraná
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ibict	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IDSM	Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá
IE/UFRJ	Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro
Iedi	Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial
IEL	Instituto Euvaldo Lodi
Iets	Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade
Imazon	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia
Incaper	Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural
Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INI	Iniciativa Nacional de Inovação
INI-Bio	Iniciativa Nacional de Inovação em Biotecnologia
Inmetro	Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial
Inova	Projeto Inova Nordeste
Inpa	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
Inpe	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
Insa	Instituto Nacional do Semi-Árido
IO/USP	Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo
IPDM	Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento de Mercado
IPDMAQ	Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Máquinas e Equipamentos
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
Ipen	Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares
IPT	Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo
IQ/USP	Instituto de Química da Universidade de São Paulo
JBRJ	Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro
LNLS	Laboratório Nacional de Luz Síncrotron

Mapa	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Mare	Ministério da Administração e Reforma do Estado
Mast	Museu de Astronomia e Ciências Afins
MC	Ministério das Comunicações
MCT	Ministério de Ciência e Tecnologia
MD	Ministério da Defesa
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC	Ministério da Educação
MF	Ministério da Fazenda
MI	Ministério da Integração Nacional
MinC	Ministério da Cultura
MJ	Ministério da Justiça
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MME	Ministério de Minas e Energia
MP	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MPEG	Museu Paraense Emílio Goeldi
MPU	Ministério Público da União
MS	Ministério da Saúde
MTur	Ministério do Turismo
NAE/PR	Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República
Naea	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
Nead/MDA	Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário
Nipe/Unicamp	Núcleo Interdisciplinar de Planejamento Energético da Universidade Estadual de Campinas
Ocepar	Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná
OEPAs	Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária
ONU	Organização das Nações Unidas
OTI/IPT	Observatório de Tecnologia e Inovação do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PAC	Programa de Aceleração de Crescimento
PCS	Plano de Cargos e Salários
PDF	<i>Portable Document Format</i>
PES	Programas Estratégicos Setoriais
Pesagro-Rio	Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro
Petrobras	Petróleo Brasileiro S/A

PIB	Produto Interno Bruto
Pisa	Programa Internacional de Avaliação de Alunos
Pitce	Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior
PME inovadoras	Portal Pequenas e Médias Empresas Inovadoras
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNLEM	Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA	Plano Plurianual
ProAntar	Programa Antártico Brasileiro
Prococo	Associação dos Produtores de Coco do Estado de Alagoas
Proinfo	Programa Nacional de Informática na Educação
Proped/UFRA	Pró-Reitoria de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico da Universidade Federal Rural da Amazônia
Prossiga	Programa de Informação para Gestão de Ciência, Tecnologia e Inovação
PUC-Rio	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Ripa	Rede de Inovação e Prospecção Tecnológica para o Agronegócio
RNP	Rede Nacional de Ensino e Pesquisa
SAE Brasil	Sociedade de Engenheiros da Mobilidade
SBB	Sociedade Botânica do Brasil
SBF	Sociedade Brasileira de Física
SBMz	Sociedade Brasileira de Mastozoologia
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SBZ	Sociedade Brasileira de Zootecnia
Scar	Scientific Committee on Antarctic Research
SCT-CE	Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Ceará
Seaapi	Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Pesca e Desenvolvimento do Interior do Estado do Rio de Janeiro
Seappi-RJ	Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro
Seab	Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná
Seagri-BA	Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária da Bahia
Seagro-MA	Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural
Seap	Secretaria de Estado da Administração e da Previdência
Seapa-MG	Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais
Sebrae	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Secirm	Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar
Secom	Secretaria de Comunicação Social
SECTAM	Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia do Estado do Amazonas
SECTES	Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia do Espírito Santo

Senai	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
Senar	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
Seped	Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento
SF	Senado Federal
SFA/PB	Superintendência Federal da Agricultura da Paraíba
SFIEC	Federação das Indústrias do Estado do Ceará
SIG-FS	Sistema de Informações Gerenciais dos Fundos Setoriais
SindiTeleBrasil	Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal
Sipam	Sistema de Proteção da Amazônia
SNI	Sistema Nacional de Inovação
Softex	Sociedade Brasileira para Promoção da Exportação de Software
TCU	Tribunal de Contas da União
Tecpar	Instituto de Tecnologia do Paraná
TEM	Ministério do Trabalho e Emprego
TICs	Tecnologias da Informação e da Comunicação
UCB	Universidade Católica de Brasília
UCSal	Universidade Católica de Salvador
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana
UEL	Universidade Estadual de Londrina
Uenf	Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
Uerj	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
Uesc	Universidade Estadual de Santa Cruz
Ufal	Universidade Federal de Alagoas
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFMT	Universidade Federal do Mato Grosso
Ufop	Universidade Federal de Ouro Preto
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
Ulbra-TO	Centro Universitário Luterano de Palmas/Tocantins
UnB	Universidade de Brasília
Uneb	Universidade do Estado da Bahia
Unesp	Universidade Estadual Paulista
UNFPA	Fundo de População das Nações Unidas
Unicamp	Universidade Estadual de Campinas
Unicap	Universidade Católica de Pernambuco
Unifal-MG	Universidade Federal de Alfenas/Minas Gerais
Uninove	Centro Universitário Nove de Julho
Unitins	Fundação Universidade do Tocantins
USP	Universidade de São Paulo
WFS	<i>World Future Society</i>